



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (CCS)**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA E INDÍGENA**

**MANOEL NOGUEIRA MAIA NETO**

**DILEMAS, ESTRATÉGIAS E NECESSIDADES DE PSICÓLOGAS/OS NEGRAS/OS  
EM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)**

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BAHIA**

**2023**

MANOEL NOGUEIRA MAIA NETO

DILEMAS, ESTRATÉGIAS E NECESSIDADES DE PSICÓLOGAS/OS NEGRAS/OS EM  
CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Saúde da População Negra e Indígena.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jeane Saskya Campos Tavares.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BAHIA

2023

Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde - UFRB

M217 Maia Neto, Manoel Nogueira.

Dilemas, estratégias e necessidades de psicólogas/os negras/os em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) / Manoel Nogueira Maia Neto. 2023.

112 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Saskya Campos.

Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências da Saúde, 2023.

1. Racismo. 2. Psicólogos negros. 3. Centro de Atenção Psicossocial - Bahia. 4. Sistema Único de Saúde (Brasil). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Ciências da Saúde. II. Campos, Jeane Saskya. III. Título.

CDD : 320.56

Ficha elaborada por: Elaine Batista Sampaio CRB-5/1831

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil vinte e três, às 10h00min, no Laboratório de Informática do Centro de Ciências da Saúde e através da plataforma Google Meet, link: <https://meet.google.com/chk-aipn-rem>, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do aluno MANOEL NOGUEIRA MAIA NETO. A banca examinadora foi composta pelos professores Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha, UFC, como examinadora externa, Dra. Rosa Candida Cordeiro, UFRB, como examinadora interna, e Dra. Jeane Saskya Campos Tavares, UFRB, orientadora. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte da professora Dr.<sup>a</sup> Jeane Saskya Campos Tavares que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, solicitou ao candidato que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada Dilemas, Estratégias e Necessidades de Psicólogas/os Negras/os em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), marcando um tempo de trinta minutos para a apresentação. Concluída a exposição, a Prof.<sup>a</sup> Dra. Jeane Tavares, presidente, passou a palavra à examinadora externa, Prof.<sup>a</sup> Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha, para argüir o candidato, e, em seguida, à examinadora interna, Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosa Candida Cordeiro, para que fizesse o mesmo; após, fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento. O candidato foi APROVADO COM RESTRIÇÕES, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. Conforme a Resolução 024/2018 - CONAC, o candidato não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Documento assinado digitalmente

NARA MARIA FORTE DIOGO ROCHA  
Data: 22/05/2023 11:36:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>**Dr. NARA MARIA FORTE DIOGO ROCHA, UFC****Examinador Externo à Instituição**

Documento assinado digitalmente

ROSA CANDIDA CORDEIRO  
Data: 25/05/2023 08:59:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>**Dr****IB**

Documento assinado digitalmente

JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES  
Data: 25/05/2023 15:17:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>**Dr. JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES, UFRB****Presidente**

Documento assinado digitalmente

MANOEL NOGUEIRA MAIA NETO  
Data: 27/05/2023 20:07:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>**MANOEL NOGUEIRA MAIA NETO****Mestrando**

**Autor:** MANOEL NOGUEIRA MAIA NETO


**Título:** DILEMAS, ESTRATEGIAS E NECESSIDADES DE PSICOLOGAS/OS NEGRAS/OS EM CENTROS DE ATENCAO PSICOSSOCIAL (CAPS)


**Banca examinadora:**


Prof. NARA MARIA FORTE DIOGO ROCHA Examinador Externo à Instituição

Prof. ROSA CANDIDA CORDEIRO Examinador Interno

Prof. JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES Presidente

Documento assinado digitalmente  
 NARA MARIA FORTE DIOGO ROCHA  
Data: 22/05/2023 11:33:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 ROSA CANDIDA CORDEIRO  
Data: 25/05/2023 09:01:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES  
Data: 25/05/2023 15:19:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme

1. [ ] INTRODUÇÃO
2. [ ] REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. [ ] METODOLOGIA
4. [ ] RESULTADOS OBTIDOS
5. [ ] CONCLUSÕES

**COMENTÁRIOS GERAIS:**

Declaro, para fins  
banca examinadora, acin



Documento assinado digitalmente  
JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES  
Data: 25/05/2023 15:36:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ficações, sugeridas pela  
as integralmente.

Prof. JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES

Orientador

A quem lê (agora).

## AGRADECIMENTOS

Quando dormi, sonhei criança sentado no chão com a cabeça cansada e feliz de brincar. Ela encostada em uma das pernas de um senhor careca de barba grisalha, rosto um pouco fechado, olhar para frente. A mão dele fazia carinho devagar na minha cabeça criança. Mão calma ali, e eu quase dormia assim, apesar do barulho de gente boa ao nosso redor. Aquele senhor encarava um futuro com seus olhos brancos feitos de vidro leitoso. Sonolento, eu olhava para cima e via alguma parte desse futuro nos olhos daquele senhor. Isso não me interessava tanto quanto já estar ali. Agradeço aos meus sonhos e à *Roxi*.

Subi uma ladeira para o Santo Antônio Além do Carmo. Cervejas; desci horas depois. Lembrei de uma cantiga que nunca tinha ouvido antes. Ela se repetia em um ouvido, e eu tentava não empenar para a esquerda. Uma farofa com dendê se espalhava perto de uns degraus. Uma cebolas roxas, talvez. Agradeço ao meu lado esquerdo e à paciência dele-dela.

No dorso da minha mão direita, um enorme búzio. Tudo isso finaliza um braço direito todo tatuado com histórias de pessoas que eu finjo conhecer tão, tão bem. E explico, quando me perguntam: “aquela parte é um ‘mapa’, ali está um poço d’água perto da minha casa, existem dois sóis também, nove rosas vermelhas e aquele sentimento de augúrio”. Aqui estão histórias de famílias que me foram contadas. Algumas eu imaginei sem medo inventando. Agradeço às minhas famílias.

Se eu choro hoje, tem a ver com a saudade de onde eu vim. Quando eu cheguei aqui era sexta-feira, eu acho. Estava de branco e cansado. Deixei o que tinha de guardar numa casa provisória e logo encontrei duas amigas. Elas também estão aqui e nasceram em outros lugares. Rimos um pouco estando juntas em uma hamburgueria. Lá cada comidinha tinha o nome de um bairro de Salvador. Eu comia “Rio Vermelho” e achava aquilo engraçado. Comer um rio, onde se viu?! O engraçado também é que todas nós temos Rio na cabeça. Todas. Elas ainda não sabem, mas antes de pegar aquele avião, um senhor muito velho, sentado num banco de madeira, num lugar cheio de palmas e com cheiro de tabaco com alecrim, me falou baixinho “Vá sem medo”. Acho que tudo isso tem algo a ver. Eu tive alguma companhia aqui e agradeço à Bia, Jenne e a nós, Soteropolitanas de Taubaté.

Depois, encontrei Barbalho e a Avenida 7 Portas. E eu adorei o nome da avenida, acho bonito de dizer. “São SETE Portas”. Nela, tem uma feira que, no começo, era um labirinto, e eu via alguns cantos. Um São Cosme e Damião lá em cima, o lugar onde tem flores e bichos, o espaço vazio onde se tinha uma bandeira do Brasil ano passado, os filhos de santo com

alguizar na mão olhando abaixando a cabeça, as apostas. Agradeço ao meu bairro, às ruas e tudo isso.

Agradeço, enfim, aos problemas evitáveis, à minha vontade de desistir e à minha paciência nisso tudo.

Àquele homem que eu ainda vou amar.

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).



"Nunca esqueça daquilo que você precisa lembrar para continuar vivo", autografou Rodrigo Lopes Costa, na minha cópia do seu livro *Para Nunca Esquecer*.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal propor um ciclo formativo antirracista de frequência curta, focal e replicável, voltado para profissionais psicólogas/os negras/os para fins de reconhecimento e enfrentamento dos racismos em contexto de trabalho. Mais especificamente, os objetivos foram de compreender os dilemas enfrentados por esses/as profissionais no cotidiano de trabalho em relação às questões raciais; identificar as estratégias anti racistas utilizadas por essas/es profissionais nestes dilemas; e, por fim, entender as necessidades das/os psicólogas/os em aperfeiçoar sua compreensão e manejo frente às demandas raciais. Nisso, questões de pesquisa foram expostas, tais como: Como se deu o lugar histórico das Psicologias diante os racismos? Quais os efeitos nocivos do racismo enquanto território, corpo, política entre outras dimensões significativas à Saúde Coletiva? Para tal, o percurso deste trabalho, de natureza qualitativa, aconteceu em duas etapas: a primeira através de entrevistas individuais *online*, voltadas para psicólogas/os negras/os trabalhadoras/es de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), da Bahia, sob o objetivo de compreensão das referidas três categorias de análise: dilemas, estratégias e necessidades. Com a transcrição do material, a análise a partir das categorias e revisão bibliográfica pertinente ao tema de interesse desta pesquisa, foi construído o referido ciclo formativo, sendo este a principal produção desta pesquisa para o Sistema Único de Saúde (SUS).

**Palavras-chaves:** Racismo. Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Psicologia.

## ABSTRACT

The main objective of this investigation is to provide a cycle of short, focal and replicable anti-racist training, aimed at black professional psychologists, with the aim of recognizing and facing two forms of racism in the work context. Specifically, the objectives were to understand the dilemmas faced by these professionals in their daily work with respect to racial issues; identify the anti-racist strategies used by these professionals in these dilemmas; and, finally, understanding the needs of psychologists in improving their understanding and handling of racial demands. In this, research questions were exposed, such as: How was the historical place of Psychology in the face of racism? What are the harmful effects of racism as a territory, body, politics, among other significant dimensions to Public Health? Thus, the course of this work, of a qualitative nature, took place in two stages: the first through individual online interviews, aimed at psychologists/black women/workers of Mental Health Services, in the state of Bahia, with the aim of understanding the aforementioned three categories of analysis: dilemmas, strategies and needs. With the transcription of the material, the analysis based on the categories and a bibliographical review relevant to the theme of interest of this research, the aforementioned training cycle was built, which is the main production of this research for the Unified Health System (SUS).

**Keywords:** Racism. Mental Health Services. Psychology.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - <i>Assentamento</i> .....  | 4  |
| Figura 2 - Fotografia de Juliano Moreira, em 1891, aos 19 anos.....                               | 10 |
| Figura 3 - Fotografia de Virgínia Bicudo .....  | 12 |
| Figura 4 - Fotografia de Ana Rocha (à esquerda) e Neusa (à direita).....                          | 14 |
| Figura 5 - Fotografia de Alberto Guerreiro Ramos.....   | 15 |
| Figura 6 - Fotografia da mesa de encerramento do I Congresso do Negro Brasileiro.....             | 16 |
| Figura 7 - Fotografia de Frantz Fanon.....  | 19 |
| Figura 8 - Fotografia de Mônica Calazans, primeira brasileira vacinada contra COVID-19...24       |    |
| Figura 9 - <i>Toda violência favorece a economia</i> .....  | 26 |
| Figura 10 - <i>Brasil 500 anos: Todos pela educação. Feliz a nação cujo Deus é o Senhor</i> ..... | 30 |
| Figura 11 - <i>Formatura em Bixaria</i> .....   | 34 |

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial  
CAPSij - Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil  
CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades  
CFP - Conselho Federal de Psicologia  
CT - Conselho Tutelar  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
CRP - Conselho Regional de Psicologia  
DI - Discriminação institucional  
FLN - Frente de Libertação Nacional da Argélia  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IML - Instituto Médico Legal  
INN - Instituto Nacional do Negro  
PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra  
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
TEN - Teatro Experimental do Negro  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| <b>1</b>     | <b>APRESENTAÇÃO</b> .....  | <b>2</b>  |
| <b>2</b>     | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....                                       | <b>4</b>  |
| 2.1          | MEU OLHO SE ENCHE: OS USOS E ABUSOS DE RAÇA .....                        | 4         |
| 2.2          | A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA: PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS ..... | 8         |
| 2.3          | CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS NOCIVOS DOS RACISMOS .....                | 21        |
| <b>2.3.1</b> | <b>Anti-negritude em território-corpo</b> .....                          | <b>21</b> |
| <b>2.3.2</b> | <b>A deseducação como possibilidade</b> .....                            | <b>30</b> |
| <b>3</b>     | <b>DIREÇÕES METODOLÓGICAS: UMA ENCRUZILHADA, EU E MEUS PÉS</b> .....     | <b>35</b> |
| 3.1          | PERCURSO DE PESQUISA .....   | 38        |
| 3.2          | ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ORDINÁRIAS .....                               | 39        |
| 3.3          | CATEGORIAS DE ANÁLISE E IMPREVISTOS NECESSÁRIOS .....                    | 43        |
| 3.4          | VALIDAÇÃO E ANÁLISE DA TRANSCRIÇÃO .....                                 | 45        |
| <b>4</b>     | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....                                      | <b>45</b> |
| 4.1          | FALAS INICIAIS .....   | 46        |
| <b>4.1.1</b> | <b>Um convite ambulatorial</b> .....                                     | <b>47</b> |
| <b>4.1.2</b> | <b>Ser do e (não mais) estar no Interior</b> .....                       | <b>48</b> |
| <b>4.1.3</b> | <b>A entrevista como digestão</b> .....                                  | <b>50</b> |
| 4.2          | DILEMAS .....  | 52        |
| <b>4.2.1</b> | <b>Barreira: profissionais não reconhecidas</b> .....                    | <b>52</b> |
| <b>4.2.2</b> | <b>*****: tema invisibilizado</b> .....                                  | <b>55</b> |
| 4.3          | ESTRATÉGIAS .....  | 59        |
| <b>4.3.1</b> | <b>Estudada, instrumentalizada, argumentada</b> .....                    | <b>59</b> |
| <b>4.3.2</b> | <b>Fala, presença, visibilidade</b> .....                                | <b>61</b> |
| 4.4          | NECESSIDADES .....   | 62        |
| 4.5          | FALAS ABERTAS .....  | 66        |
| <b>5</b>     | <b>CICLO FORMATIVO: UMA PROPOSIÇÃO</b> .....                             | <b>67</b> |
| 5.1          | DISCUSSÃO TEÓRICA .....  | 67        |
| 5.2          | UMA PROPOSTA EM SÍNTESE .....  | 70        |
| <b>6</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR</b> .....                                | <b>74</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>77</b> |
|              | <b>APÊNDICE A - DIÁRIOS DE CAMPO</b> .....                               | <b>87</b> |
|              | <b>APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE PESQUISA</b> .....                         | <b>94</b> |
|              | <b>APÊNDICE C - TCLE</b> .....   | <b>97</b> |
|              | <b>APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....                          | <b>97</b> |

## 1 APRESENTAÇÃO

Descrita mais aprofundadamente nas seções que se seguem, em resumo, esta pesquisa tem como base o entendimento que os racismos atravessam o cotidiano de trabalho de profissionais negras/os de Psicologia, na área de Saúde Mental, afetando a produção de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). Nisto, o objetivo principal é de propor um ciclo formativo curto, focal e replicável voltado para estas/es trabalhadoras/es que seja útil para o reconhecimento e enfrentamento dos racismos. Mais especificamente, para a construção desse ciclo, busca-se compreender os dilemas enfrentados, as estratégias utilizadas e as necessidades de psicólogas/os negras/os atuantes em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), do estado da Bahia.

Traduzindo esses objetivos específicos em questionamentos-gatilhos, é possível refletir: Como atualmente psicólogas/os negras/os percebem os impasses dos racismos no seu olhar clínico e na sua prática profissional? Quais as estratégias possíveis para operar sensibilização às questões raciais e cuidados *psi* para com a população negra? O que estas profissionais consideram como necessário para melhorar o reconhecimento e enfrentamento dos racismos no cotidiano de trabalho?

Orbitando destes pontos, propõe-se um caminho metodológico a partir pesquisa de natureza qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006) com a facilitação de estudo de caso (GIL, 2002; SOUZA, 2021) em abordagem exploratória (GIL, 2002), aproximando-se das ferramentas de entrevistas *online* de tipo aberta (BONI; QUARESMA, 2005; SCHMIDT; PALAZZI; PICCININI, 2020) e conversa (FERRAÇO; ALVES, 2018; SAMPAIO; RIBEIRO; SOUZA, 2018; RIBEIRO; SOUZA; SAMPAIO, 2018; SKLIAR, 2018), assim como, complementarmente, do uso de diários de campo concernentes ao percurso temático e cotidiano de pesquisa sob a “perspectiva alargada” (SCHUCMAN, 2012).

Nos capítulos que se seguem, inaugura-se a *Fundamentação Teórica* com *Meu Olho Se Enche: Usos e Abusos de Raça*, destacam-se as definições de conceitos-chaves desta pesquisa (raça e racismo), perpassando uma breve contextualização do uso destas conceitualizações na história brasileira do conhecimento científico na Saúde Coletiva, tal como o eugenismo e a Escola Baiana de Antropologia. Situando mais especificamente o papel das Psicologias, estão expostas algumas questões problemas que serviram de embasamento para esta pesquisa.

Em *A História Que a História Não Conta: Psicologias e Relações Raciais* ocorre o aprofundamento dos posicionamentos diversos do saberes psicológicos junto às questões

raciais, pontuando as negligências e respostas diante estas, sendo exemplificado pela Resolução nº 18/2002 (CFP, 2002), que estabelece as normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Junto a isso, estão presentes nesta parte uma resumida recontação de histórias apagadas de figuras significativas para as Psicologias, como Virgínia Bicudo e Guerreiro Ramos, sob o propósito de não fazer esquecer a presença de autoras/es negras/os e suas pertinentes contribuições às Psicologias, apesar dos racismos *psi*.

Nas *Considerações Sobre os Efeitos Nocivos Dos Racismos* estão presentes um recorte de conceitos, teorizações e referências sobre o entendimento desta/e autor/a acerca dos impactos dos racismos à população negra especialmente nas dimensões de território e corpo. Também aqui encontra-se a exposição da “deseducação” como proposta de enfrentamento a estes efeitos nocivos, possibilitando criar espaço de desobediência que facilite a compreensão (para intervenção) dos efeitos do racismo na vida individual e coletiva. Pontuando a educação universitária, inclusive a qual ambigualmente se estabelece esta pesquisa, inaugura-se nesta seção um curto ensaio sobre as bases clássicas de construção do conhecimento, como a neutralidade e a universalidade, e suas contra-propostas. A ideia inaugurada nesta parte do trabalho serve como contextualização do percurso de métodos utilizados, sendo exposto no próximo capítulo.

*Considerações metodológicas: Uma Encruzilhada, Eu e Meus Pés, eu acho: considerações metodológicas*, como se confirma em seu título e subtítulo, ratifica-se a natureza desta pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão do perfil das/os participantes, as estratégias de segurança e mitigação de riscos em pesquisa com seres humanos, as ferramentas de coleta, as propostas de análise entre outras pontuações metodológicas e éticas necessárias.

Nos *Resultados e Discussões* são expostos os objetivos-temas de pesquisa (dilemas, estratégias e necessidades), junto a outros achados (“falas iniciais” e “abertas”), concretizados a partir das entrevistas realizadas. Este material em diálogo com o aporte teórico sócio dramático possibilitou o *Ciclo Formativo: Uma Proposição*, no qual são pormenorizadas e detalhadas a possibilidade do referido ciclo. Por fim, este trabalho encerra-se nas *Considerações Para Finalizar*, estando presentes alguns furos e potências deste trabalho.

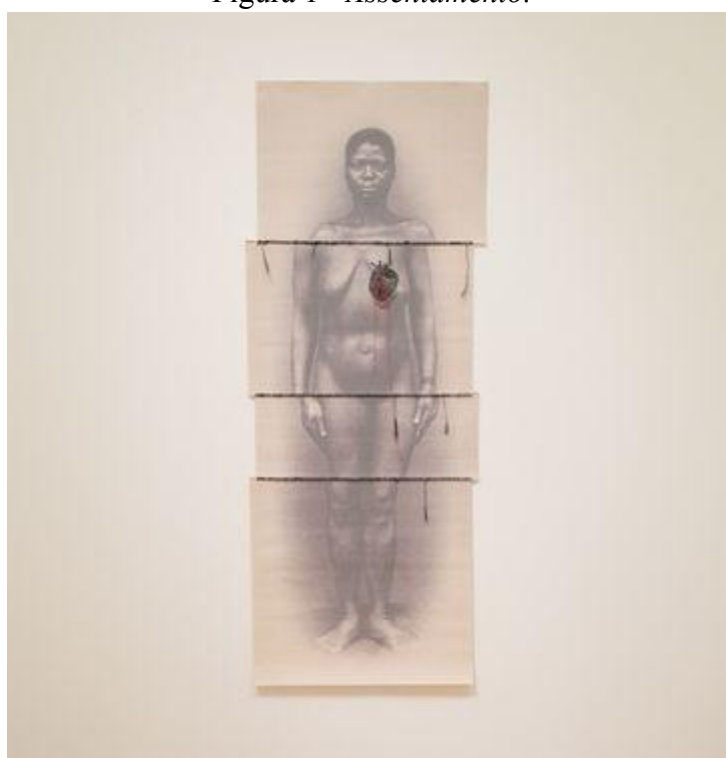


## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 MEU OLHO SE ENCHE<sup>1</sup>: OS USOS E ABUSOS DE RAÇA

“- Olhe o negro!... Mamãe, um negro!... Quietos! Ele vai se zangar... Não lhe dê atenção, meu senhor, ele não sabe que o senhor é tão civilizado quanto gente...” (FANON, 2020, p. 129).

Figura 1 - *Assentamento*.



Fonte: Rosana Paulino (2013).

O uso de “raça” podem mirar no campo biológico, parecendo acionar o sentido de classificar seres humanos em diferentes raças: uma negra, uma amarela, uma branca, uma vermelha e, sublinaramente, hierarquizá-la, por exemplo, como fez a produção científica a partir da teorização da “inerente degradação do negro”, de Nina Rodrigues, no começo do século passado (SANTOS, 2020) ou como citou a juíza curitibana Inês Marchalek Zarpelon na determinação de pena para um homem negro, em 2020: “Seguramente integrante de um grupo criminoso, em razão de sua raça”, segundo a matéria de Vianna e Brodbeck (2020).

---

<sup>1</sup> “E quando a dor vem recostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução”, conto *Ayoluwa, a alegria do nosso povo*, de Conceição Evaristo (2018, p. 114).

Não são nesses termos que haverá aqui a utilização de “raça”, que se configura, na verdade, como uma tecnologia produtora de distinção, hierarquização e subordinação de grupos não-brancos. “O negro não existe. Não mais que o branco” (2020, p. 242), lembra Fanon. “Raça” é uma estratégia fabricadora de outras e outros. Toni Morrison (1992 *apud* KILOMBA, 2019) usa o palavreado de dessemelhança/*unlikeness* para apontar a dependência da identidade de pessoas brancas por meio da distinção diante outros grupos, produzindo uma ficção<sup>2</sup> de uma plena humanidade (superioridade-universalidade-neutralidade) para uns e umas, e o inverso para outras populações. Desde o título, *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, a tese de Sueli Carneiro (2005) vai ao encontro disso.

Os efeitos da conceituação de “raça” se dão na (re)produção da realidade, assim como nas heranças, discursos e ações simbólica e concretamente experimentados no mundo social (SCHUCMAN; MARTINS, 2017), gerando insistentemente uma proposta individual e coletiva no viver-adoecer-morrer, narrar histórias e ocupar territórios. Ou seja, uso de “raça”, neste texto, encontra-se no âmbito sócio-existencial, que, para além da nomeação para a dessemelhança, produziu historicamente contrapartidas e fricções, especialmente no século XX. “É o Branco que cria o Negro, mas é, por outro lado ‘o negro que cria a negritude’ (FANON, 1968, p. 20), afirmando-se na luta por um reconhecimento objetivo” (FAUSTINO, 2013, n.p).

Outro termo essencial para este trabalho, o conceito de “racismo” não é àquele que se resume em cena pontual de violência verbal de um sujeito contra outro ou estigma social: é estrutural, organizador de heranças desiguais materiais e simbólicas, ordenador de legibilidades, violento e, para nós, “um racismo de tipo muito especial, de exclusiva criação luso-brasileira” (NASCIMENTO, 1980, p. 14), no terreno do camuflado-evasivo e, ambigualmente, escancarado-persistente. Tal ocultação ideológica é chamada por Abdias Nascimento (1980) de Democracia Racial. Já no plural, “racismos” são as expressões mantenedoras de iniquidades raciais diversas, as quais, parafraseando Denise Ferreira da Silva (2019), se dão como produções de falhas e erros diante corpos e territórios negros.

Nisto, situando estes conceitos no contexto brasileiro, sob os pilares da modernidade de Saúde Pública e Educação, as primeiras décadas pós-canetada da princesa Isabel, no século XX, se deram na construção do *Brazil*<sup>3</sup> e de seu povo sob a imitação da

---

<sup>2</sup> "Não se pode perder de vista o fato de que criar ficção é próprio da vida humana, ficção não tem nada a ver com fake. Ficção é a própria realidade. Existimos ficcionando. O problema se instaura quando a ficção que o mundo está produzindo nos prende em modos fixos de viver que limitam a potencialidade própria da vida que é criar outras ficções, modos outros de incorporar a existência" (VEIGA, 2021, p. 40).

<sup>3</sup> “Brazil” refere-se à denominação-de-fora sobre este país, sendo referência ao insistente projeto de nação espelhado a este “fora”.

Europa, havendo preocupação das elites deste país de promover progresso científico, modernidade e brancura de uma nova nação. Consolidaram-se políticas sociais e raciais no Brasil (D'ÁVILA, 2006) como tentativas de “recuperação de uma população degenerada” em prol de um projeto de branqueamento das (ou genocídio, como afirma Nascimento, 1980) das gentes pobre e não-branca brasileira.

Nisto, o papel da ciência é vital, pois é com ela que se embasa a validade e a verdade. “A eugenia foi uma tentativa científica de ‘aperfeiçoar’ a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários [...] Essa variedade de eugenia combinava bem com as ideias sobre raças defendidas pelas elites brasileiras” (D'ÁVILA, 2006, p. 31-32). Médicos, antropólogos, sociólogos, professores e psicólogos foram algumas categorias convocadas para tal missão nacional das elites brasileiras, influenciando, especialmente, os sistemas educacionais e sanitários da época e suas respectivas reformas. Focalizando os saberes psicológicos sobre as questões raciais, Schucman e Martins (2017) organizam grandes giros *psi* facilitadores de mudanças sobre este conhecimento e o lugar social ocupados por eles. De Nina Rodrigues e a “Escola Baiana de Antropologia” até as propostas freyrianas da docilização das tensões raciais, o peso científico se consolida no negro-problema-objeto e na invisibilização do lugar da pessoa branca nos dilemas raciais.

Alguns dos seguidores dessa Escola são Artur Ramos e Afrânio Peixoto, que, junto ao seu professor, seguiam a linha do repúdio à miscigenação, percebendo, por exemplo, que “o mestiço não deixaria de ser um degenerado, já que o negro (miscigenado ou não) era inegável e invariavelmente inferior” (CFP, 2017, p. 25). Cabe destacar ainda outra linha de pensamento racista, a de Severo Peixoto, o qual propunha a miscigenação entre negros e brancos (alemão, italianos), pois “em função da seleção natural, em um futuro próximo a nação seria composta basicamente por brancos, ou seja, por civilizados” (MUNANGA, 2004 *apud* CFP, 2017, p. 25). Destaca-se com isso a não-homogeneidade das propostas eugenistas, no terreno brasileiro, apesar do ponto em comum destas que é a da proposição genocida, via ciências, contra a população negra.

O conhecimento científico neste período orbita na ficção da neutralidade e universalidade. Os temas, paradigmas e métodos acadêmicos se postam, respectivamente, na formulação de questões a serem debatidas, a análise e explicação destas a partir de um certo percurso de produção de conhecimento, contudo, seguindo Grada Kilomba (2019, p. 54), é importante estranhar “quem define quais perguntas merecem ser feitas? Quem as está perguntando? Quem as está explicando? E para quem as respostas são direcionadas?”

Reside nestes pontos destacados a problematização deste trabalho. Partindo da necessidade de implicação racial das Psicologias<sup>4</sup>, mira-se na “formação coletiva” de psicólogas/os negras/os, havendo necessidade aqui de ratificar a colocação de David (2018) sobre os efeitos nocivos de estas/es serem forjados em uma sociedade racista, encontrando-se no dilema de serem parte de uma população em risco e de serem, concomitantemente, profissionais com potencialidade de compreender e intervir nesses mesmos atravessamentos (MUNANGA, 2018). Com isso, parte para uma questão ainda histórica: como estes atravessamentos raciais vem acontecendo entre as Psicologias e algumas de suas figuras negras significativas?

## 2.2 A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA<sup>5</sup>: PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS

“Brasil, meu nego,  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra”  
(DOMÊNICO, 2019).

Situando as Psicologias<sup>6</sup>, assim como a construção das ciências como tais, têm sua formação acadêmica atravessada pelo epistemicídio. Seguindo a linha de construção pelo “-cídio”, epistemicídio segue um tipo de morte relacionado ao pluri-conhecimento de povos, enquanto validade e propagação, abarcando, assim, uma série de assassinatos de um montante de saberes em proposição de único mono-conhecimento. Partindo da linha de raciocínio de Boaventura Santos (1997 *apud* CARNEIRO, 2005), aloca a ciência a privilegiada única de produzir validades, encontra-se também no sujeito branco o único possível de operações de cognoscência. Envolve-se, assim, algo de morte e desvalidação de conhecimentos e sujeitos (de um lado); também algo de imposição universalista e o negacionismo disto (de outro).

---

<sup>4</sup> Contestando a formação acadêmica, Veiga (2019) pontua a importância não somente de contestar o arcabouço epistemológico em Psicologias, mas de “colocar em questão o próprio lugar do psicólogo, situar suas marcas, seu lugar de fala, porque é desse lugar que ele exerce a escuta” (p. 246), o que se busca neste trabalho.

<sup>5</sup> Referência ao samba-enredo 2019, da Escola Primeira de Mangueira, que ganhou o carnaval carioca com o enredo *História Para Ninar Gente Grande* (DOMÊNICO, 2019).

<sup>6</sup> Após trazerem a diversidade de objetos e fenômenos científicos possíveis, Bock, Furtado e Teixeira (1999) afirmam que “Esta situação leva-nos a questionar a caracterização da Psicologia como ciência e a postular que no momento não existe uma psicologia, mas **Ciências Psicológicas** embrionárias e em desenvolvimento” (p. 22, grifo das autoras).

Dado isso, é interessante expor a aproximação, no contexto brasileiro, do desenvolvimento das ciências psicológicas à branquitude, em que se utiliza de estratégias de silenciamento e romantização mediante as violências raciais (BENTO, 2018). Mais especificamente, os conceitos de epistemicídio (CARNEIRO, 2005) e colonialismo na formação Psicológica (VEIGA, 2019a) formarão uma encruzilhada necessária de interpretação que se resume numa relação “Psicologias = Psicologia Branca”. Ou seja, há na pluralidade *psi* uma comunalidade.

"Psicologias" é usado para dizer das várias abordagens e dos campos de atuação, mas essa pluralidade negligencia a população negra, que é maioria do país, pois ou picota como recorte temático, adicionando um "negra/o" em todo final de coisa, ou assume silenciamento suspeito acerca da posição da/do branca/o, que parece se ausentar nas narrativas dos últimos 500 anos de Brasil (BENTO, 2018).

Isto, na verdade, declara que foram estudadas as Relações Raciais em Psicologias através da branquitude para, de novo e de novo, manter a luta silenciosa de sustentar os privilégios de pessoas brancas, dentre eles, o de não precisar situar isto como categoria para ser percebida e enfrentada (PIZA, 2018). Esta autora traz que nunca houve questionamento dela mesma ou de qualquer outra pessoa sobre sua branquitude: “Mesmo na vivência com amigos e colegas negros eu não estava presentificada por cor. Eu **era**, simplesmente (Edith, estudante, mulher, mãe etc.); eles eram todos sobrenomeados: **negros**” (p. 60, grifos da autora). Reafirma-se, assim, a existência da comunalidade da branquitude na pluralidade em Psicologias.

Esses estudos sobre branquitude são, assim, reflexões sobre as relações (des)linearmente costuradas na história junto à dimensão subjetiva da branquitude que “justificam” o racismo do tipo especial brasileiro: impositivo para certos e invisível para outros. Kabengele Munanga aponta a rica possibilidade de atuação das Psicologias, apesar da inquietante “pouca preocupação” (2018, p. 11) *psi* para com 60 milhões de afro-descendentes brasileiros içados em um contexto de globalização:

Os desajustados e perturbados mentais, vítimas do preconceito e da discriminação racial, mereceriam a atenção de uma ciência psicológica, tanto no plano individual sob o olhar de uma psicologia clínica, como no plano coletivo, sob o olhar de uma psicologia social. Não vejo, portanto, disciplina mais qualificada que a psicologia e sua derivada, a psicanálise, para analisar os fenômenos subjetivos ligados aos processos de identificação do sujeito negro individual e coletivo e aos processos de sua autoestima (2018, p. 9-10).

Tanto Antunes (2012) quanto Vilela (2012) pontuam que desde o surgimento em território brasileiro, nos 20 e 30, foram os testes psicológicos as ferramentas de expansão e consolidação das Psicologias como ciências autônomas de outras áreas no contexto fértil de tons “progressistas” e eugênicos, devendo ao racismo científico, àquele posicionado pela ciência para promover deslegitimação, assim, o desenvolvimento da nossa área no Brasil. Nos anos de 1970 e 80, as Psicologias e seus profissionais ainda carregavam o *status* de mantenedores do sistema (ANTUNES, 2012), contudo e paralelamente o movimento negro dentro das Psicologias disputava espaço, promovendo lugar de discussão, resoluções de suporte e ascensão de coletivos racialmente implicado (CFP, 2017).

O Conselho Federal de Psicologia (2017), pontuando narrativa sobre a intersecção entre esta área e as questões raciais, afirma que, nos anos 2000, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo junto ao Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) produziram uma série de debates sobre a promoção da igualdade racial e de gênero no contexto de oportunidades de trabalho e emprego em empresas, havendo visibilização profissional sobre o tema, levando a campanha *O Preconceito Racial Humilha, A Humilhação Social Faz Sofrer*, em 2002, pelo Conselho de Direitos Humanos e, assim, possibilitando o debate nacional sobre o racismo no Sistema Conselhos.

No mesmo ano, é publicada a Resolução nº 18/2002 (CFP, 2002), que estabelece as normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, tem em seus sete artigos atos profissionais de reflexão e combate às formas de discriminação por raça/cor. Três anos depois, em 2005, é lançada a terceira edição do Código de Ética Profissional do Psicólogo, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2005), afirmando que a missão primeira de um “código de ética profissional não é de normatizar a natureza técnica do trabalho e, sim, a de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela“ (p. 7).

Organizando os tempos históricos sobre as viradas dos saberes psicológicos em encontro às questões raciais, Schucman e Martins (2017) pontuam três momentos significativos de mudanças dos lugares sociais e de seus sujeitos. O primeiro deste ocorreu entre o fim do século XIX e início do XX (1890-1920) sob a principal influência do psiquiatra branco baiano Nina Rodrigues e seus discípulos da Escola Baiana de Antropologia. A partir do conceito médico-psicológico de “degeneração da raça”, os estudos de Nina Rodrigues giravam em torno na criminalização científica da população africana e afrodescendente

brasileira por meio da sustentação de um modelo psicofísico essencializador de crimes e adoecimentos.

De acordo com Rocha, Torrenté e Coelho (2021) os fatos científicos promovidos por Nina Rodrigues pautaram toda uma política de imigração de brancos europeus para o Brasil como estratégia do governo brasileiro para um projeto de nação embranquecido, sendo as consequências dessa migração pautado por Abdias Nascimento (1980, p. 24):

enquanto os negros permanecem na base da escada social, durante quatro séculos, os imigrantes brancos que chegaram ao país em algumas décadas, ou, por assim dizer, há alguns dias, ascendem rapidamente a escala social e de todos os poderes, seja econômico, o político ou o cultural. **Essa vertiginosa mobilidade da sociedade brasileira não toca nem a pele negra da população majoritária** (NASCIMENTO, 1980, p. 24, grifo meu).

Ainda de acordo com Schucman e Martins (2017), essa proposta política-científica de Nina Rodrigues encontrou enraizamento na Medicina Legal, Psicanálise e Antropologia, sendo este ainda homenageado na nomeação do Instituto Médico Legal (IML) de Salvador (Avenida Centenário, s/n, Garcia)<sup>7</sup>, parecendo uma forma de homenagem às suas contribuições, uma declaração persistente, um quebrante colonial (MAIA NETO, 2021). Aqui, falo do tempo dos últimos anos de derrubadas e queimadas de bustos, estátuas e monumentos em São Paulo e a retirada destas (CASTRO, 2020), também sendo visto tal pedido na Bahia (PORFÍRIO, 2020)

Figura 2 - Fotografia de Juliano Moreira, em 1891, aos 19 anos.



Fonte: Memorial Juliano Moreira (*apud* SANTOS, 2020).

<sup>7</sup> Essa informação foi dada em disciplina (*Saúde Mental da População Negra*), no semestre 2021.1, facilitada pela professora Jeane Tavares, que, nas aulas sobre os dilemas inegociáveis entre o racismo nas Psicologias, trouxe “Ou a Psicologia é antirracista ou não é ética”.

Em contraponto a esta Escola Baiana, Ynaê Santos (2020) traz o psiquiatra negro baiano Juliano Moreira como figura questionadora das ideias de “degeneração de raça” de Nina Rodrigues, colocando “em cheque toda a pseudociência que se alicerçava do racismo científico e que apregoava a inferioridade biológica entre diferentes raças humanas” (p. 18). Já décadas antes de Basaglia, na coordenação de um hospital psiquiátrico nos anos 1903 a 1930, este psiquiatra apostava na revolução a partir de um cuidado humanizado “de portas abertas e para além dos muros das instituições, incluindo outros saberes e ampliando a concepção de normalidade e anormalidade”, como escreve Clélia Prestes (2021, p. 61), em estudo sobre uma série de figuras apagadas do campo *psi*, a qual ainda traz a importância de Juliano Moreira para a entrada da Psicanálise no Brasil, informação esta confirmada por Santos (2020).

A postura de Juliano Moreira pode ser exemplificada nos diários de Lima Barreto, que teve nova entrada no Hospital Nacional dos Alienados, nos anos 1920: “Na segunda-feira, antes que meu irmão viesse, fui à presença do doutor Juliano Moreira. Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou, fez-me sentar a seu lado e perguntou-me onde queria ficar. Disse-lhe que na secção Calmeil. Deu ordens ao Santana e, em breve, lá estava eu” (2017, p. 40-41). Em um escândalo, enquanto um dos pacientes se atreve a subir no edifício para jogar telhas nas ruas próximas à instituição, Barreto cita a postura do psiquiatra, na época, diretor deste hospital entre 1903-1930: “O diretor nada disse, e eu, por aí; mas foi preciso ele vencer, com a sua doçura, a sua paciência e a simplicidade da sua alma, a indelicadeza desse seu hospitalizado” (2017, p. 81).

O segundo momento apontado Schucman e Martins (2017) ocorreu entre os anos 1930-1960 a partir dos estudos de Gilberto Freyre e a ascensão do “mito da democracia racial”, havendo a profunda marcação histórica do Brasil da Revolução de 1930 e o Estado Novo, havendo, com isso, a busca por um modelo de nação na qual a violência racial é docilizada<sup>8</sup> em prol de uma ficção de positividade das tensões inter-raciais, como afirma Abdias Nascimento “[...] a solução brasileira seria negar a existência do problema, negar, e

---

<sup>8</sup> Em grifos, as figuras negras construídas à imaginada família brasileira (branca) de Gilberto Freyre. “Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos que todos a marca da influência negra. **Da escrava ou sinhama** que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da **negra velha** que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da **mulata** que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do **muleque** que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo (p. 283, grifos meus).



sempre negar, que no Brasil existia qualquer tipo de questão ou problema de preconceito e discriminação raciais” (1980, p. 24).

Neste período, de 1951 a 1952, a partir do estímulo para pesquisas sobre as questões raciais em algumas regiões do Brasil, como Amazonas, Rio de Janeiro e Pernambuco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promoveu estudos que acabaram por se contrapor às propostas freyrianas sobre o cenário racial romantizado. A proposta inicial do fomento da UNESCO tinha “O objetivo de tais pesquisas era demonstrar a existência de experiências exitosas de cooperação racial no mundo” (SCHUCMAN; ALMEIDA, 2017, p. 177), contudo as pesquisas fomentadas promoveram ruptura com a proposta idílica vigente, redefinindo o termos de denominação das tensões raciais para outros paradigmas, como pode ser exemplificada pela pesquisa de Virgínia Bicudo<sup>9</sup>, *Atitudes de alunos de grupos escolares em relação com a cor de seus colegas*, em São Paulo (PRESTES, 2020).

Figura 3 - Fotografia de Virgínia Bicudo.



Fonte: Dissertação de Janaína Gomes (2013).

---

<sup>9</sup> Em 1945, com a dissertação *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, Virgínia Bicudo inaugura o primeiro pesquisa de pós-graduação, no campo *psi* brasileiro, acerca da temática racial, de acordo com Janaína Gomes (2013 *apud* PRESTES, 2020), assim como foi uma das responsáveis pela institucionalização da Psicanálise no Brasil e o reconhecimento desta diante à comunidade internacional, nos anos 50, em que, já pela década de 1930, foi a primeira pessoa no Brasil a fazer análise e, logo depois, a primeira psicanalista brasileira, sendo não-médica (socióloga). Bicudo ocupou ainda a vice-coordenadoria da primeira gestão do Conselho Federal de Psicologia, de 1973-1976.

Ainda sobre Bicudo, é curioso que o relatório dela para o Projeto UNESCO torna-se apêndice, na primeira edição, contudo, nas posteriores, não mais aparece, segundo Prestes (2020): “Sua figura some nas histórias do campo psi. Como diz Gomes (2013), um segredo Virgínia permanecer tão pouco conhecida. Seguindo no intuito deste artigo, de recontar histórias, este é mais um exemplo de como vozes negras não têm sido escutadas e reconhecidas” (p. 64). Esse apagamento pode ser ratificado quando é apontado Florestan Fernandes (CFP, 2017; MAIO, 2000 *apud* SCHUCMAN; ALMEIDA, 2017; ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2021), sociólogo branco, como maior representante da contestação paradigmática freyriana.

Lourenço Cardoso, historiador negro, cita Florestan Fernandes, assim como Octavio Ianni, como inegáveis contribuidores anti racistas no campo das Ciências Sociais, contudo, utilizando-se da “neutralidade” do sujeito científico, como comumente faz a branquitude a partir da negligência em se pautar como um lugar particular/não-universal, destaca que estes não realizaram autocrítica racial na construção de seus estudos, ou seja, “não refletiram sobre a possibilidade de que o conhecimento que produziram seja também autoconhecimento” (2010, p. 625).

Em alguma concordância, a pesquisadora branca Edith Piza (2018) cita os conceitos de “negro trânsfuga” e de “identidade anômica individual e familiar”, de Florestan Fernandes, para apontar que “Nesses estudos, sabe-se muito sobre o negro, mas, em nenhum momento, nomeia-se aquele que, na relação oprimido-opressor, desempenha o papel do opressor: o branco” (p. 67). Esse movimento representa o que vai ser contestado no terceiro e último momento, organizado por Schucman e Almeida (2017), que segue nos anos 70 a partir do entendimento das questões raciais como constructo social que atravessa as iniquidades simbólicas e materiais da população negra.

Destaca-se aqui a importância de Neusa Santos Souza (2021), psiquiatra psicanalista negra baiana, em *Tornar-se Negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, como estudo pioneiro sobre o sofrimento psíquico e identidade negra, na década de 80 (CFP, 2017). Desde as primeiras páginas, a torção paradigmática narrada por Schucman e Almeida (2017) é escrita pela própria autora: “**Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo.** [...] Este livro representa meu anseio e tentativa de elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange sua emocionalidade” (SOUZA, 2021, p. 45, grifo meu).

Figura 4 - Fotografia de Ana Rocha (à esquerda) e Neusa (à direita).



Fonte: arquivo pessoal de Ana Rocha (PENNA, 2019)

Situando o percurso de Souza, William Penna (2019) traz o impacto de seus estudos com psicóticos (o que é invisibilizado, em comparação à outras referências<sup>10</sup>) e os Seminários na Casa Verde; assim como, ambigualmente, ele expõe os atravessamentos do racismo no cotidiano de Souza, como a mesma relata em uma entrevista ao *Programa Espelho*: a compra de um quadro junto a um galerista. “Ele não conseguia entender por que talvez fosse tão inusitado que uma pessoa negra, anônima, interessada em comprar um quadro, é alguma coisa que ele não conseguia entender. Ultrapassava as possibilidades cognitivas dele. Quer dizer, eis o absurdo da situação do racismo” (SOUZA, 2008).

Ainda no *Tornar-se Negro*, Neusa Santos Souza (2021) conta também a trajetória de construção desse livro: “A partir do contato por telefone criou-se, em quase todos os entrevistados, uma expectativa: a de que eu fosse branca. Alguns disseram-me isso com palavras. Outros, com atitudes” (p. 110). Tal como o galerista citado anteriormente não entendia e nem esperava uma compradora negra, na pesquisa, as/os entrevistadas/os só

<sup>10</sup> Clélia Prestes (2020, p. 63, grifos meus) narra a linha histórica que liga Neusa Santos Souza a outras importantes figuras da história das Psicologias: “Juliano [Moreira], Nise [da Silveira] e Neusa compartilham o fato de terem se graduado na Faculdade de Medicina da Bahia, de terem seguido depois para o Rio, dedicando-se à psiquiatria e cuidado humanizado de psicóticos, de terem trabalhado no mesmo hospital [de 1903-1930; de 1946-1970; no anos 1980, respectivamente] e de serem figuras revolucionárias no campo psi. **Uma diferença é que Nise é amplamente conhecida, recentemente teve inclusive um filme dedicado à sua vida, enquanto Juliano e Neusa, figuras apagadas.** Não descarto a possibilidade de ela ser mais conhecida por ter uma produção mais recente que Juliano, e talvez mais abrangente que Neusa, nem desconsidero o brilhantismo de Nise. Questiono, no entanto, o reconhecimento no campo psi não ser proporcional, no caso das figuras negras ou da temática das relações raciais”.

podiam esperar uma pesquisadora branca, mas não ela, Neusa. Esses embaraços raciais de expectativa representam essas décadas (e talvez ainda hoje) e, também, como uma surpresa, esses mesmos atos dramatizam a quebra do falso mito de democracia racial de quem detém poder financeiro ou produz o conhecimento: são pessoas brancas.

Até os anos 70, a primazia dos trabalhos das questões raciais brasileiras eram pontuadas pela/o negra/o como objeto a partir de autores/as brancos/as, sendo este procedimento já contestado há décadas, como aponta Guerreiro Ramos, sociólogo negro, nos anos 50. “O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção” (RAMOS, 1957, p. 171). Nisto, continua o autor, “O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético e multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje” (p. 171). De acordo com o levantamento realizado por Lourenço Cardoso (2010) é com este escrito, *Patologia Social do “Branco” Brasileiro*, que há a inauguração da análise sobre a branquitude - ou brancura<sup>11</sup>.

Figura 5 - Fotografia de Alberto Guerreiro Ramos.



Fonte: Matéria de Juliano Silva (2020b) ao Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO).

<sup>11</sup> “Apesar de encontrar na literatura de Gilberto Freyre a primeira utilização do termo branquitude indubitavelmente o notável Guerreiro Ramos foi o primeiro a propor os estudos sobre a identidade racial branca. Esse autor utilizava o termo ‘brancura’, que significaria para nossa literatura científica atual o conceito branquitude. Todavia, Guerreiro Ramos, outras vezes, no mesmo ensaio *Patologia social do ‘branco’ brasileiro*, utiliza o termo ‘brancura’ no sentido do que hoje denomino brancura mesmo” (CARDOSO, 2010, p. 616, grifo do autor).

Maria Célia Malaquias (2004) traz importantes contribuições sobre a relação de Guerreiro Ramos com Teatro Experimental do Negro (TEN), o qual foi fundado em 1944 por Abdias Nascimento, Aguinaldo Camargo, José Herbel e Tibério sob os objetivos de refletir e valorizar o negro brasileiro. “[TEN] Era um teatro pensado, elaborado, dirigido e exercitado por negros [...] um experimento psico-sociológico” (MALAQUIAS, 2004, p. 5). Nisto, em 1949, Guerreiro Ramos coordena o braço do TEN ligado às análises, reflexões e pesquisas das ações deste teatro: o Instituto Nacional do Negro (INN). Uma das principais propostas dele foi a instalação dos Seminários de Grupoterapia, que tinham uso das experimentações do psicodrama e sociodrama, sendo algumas destas escritas no *Jornal Quilombo* (1948-1950), o qual foi uma estratégia de imprensa pelo TEN. “Guerreiro Ramos participava ativamente do *Jornal Quilombo*, por meio de artigos desde seu primeiro número. E, em três números, escreveu sobre Grupoterapia, Psicodrama e Sociodrama” (MALAQUIAS, 2004, p. 12).

Ainda do final dos anos 40, Guerreiro Ramos recomenda o uso do Sócio-Psicodrama à UNESCO como ferramenta para lido das questões e tensões raciais brasileiras (MALAQUIAS, 2020) e, em uma segunda via, encaminha para Jacob Levy Moreno (homem branco fundador do Psicodrama), sinalizando a importância desta abordagem às relações raciais. Para ambos (UNESCO e Moreno), Guerreiro Ramos envia a Declaração Final do I Congresso Nacional do Negro Brasileiro, evento ocorrido em 1950, no Rio de Janeiro. Na via do documento de Moreno, digitalizado no livro de Malaquias (2020, p. 33), está escrito à mão: “Dr. Moreno: espero que o senhor tire proveito destas recomendações do Congresso, pois todas elas se encaminham no sentido da *sociometry*”.

Figura 6 - Fotografia da mesa de encerramento do I Congresso do Negro Brasileiro.



Retornando à virada epistemológica dos anos setentistas, que se deu pela maior análise das branquitudes nos estudos raciais, iniciando com os estudos de Guerreiro Ramos (CARDOSO, 2010), é importante sinalizar que, nas Psicologias CFP (2017), a entrada do conceito de branquitude e branqueamento se dá especialmente com o livro *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Lançado em 2002, este foi organizado por Iray Carone e Maria Aparecida Bento, que questionam o silenciamento suspeito acerca da posição da/do branca/o, que parece se ausentar nas narrativas dos últimos 500 anos de Brasil (BENTO, 2018). “Podemos, assim, dizer que é a partir do olhar do negro para a Psicologia, e não mais da Psicologia em relação ao negro como objeto, que a Psicologia Social brasileira passa a se comprometer de fato com o combate ao racismo (SCHUCMAN; ALMEIDA, 2017, p. 181).

Com isto, destaca-se que estes últimos autores citados afirmam a Psicologia Social como expoente, o que é pontuado por Tavares e Kuratani (2019), a partir de alguns estudos (MARTINS; SANTOS; COLOSSO, 2013; SACCO; COUTO; KOLLER, 2016), que ocorre uma redução e condensação dos trabalhos sobre as tensões étnico-raciais e o preconceito racial neste ramo *psi* que não é encontrada em outros, especialmente a Clínica, o que se deu “pelo esforço de psicólogos militantes de movimentos sociais” (p. 2). Essas movimentações através do tensionamento de pessoas negras nas Psicologias geraram uma série de mudanças, como anteriormente foi citada a Resolução nº 18/2002 (CFP, 2002) e o *Relações Raciais: Referências técnicas para a atuação de psicólogas/os* (CFP, 2017).

Enfim, é visível que a inserção do debate racial se deu por disputa através de nomes de pessoas e organizações, como as já mencionadas Iray Carone e Maria Aparecida Bento, o Instituto AMMA Psiquê e Negritude e o CEERT. Essa curiosa demora parece ser exemplificada pelo Sistema Conselhos de Psicologia, que, nos anos 70 e 80, tomou para si a questão do Movimento da Reforma Sanitária e, nas décadas de 80 e 90, o Movimento de Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial, instituindo, nos anos 90, a Comissão de Direitos Humanos do CFP e nos CRPs, contudo, somente no começo deste século, incorporou os debates acerca do racismo e da desigualdade racial (CFP, 2017).

Essa dinâmica de resistência às demandas raciais parece confluir com o que é levantado por David (2018, p. 139), em sua experiência em um Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPSij): “Quando um equipamento/instituição público ou privado decide exercitar o letramento racial, em uma sociedade estruturada na lógica racista, a reação preconceituosa é imediata”. Junto a isso, o mesmo autor traz um questionamento em sua pesquisa, que também é relevante para este trabalho. “A reforma

psiquiátrica brasileira está disposta a perguntar, qual é (ou tem sido) a sua raça/cor?” (p. 145).

A Reforma ainda e especialmente nos últimos anos encontra desafios muito particulares<sup>12</sup> enraizados desde seus princípios, que se dão como proposição e feitura de resistência micro e macro política, contra hegemônico (DIMENSTEIN; SIMONI, 2020), estando hiper ligados ao tempo presente e suas crises (política, ética, racial e sanitária, por exemplo). As bases da mudança do paradigma antimanicomial podem ser encontradas na Lei Nº 10.216 (BRASIL, 2001), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, tais como a preferência por serviços comunitários de saúde, a internação (voluntária ou não) como última possibilidade das ações extra-hospitalares, estar vedado a internação em instituições similares aos asilos, o tratamento para fins permanentes de reinserção ao seu meio social, a necessidade expressa de consentimento do paciente ou de familiar responsável para uso de suas informações de tratamento ou diagnóstico em pesquisa científica.

Rachel Passos (2019) destaca o cruzamento entre a Reforma Psiquiátrica e o racismo quando relata que este “perpassa a concepção de mundo dos sujeitos e estrutura as relações institucionais, sendo reproduzido nos diversos espaços, inclusive nos serviços que substituem os hospitais psiquiátricos nas políticas públicas e na formação profissional” (p. 85), que, ainda segundo a autora, a invisibilização do racismo, do colonialismo e das relações étnico-raciais ocorreu nas publicações sobre a Reforma e a Luta Antimanicomial, invisibilizando tema. Destaca-se, com isso, a necessidade de se discutir os elementos raciais nos diversos níveis da atenção psicossocial para a promoção de cuidados legitimamente antimanicomiais, os quais se ratificam nas iniquidades e desafios presentes em tempos de nova pandemia (DIMENSTEIN; SIMONI, 2020).

Em outro trabalho, Passos (2018, p. 14) aponta, por exemplo, que a conhecida contribuição de Basaglia e da perspectiva democrática italiana têm referência direta nos trabalhos de Frantz Fanon, quando este era diretor de um hospital psiquiátrico, em Blida, Argélia: “A contribuição de Fanon para a Luta Antimanicomial acabou ficando

---

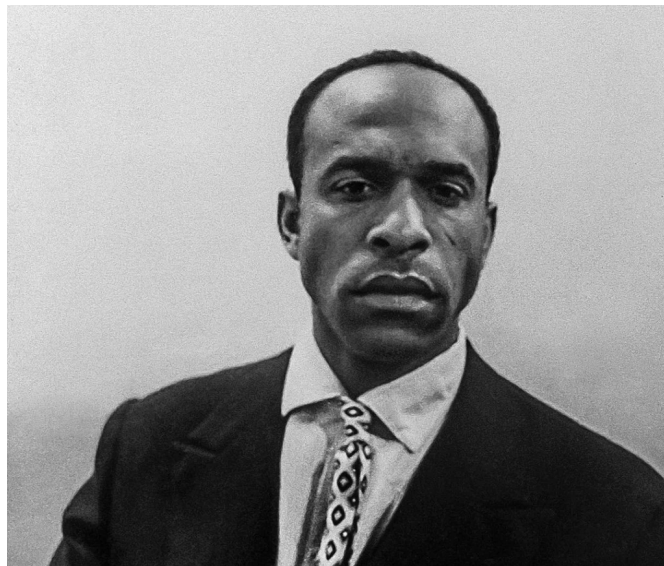
<sup>12</sup> “O projeto político de Reforma Psiquiátrica vem gradativamente perdendo força na última década. Isso se agravou desde o golpe de 2016, quando setores mais conservadores ocuparam o Ministério da Saúde e a Coordenação Nacional de Saúde Mental, com a forte presença da Associação Brasileira de Psiquiatria, que sempre foi claramente contra a reforma psiquiátrica. Desde então, temos assistido a sucessivas manobras para enfraquecer o processo de reforma psiquiátrica no país e para desmontar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), de acordo com a lógica conservadora e privatista que prevalece no país” (DIMENSTEIN; SIMONI, 2020, p. 9).

invisibilizada na construção da própria história oficial da Reforma Psiquiátrica brasileira e das investigações que se detiveram na experiência italiana”.

Em 1925, mesmo ano de Malcolm X, Frantz Fanon nasceu na Martinica, uma colônia da França no Caribe, em uma família de funcionários públicos de classe média (FAUSTINO, 2018). A hiper exaltação francesa nesta colônia foi alvo dos primeiros capítulos do livro fanoniano *Pele Negra, Máscaras Brancas*, em 1952: “Num grupo de jovens antilhanos, aquele que se exprime bem, que possui o domínio da língua [francesa], inspira extraordinário temor; é preciso tomar cuidado com ele, é quase um branco. Na França, se diz: falar como um livro. Na Martinica: falar como um branco” (FANON, 2020, p. 35).

Em 1954, uma explosão revolucionária atinge Argélia, e Fanon, já formado psiquiatra, torna-se diretor de um hospital psiquiátrico em Blida, juntamente a isso alia-se à Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN). “Fanon não era bem visto no Hospital. Sua autoconfiança exacerbada e as alterações indigestas que realizou não provocaram boa impressão aos demais colegas de trabalho” (FAUSTINO, 2018, p. 79), sendo sua postura radicalmente negra<sup>13</sup> pontuada como precursora - e pouco reconhecida - da Reforma e da Luta Antimanicomial tanto italiana quanto, por conseguinte, brasileira (PASSOS, 2018).

Figura 7 - Fotografia de Frantz Fanon.



Fonte: Matéria de Petrone (2021).

---

<sup>13</sup> Grada Kilomba (2020, p. 16, grifos da autora) escreve que “Fanon escreve com uma linguagem do seu tempo, brilhante e revolucionária. Mas a sua obra também inclui a violência de excluir os gêneros e trans-identidades *negrxs* da existência humana. Este é um *erro* que ele nos deixa para ser corrigido. Ou melhor, uma ausência que ele nos deixa para ser ocupada pela nossa existência”.



Enfim, junto à negligência das contribuições das autoras destacadas anteriormente (Juliano Moreira, Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza, Guerreiro Ramos e Frantz Fanon), sendo esta uma face do racismo que resiste em colocar pessoas negras e suas produções ainda no lugar subalterno de objetos e de outras/os (epistemicídio), é possível perceber outras macro resistências-fricções.

Em relação à *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* (PNSIPN) (BRASIL, 2017), que é basal para este trabalho, assim como no trabalho de David (2018, p. 136), em que este visualiza que “os equipamentos de saúde (em geral), naturalizam ou banalizam as iniquidades raciais, desconhecem as demandas de saúde da população negra, não estão apropriados da PNSIPN e de conceitos fundamentais para o cuidado em saúde mental da população negra”, Werneck (2016) traz pontuações interessantes acerca da dificuldade histórica e estrutural da implementação desta:

Apesar de ter cumprido todo o processo de formalização requerido pelo SUS [Sistema Único de Saúde] – aprovação pelo CNS [Conselho Nacional de Saúde] (2006); publicação no diário oficial (2008); elaboração de Plano operativo; pactuação na Comissão Intergestores Tripartite com atribuição de responsabilidades para cada um dos entes federativos (2009) – **a PNSIPN não angariou adesão suficiente à gestão do SUS**. Como resposta, as mobilizações inseriram seus objetivos no corpo da Lei nº 12.288/2010 (Brasil, 2010) aprovada pelo Congresso Nacional em 2011. A partir de então, a atenção à saúde da população negra em seus diferentes aspectos passou a ser regulamentada via lei federal, como estratégia de provocar respostas necessárias (p. 539, grifo meu).

Em suma, percebe-se que as movimentações para dentro e fora das Psicologias brasileiras acerca dos racismos no contexto de Saúde, pressionadas pelos debates políticos advindos dos movimentos negros, se costuraram por algum reconhecimento do racismo “como produtor de iniquidades sociais, preconceito e discriminação, [que] contribui para aumento de sofrimento psíquico de seu paciente negro e para a manutenção das desigualdades raciais” (TAVARES; KURATANI, 2019, p. 1). David (2018) lembra que muitas vezes as problemáticas raciais são percebidas pelos profissionais de serviços de atenção psicossocial como desnecessárias, promotora de constrangimento e, até mesmo, de discriminações em si.

**Sabe-se que esses profissionais também são forjados em uma sociedade racista, que localiza materialmente e simbolicamente os(as) negros(as) em lugares de inferioridade, invisibilidade e opressão.** Em contrapartida, essa mesma sociedade nutre o imaginário social de que o branco deve ser valorizado em sua suposta superioridade, como se esta fosse sua posição “natural”. **Essa montagem binária que sustenta o imaginário social exige atenção dos profissionais e gestores, para que suas práticas não sejam afetadas pelo preconceito racial** (DAVID, 2018, p. 123, grifos meus).

Partindo disso junto às orientações da PNSIPN (BRASIL, 2017, p. 31), em suas diretrizes, quando objetiva sobre a necessidade de “inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde”, e do *Relações Raciais* (CFP, 2017)<sup>14</sup>, o foco deste trabalho se detém, dentre as várias possibilidades de enfrentamento aos racismos nas Psicologias, na implicação dos processos de educação de profissionais trabalhadoras/es de CAPS que são atravessadas/os e lidam com os efeitos dos racismos em seu cotidiano laboral.

## 2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS NOCIVOS DOS RACISMOS

### 2.3.1 Anti-negritude em território-corpo

“E apesar de toda violência,  
A cidade em que vivo não me permite chorar.  
Não há uma esquina qualquer,  
Uma viela, uma calçada  
Um pé de muro, uma sombra de jambeiro  
Que me receba  
Me abrace e console meu choro.  
Por isso, sempre que preciso chorar,  
Regresso ao estrangeiro” (MESMO, 2019, p. 59).

Mbembe (2016) pergunta: “Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: **que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)?**” (p. 124, grifo meu) e, com isso, promove a desnaturalização das cenas de guerra cotidianamente vividas. Situando sobre o conceito de necropolítica, enquanto instrumentalização da existência e da destruição de corpos individuais e populações, Safatle (2020, *online*) afirma que este “Não [é] apenas o poder como gestão da vida e administração

---

<sup>14</sup> “A formação da(o) psicóloga(o) é um momento privilegiado para a construção de conhecimento, de saberes e de práticas sobre diversos assuntos vividos no cotidiano dos sujeitos. [...] Contudo, tal como já apontado neste guia, apesar das preocupações e da luta contra a discriminação racial serem fundamentais para uma sociedade mais justa e humana, nas grades curriculares das faculdades de Psicologia brasileiras, ou mesmo nos conteúdos curriculares raramente encontramos qualquer menção ao tema do racismo ou das relações raciais nas disciplinas obrigatórias. Esta é uma situação que precisa ser modificada, pois, a categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade. Portanto, deve ser inserida na formação das(os) profissionais da área” (CFP, 2017, p. 105-106).

material dos corpos, como descreve preferencialmente Foucault, mas principalmente decisão sobre a morte e o extermínio”, inclusive com cidades-territórios<sup>15</sup>.

Cindindo entre uns e outros, os que podem viver, deixar morrer e fazer matar, Mbembe (2016, p. 128) lembra Foucault, quando este “afirma claramente que o direito soberano de matar (*droit de glaive*) e os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos; de fato, eles podem ser vistos como elementos constitutivos do poder do Estado na modernidade”, pautando, com isso, o racismo como uma ferramenta de fazer exercitar o biopoder e as deliberações de extermínio. Em música, Mateus Fazenda Rock (2020) canta:

Quem foi que disse que Dandara tá com sono?  
 Que essa terra já tem dono?  
 E que o sininho da igrejinha  
 Já não faz belém bem bem  
 Nenem nen nenem?  
 Nada de novo  
 Essa é a era de aquarius  
 Muito macho nos ovário  
 Muito índio batizado  
 E a tortura é o estado  
 Querendo desentortar  
 Meu corpo e eu nen  
 Nenem nen nenem  
 A consciência me estimula e eu avanço [...]  
 O nego não tem grana pra pagar um analista  
 E nunca ouviu falar em terapia holística  
 Nem heike  
 Só *break*  
 E os gado é quem manda na pista  
 Manda manda matar  
 Manda bala  
 Pra morar no Gran Sensala  
 Manda bala mandá  
 Condomínio Gran Sensala [...]  
 Cabeção tá tremendo  
 Vai no CAPS, não resolve  
 Lembrando ao 15 ano portando revóve  
 Tem problemas  
 Problemas de autoestima  
 Tem problema, nego.

---

<sup>15</sup> “Tantas cidades morrem. Da mesma forma que a gente. Morrem como qualquer outro organismo. Morrem como os gnus, as zebras, os bichos-preguiça, as ovelhas e os seres humanos. Mas ninguém nunca faz um funeral para uma cidade. Ninguém fez um funeral para Cartagena. Ninguém o fez para Nova Orleans. Ninguém o fez para Cabul, Bagdá ou Porto Príncipe. E ninguém nunca pensou em fazê-lo para Mogadiscio. Ela morreu. E algo diferente surgiu dos escombros. Nem tivemos tempo de elaborar o luto. [...] **Quando uma cidade morre, não lhe dão nem o tempo para lembrar. Mas a dor é um cadáver, decompõe-se de si e lhe infesta de fantasmas**” (SCEGO, 2018, p. 21-22, grifo meu).

Isto conflui com a tripla perda descrita vivenciada por povos africanos em diáspora no período “oficializado” de escravidão, as quais orbitam na perda de um referencial de lar/casa; a dos direitos concernentes ao próprio corpo; e, por fim, a perda de *status* político (MBEMBE, 2016). Com este triplo atravessamento, cria-se uma dominação absoluta, da alienação desde o nascer à morte social. “A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida” (p. 132), finalizando uma conversação com as ideias de dependência e alienação fanonianas: “A desgraça da pessoa de cor é ter sido escravizada” (FANON, 2020, p. 241). Com isso, além de marco historicamente datado, a colonização, que aqui se faz com referência brasileira desde o século XVI até 1888, está conjuntamente na insistente ficção que esta teve seu fim em uma canetada de princesa e na compreensão de que a alienação colonial não obedece ordenamentos de datas e oficializações, atualizando-se ainda, exceto pelo *status* do povo negro.

Mbembe (2016), situando a soberania como poder de decidir quem importa (ou não), quem é descartável (ou não), o bolsão imaginário sobre a “colônia” se dá no uso autorizadamente à margem do poder de dominar ou matar unido à contação de histórias de uma busca pela paz em um ciclo contínuo de guerras justificadas. Ratifica-se com Ailton Krenak (2019, *online*): “Nós estamos em guerra! [...] A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é pra gente continuar mantendo a coisa funcionando. Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares o tempo todo”.

Com isso, a territorialização se dá como inscrição neste terreno um novo conjunto de modos de se relacionar socialmente e espacialmente. Inventam-se fronteiras, zonas, bairros e hierarquias a partir da subversão do que já foi existente; classificam/criam categorias de pessoas; recursos são extraídos/extraviados; bolsões de imaginários são criados. O Brasil é uma invenção (KRENAK, 2019, *online*), assim como a nomeção “negro/a” (FANON, 2020). É o poder de contar histórias únicas sobre outras/os, enquanto multiplicam-se a sobre si - “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará. É impossível falar sobre uma única história sem falar sobre poder” (ADICHIE, 2012, *online*). Poder como ato múltiplo de hierarquizar povos, fabricar imaginários e, aqui especialmente, ocupar espaços-territórios, o qual se dá como matéria-prima da soberania e sustentar violência para fins de “relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2016, p. 135).

Assemelhando os regimes tardo-coloniais e os Estados escravistas, Mbembe (2016, p. 146) traz o terror colonial como climática comum de uma experiência específica de ausência de liberdade.

Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”. Estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites desde o anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão, repetindo slogans ofensivos, batendo nas portas frágeis de lata para assustar as crianças, confiscando papéis ou despejando lixo no meio de um bairro residencial; guardas de fronteira chutando uma banca de legumes ou fechando fronteiras sem motivo algum; ossos quebrados; tiroteios e fatalidades – um certo tipo de loucura.

Junto à crise sanitária de COVID-19 e da crise política-ética brasileira, especialmente no primeiro ano de morte viral, iniquidades antes presentes e atualmente aprofundadas, a população negra encontrou cenas bizarras e de terror fora e dentro deste território<sup>16</sup>, por exemplo, as mortes do menino Miguel Silva (G1, 2020), George Floyd (BBC NEWS, 2020) e pela Chacina de Jacarezinho (BETIM, 2021). Outras cenas parecem disputar, como a foto da primeira pessoa a tomar vacina (CoronaVac) contra a COVID no Brasil, a enfermeira negra Mônica Calazans e, logo depois, a primeira indígena também foi vacinada, Vanuzia Santos (R7, 2021). Contudo, mesmo nisso, as iniquidades em Saúde vivenciadas pela população negra e indígena continuam como imperativo, inclusive e especialmente em período de COVID-19. Imagens de não-brancas/os como uma profecia de saúde que não aconteceu (SANTOS *et al*, 2020; CUNHA; TAVARES, 2021).

Figura 8 - Fotografia de Mônica Calazans, primeira brasileira vacinada contra COVID-19.



Fonte: Vinicius Nunes (2012 *apud* R7, 2021).

<sup>16</sup> “Aqueles que habitam países construídos a partir da matriz colonial sabem da normalidade de tal situação [mortes de sujeito degradados à condição de “coisas”] quando, ainda hoje, abrem os jornais e leem: ‘9 mortos na última intervenção policial em Paraisópolis’, ‘85 mortos na rebelião de presos de Belém’. A descrição se resume normalmente a números sem história” (SAFATLE, 2020, *online*).

Aproximando a concepção de mortandade como uma produção política constante de vulnerabilidade-iniquidade-destruição, Safatle (2020, *online*) utiliza e tensiona o conceito de “necropolítica”, apresentando um palavreado acerca de um “estado suicidário”, que é entendido como “a única forma de adiar a desagregação da ordem política, a fragilidade tácita da ordem, consistiria em gerenciar, em um movimento flerte contínuo do abismo, uma junção entre chamados à autodestrutividade e reiteração sistemática de heterodestrutividade”. Hoje, como autor/a deste escrito, escrevo com o número de quase 600 mil pessoas mortas por COVID-19 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021) e, em andamento, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a qual se objetiva investigar negligências e falhas institucionais na crise sanitária, o que já pode ser observado na discrepância de óbitos de pacientes negros (pretos e pardo), 54,78%, em relação à brancos, 37,93%, com base de dados do mês de maio de 2020 (BATISTA *et al*, 2020).

Em possível convergência, Safatle indica o *continuum* da experiência dupla de indiferença e extrema violência contra grupos marginalizados, uma autorização que, antes de natureza fascista, de gênese colonial:

Lembremos como o império português será o primeiro a se engajar no comércio transatlântico de escravos, chegando à posição de quase-monopólio em meados do século XVI, tendo sido 35% de todos os escravos transportados para as Américas direcionados para o Brasil. Sendo o latifúndio escravagista a célula elementar da sociedade brasileira, e o Brasil o último país americano a abolir a escravidão, não será estranho concebê-lo como o maior experimento de necropolítica colonial da história moderna. [...] Tendo sido o Brasil um dos raros casos na América Latina de país sem justiça de transição e julgamento de crimes da ditadura militar, tais dispositivos puderam permanecer nas práticas normais dos aparatos policiais do Estado durante o período pós-ditadura até os dias atuais (SAFATLE, 2020, *online*).

Isto conversa com as perspectivas de Ailton Krenak (2019, *online*): “O Brasil não existe, o Brasil é uma invenção! E essa invenção nasce primeiro da invasão inicialmente feita pelos portugueses e depois continuada pelos holandeses e franceses num modo sem parar onde as invasões nunca tiveram. Nós estamos sendo invadidos agora”, como que para não fazer esquecer que as invasões, tal qual a colonialidade e o sistema-mundo desta, não deixa de acontecer, não saiu de validade histórica, incluindo (e talvez especialmente) no atualmente. A crise sanitária revela crises outras. “Esse vírus está discriminando a humanidade. Basta olhar em volta. [...] O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento entrou em crise” (KRENAK, 2020, p. 4-5).

Figura 9 - *Toda violência favorece a economia.*



Fonte: Clébson Oscar (2019b).

Este escrito, *O Amanhã Não Está À Venda*, foi feito logo nos primeiros meses do ano 1 de pandemia e, nisto, alguns dilemas institucionais estavam em destaque construção, por exemplo “economia ou saúde”, como o sustento da cisão entre as pessoas (na época, sem opção comprovada cientificamente) e o que estas, enquanto corpo social, faziam (a economia em choque e o discurso de “mortes são acontecer, mas a economia precisa continuar”). “Vemos algumas pessoas defenderem a manutenção da atividade econômica, dizendo que ‘alguns vão morrer’ e é inevitável. [...] É uma banalização da vida, mas também uma banalização do poder da palavra. Pois alguém que fala isso está pronunciando uma condenação” (KRENAK, 2020, p. 8). A necropolítica especialmente viva, uma política para o desencantamento.

**o contrário da vida não é a morte, o contrário da vida é o desencanto.** [...] O desencantamento diz sobre as formas de desvitalizar, desperdiçar, interromper, desviar, subordinar, silenciar, dismantelar e esquecer as dimensões do vivo, da vivacidade como esferas presentes nas mais diferentes formas que integram a biosfera. Entender o desencante como uma política de produção de escassez e de mortandade implica pensar no sofrimento destinado ao que concebemos como o humano, no deslocamento e na hierarquização dessa classificação entre os outros seres (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 14-15, grifo meu).

Como projeto de nação e de identidades, as violências e hierarquizações raciais situam-se no campo da evasão e silenciamento, as quais encontram eco tanto na formação da branquitude brasileira (BENTO, 2018) quanto - e conjuntamente - na fabricação de um conto docilizado de um certo *Brazil*, que, como afirma Abdias Nascimento “[...] a solução brasileira

seria negar a existência do problema, negar, e sempre negar, que no Brasil existia qualquer tipo de questão ou problema de preconceito e discriminação raciais” (1980, p. 24).

Sendo estrutural, organizador de heranças desiguais materiais e simbólicas, ordenador de legibilidades, violento, para nós, há “um racismo de tipo muito especial, de exclusiva criação luso-brasileira” (NASCIMENTO, 1980, p. 14), no terreno do camuflado-evasivo e, ambigualmente, escancarado-persistente. Tal ocultação ideológica se dá no violento silenciamento das iniquidades em prol de sustentar o *Brazil*:

enquanto os negros permanecem na base da escada social, durante quatro séculos, os imigrantes brancos que chegaram ao país em algumas décadas, ou, por assim dizer, há alguns dias, ascendem rapidamente a escala social e de todos os poderes, seja econômico, o político ou o cultural. **Essa vertiginosa mobilidade da sociedade brasileira não toca nem a pele negra da população majoritária** (NASCIMENTO, 1980, p. 24, grifo meu).

“Vivemos num país antinegro”, lembra Lucas Veiga (2021, p. 101), trazendo juntamente a violência como língua-mãe que atravessa e faz produzir efeitos nocivos às subjetividades (e coletividades) negras. Um destes é o afeto-diáspora, que, segundo o autor anteriormente citado, em outro escrito (2019) é entendido como a sensação de se estar fora do consenso de integração, de se sentir permanentemente fora de casa ou da possibilidade de ser, de modo genuíno, acolhido onde se mora. “Ninguém chora com aquela música, EU choro com aquela música. [...] Fora que é exaustivo ter que contar a sua história toda vez que. Alguém me pergunta de onde vim e meu olho se enche. Aqui, sempre me perguntam de onde eu vim, como que para me lembrar” (PASSÔ, 2018, p. 26).

Grada Kilomba (2019), nascida em Portugal e de ancestralidade em Angola e São Tome e Príncipe, em Memórias de Plantação, traz uma cena significativa que pode exemplificar isso. Quando doutoranda na Universidade Livre de Berlim, na Alemanha, Kilomba é interrompida logo na entrada da biblioteca por uma funcionária branca: ““Você não é daqui, é? A biblioteca é apenas para estudantes universitárias/os!”. Perplexa, parei. No meio de dezenas de pessoas **brancas** circulando ‘dentro’ daquele enorme recinto, eu fui a única parada e verificada na entrada. Como ela poderia saber se eu era de outro lugar?” (p. 62, grifo da autora). E, logo depois, compreende que “Estou imobilizada porque, como mulher **negra**, sou vista como ‘fora do lugar’. A capacidade de corpos **brancos** têm de se mover livremente naquele recinto resulta do fato de eles estarem ‘no lugar’ [...] Eu sou marcada como diferente



- ‘Você não é daqui’” (p. 62, grifos da autora), registrando, com isso, um certo tipo de afeto-diáspora, fora-lugar, ato de viver como sujeitas hifenizadas (LORDE, 2020).

*Em Minha Casa é Onde Estou*, a escritora Igiaba Scego (2018), nascida em Roma e com origem somali, traz memória de um jantar entre familiares, que, quando reunidos em uma mesa ao lembrar da comida, das memórias e da cidade destruída de onde partiram por conta de uma guerra colonial, chamada Mogadíscio (capital da Somália), encontra certo desnorreamento:

Sou o quê? Quem sou?  
 Sou negra e italiana.  
 Sou também somali e negra.  
 Então sou afro-italiana? Ítalo-africana? Segunda geração? Geração incerta? (...)  
 Sou uma encruzilhada, eu acho. Uma ponte, uma equilibrista, alguém que está sempre no limiar e nunca está. No fim, sou somente a minha história. Sou eu e os meus pés.  
 Sim, os meus pés... (SCEGO, 2018, p. 28-29).

Em outro tempo e território, Souza (2021) justifica seu trabalho acadêmico a partir de seu próprio reconhecimento racial, apontando que a descoberta da negritude não é tão evidente assim: “o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus. Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” (p. 46), apontando o embranquecimento como a submissão, negação de si-nós para a conquista do *status* de humanidade de pessoas negras - em especial àquelas de seu estudo, que são as em processo de ascensão social.

O ato aparentemente óbvio de auto declaração racial (SOUZA, 2021) concretiza os seculares dramas raciais no Brasil, o que é levantado, por exemplo, nos estudos sobre o usos problemáticos de “cabocla/o”, “mestiça/o”, “moreno/a” e “parda/o” nos censos brasileiros (PIZA; ROSEMBERG, 2018) ou mesmo na atualidade disto no limbo racial-identitário de pessoas que se consideram pardas (enquanto posição política, não somente de raça/cor) resumido no dilema “Branco demais para ser negro, preto demais para ser branco” (GOMES, 2019, p. 70).

Citando o estudo de Cross Jr (1991), ainda não traduzido e de difícil circulação, sobre as estágios do desenvolvimento da identidade racial de negras/os, os quais resumidamente vão desde a total negligência da pauta racial até o momento em que o reconhecimento racial não se coloca como referência central da condição humana, Piza (2018) compreende que os referidos estágios oscilam de pessoa para pessoa, podendo algumas ou alguns se fixarem em determinada fase, não sendo necessariamente um desenvolvimento

linear, cronológico e em direção a um final. E o que isto parece apontar? “Que o pertencimento racial não constitui um dado imutável na vida das pessoas. É possível esperar, ou pelo menos levantar hipóteses que, na trajetória de vida das pessoas, haja mudanças no processo de autoclassificação de cor” (PIZA, 2018, p. 115).

Aqui, dialoga-se com o conceito sócio-psicodramático de conserva cultural. Segundo Jacob Levy Moreno (1975), esta se dá na permanência, na “coisa feita”, na herança cultural, servindo à consolidação desde as bases a sociabilidade humana, como a Justiça e a Educação, até mesmo nas pequenices, por exemplo, os hábitos mecanizados do dia-a-dia. Considerando isso, Malaquias *et al* (2016) traz que “O racismo é talvez a conserva mais antiga e até mais cruel que existe em se tratando de conservas relacionais, que empobrecem os vínculos humanos, segregam as pessoas umas das outras e, o que é pior, delas mesmas” (p. 95-96)<sup>17</sup>. Parecendo apontar, com isso, os racismos como facilitadores de distâncias, uma certa diáspora não somente calculável em quilômetros, e, sim, vivida nos vínculos humanos, portanto também de si.

Citando o trabalho de Neusa Santos Souza, assim como de outros pensadores, que são nomes importantes da Psicologia Africana/Afrocêntrica, como Wade Nobles e Naim Akbar, Veiga (2019) assume que “Ainda que nós, negros nascidos pós-abolição, não tenhamos vivido o horror da escravidão, vivemos o horror do embranquecimento” (p. 246). Nisto, junto à/além da concepção geopolítica dos racismos, estes colonizam e aquebrantam os territórios existenciais, o inconsciente (VEIGA, 2019), fabricando um corpo-território anti-negro orbitador do embranquecimento, o que dialoga com Casitel Vitorino Brasileiro (2019): “No adoecimento, há uma integralidade também. Não só na cura” (p. 16).

Em algum momento, perceberemos (eu e você, leitor/a), inclusive de novo, que estar diante dos racismos, em território-corpo, é ter a vertigem de que o seu fim não irá acontecer. “O racismo continuará constituindo a realidade social da geração em que vivemos” (VEIGA, 2021, p. 34) - e isso ainda poderá ser lido pela próxima geração e também pela outra geração depois dessa. Seguindo o referido autor, em proposta de uma “clínica do impossível” voltada às pessoas negras, encarar a impossibilidade de resolução do racismo posiciona um paradoxo de impotência em diversas áreas da vida, como a política ou emocional, e de

---

<sup>17</sup> Complexificando, Guerreiro Ramos (2021) afirma que a solução de destruir o preconceito seria o mesmo que destruir o tecido social, pois “O preconceito é uma condição da própria segurança da sociedade. Léon Bloy dizia que é uma condição de segurança para a grande maioria das criaturas humanas, pois que poderiam fazer ou dizer se não existissem os lugares-comuns ” (p. 52), colocando, em trabalho de lógica, a organização de luta contra os racismos e seus efeitos como ameaçador da segurança, conforto e sono de quem se beneficia destes - tatiana nascimento (2021) exemplifica isso com os dramas da culpa branca. Enfim, Ramos (2021) posiciona o sociodrama como ferramenta possível de “libertar a consciência do indivíduo da pressão social” (p. 53).

urgência de fuga. “Apesar de termos de lidar com a máquina mortífera do racismo, seguimos produzindo realidades e modos de vida impossíveis considerando o cenário em que vivemos” (VEIGA, 2021, p. 28). Estar diante à precariedade, à morte e ao auto ódio, algumas máscaras dos racimos, é considerar a impossibilidade do fim delas e, junto a isso, a da total captura. “Como acessar que fazer o impossível é o próprio da nossa existência?” (VEIGA, 2021, p. 30).

### 2.3.2 A deseducação como possibilidade<sup>18</sup>

Figura 10 - *Brasil 500 anos: Todos pela educação. Feliz a nação cujo Deus é o Senhor.*



Fonte: arquivo pessoal da/o autor/a, 2000.

Em 1967, os panteras negras Kwane Ture (Stokely Charmichael) e Charles Hamilton (1967, p. 4 *apud* WERNECK, 2016, p. 542) introduziram o conceito de racismo institucional como aquilo capaz de produzir “A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. Indo ao encontro à percepção de erro, Denise Ferreira da Silva (2019, p. 36), apresenta que “a justiça falha diante de corpos e territórios negros, os quais ela só pode conceber como excessivamente violentos, e desde aí prosseguir com uma exploração das possibilidades abrigadas por esta construção”.

A perspectiva desta falha é insuficiente neste escrito. “Falha” parece indicar que, numa expectativa, esta nação se propõe à e/ou resiste para finalmente alcançar um grau de igualdade de e para todos, todas e todes, uma capa de revista cristã, uma ficção de histórias contadas que desobedecem as estratégias validadas pelo Estado, os planos de mortandade e,

<sup>18</sup> Seguindo as provocações de Lucas Veiga (2021), esta é também uma “impossibilidade”.

aqui, as subalternizações nesses mais 500 anos de *Brazil*. Como projeto de terror colonial, educação para a alienação e esquecimento de memórias-línguas-práticas ditas “outras”, o *Brazil* é um empreendimento que, ainda suicidário (SAFATLE, 2020), encaminha-se corretamente.

O Brasil como estado colonial foi projetado pelos homens do poder para ser excludente, racista, machista, homofóbico, concentrador de renda, inimigo da educação, violento, assassino de sua gente, intolerante, boçal, misógino, castrador, faminto e grosseiro. Somos em parte isso tudo, não? **Neste sentido, desconfiamos que nosso problema não é ter dado errado. O Brasil como projeto, até agora, deu certo.** [...] Em resumo, por aqui se construiu um empreendimento escravagista fodidor dos corpos extremamente bem-sucedido, que mói as mulheres, crianças e homens, derruba as matas, desencanta os rios e as ruas. Deu certo até hoje, com sobras. A nossa chance é começar a dar errado, como indivíduos e coletividade, com a maior urgência (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 16-17, grifo meu).

Como, então, fazer pesar a vida-crise num *Brazil* de política de desencanto?

Luiz Rufino e Luiz Simas (2020) já apontam o encantamento, que é a arte da desobediência, transgressão e invenção em prol de uma experiência de não esquecer de se estar integrado e integrar a natureza. “O encantamento enquanto manifestação da vivacidade expressa no cruzo entre naturezas e linguagens, está implicado na dimensão da comunidade e do rito” (p. 19). Partindo da malandragem, juntamente aos ritos de coexistência (quando possível), agourar o colonialismo é uma ferramenta necessária para fins de fecundar coisas-outras. Como exemplo, Nêgo Bispo (2020, *online*) contorce a universidade, que “é uma chocadeira dos ovos do colonialismo. E nada mais, nem nada menos que isso. E qual é a função do povo preto aqui dentro? É fazer esses ovos gorar, desinfetar essa chocadeira e abastecer com ovos fecundados pelos seus”.

Utilizando-se de um projeto de redistribuição de violência, Jota Mombaça (2016) traz uma perspectiva de compreender, assumir e desenvolver táticas contra brutalidade de uma guerra que não cessa de acontecer, de uma posição homem-branco-cis-policial-de Estado que não abandona a posição de agressor: “É sobre furar o medo e lidar com a condição incontornável de não ter a paz como opção” (p. 14). Uma guerra não assumida para sustentar um terror normalizado de fazer o cotidiano e seus sistemas matadores continuarem funcionando, como lembra Krenak (2019). Assumir a guerra aberta e existente, assim como a autodefesa possível, como estratégias de luta junto e para uma vida<sup>19</sup>. “A vontade de morrer

---

<sup>19</sup> “Somos ensinadas a não reagir à violência que nos interpela ao mesmo tempo em que somos bombardeados por ameaças e narrativas de brutalidade contra nós. Nesse sentido, o projeto de redistribuição da violência depende de que acreditemos na nossa capacidade de autodefesa e, a partir disso, mudemos nossa postura perante o mundo. É fundamental que abandonemos a posição de vítima - mesmo quando o estado, a polícia, o branco e o homem cis tem historicamente demonstrado a sua incapacidade de abandonar a posição de agressor. Não há

não é nossa, é desse mundo [...] Viver é poder não atender a esse apelo mortífero do mundo branco-heteronormativo” (VEIGA, 2019, p. 91-92).

Há uma vontade que esse sistema-mundo acabe: “Se desejo algo do mundo colonial, é a sua morte, seu esquecimento” (BRASILEIRO, 2019, p. 14). Como sistema-mundo com suas regras, legitimidades e heranças, a colonialidade pede um preço de corpos/os específicas/os.

Para esse mundo continuar acontecendo, é preciso que eu morra. Pessoas bixas precisam morrer, pessoas travestis precisam morrer, pessoas indígenas precisam morrer, pessoas negras precisam morrer pra que esse mundo sobreviva. E eu não quero que esse mundo sobreviva, eu quero que esse mundo chegue ao fim. E veja: o corpo todo sente o fim do mundo (BRASILEIRO, 2019, p. 16)

Desejar esse fim é, com isso, produzir novos gestos, órgãos e diálogos com emoções-racionalidades-cognições cosmogônicas, ou seja, produzir novos mundos a partir dessa plantação de mundo-corpo (BRASILEIRO, 2019). Em comunalidade, Lucas Veiga (2019a) traz o trabalho duplo de resgatar a autoestima, a história e o senso de valor do povo preto, que por si não é condição suficiente para lidar com os efeitos nocivos do racismo ao povo preto, assim como considerar que “Destruir o racismo implica em destruir o mundo tal qual ele se encontra agora” (p. 90). Tramar a morte desse sistema-mundo em que o racismo tenha sentido - como, então?

Adentrando num paradoxo de entrar e com dificuldade estar - “Não posso ignorar o quão difícil é para nossos corpos escaparem às construções racistas sobre eles, dentro da universidade” (KILOMBA, 2019, p. 65) - a academia tensiona e é tensionada com a entrada de negritudes. As reações (institucionais e/ou individuais) contra pessoas negras sinalizam o incômodo, o medo, o desejo ou a obsessão (FANON, 2020, p. 143): “Ultimamente muito se tem falado sobre o negro. Um pouco em demasia. O negro gostaria de ser esquecido, para poder reagrupar suas forças, suas forças autênticas”. Mas e a negra? Lembra Kilomba (2020), no *Prefácio de Pele Negra, Máscaras Brancas*, não se fazendo esquecer que, junto às revoluções de Fanon, caminham suas falhas onto-tecno-epistemológicas, que são furos para quem caminha com ele: também os segredos-silêncios.

As múltiplas possibilidades dadas por pessoas negras, indígenas e quilombolas, por exemplo, diante das questões raciais, aqui enfocamos no contexto universitário, retratam tanto uma ferramenta como também um projeto colonial que faliu (por insistência e luta):

---

saída senão aceitar de uma vez por todas que fomos inscritas numa guerra aberta contra a nossa existência e que a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida (MOMBAÇA, 2016, p. 14).

Se, por um lado, a experiência colonial produziu narrativas fragmentadas e diametralmente opostas do que deveria ser o futuro dos povos negros, e ausência de futuro para os povos indígenas, por outro, a sobrevivência desses povos no presente mostra-nos inúmeras experiências de convergência daquilo que deveria ser inconciliável (CRUZ; LEMOS; JESUS, 2020, p. 234).

Praticando um exercício tradutório, Nêgo Bispo (2019, *online*) lança um desafio para pretas/os acadêmicos: “É importante ter nossas pessoas negras aqui na universidade, desde que não seja eu (risos). Para que? Para essas pessoas conhecer o colonialista, traduzir para quem tá lá fora”. Segue-se aqui pela promoção de agouro em busca de explodir as estratégias feitas de falhas e que produz falhas contra pessoas negras, como as iniquidades em Saúde, que falam sobre o entroncamento entre sustentar um *Brazil* em prol de uma violência de matar e deixar morrer. “A nossa chance é começar a dar errado, como indivíduos e coletividade, com maior urgência” (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 13). Nisto, reafirma-se o valor da desobediência e, também, do emburrecimento<sup>20</sup>.

A artista, o pedreiro, o arquiteto, ou seja, todo mundo produz processos de aprender e ensinar. Eles podem ser de uma reciprocidade violenta ou de cura-felicidade-prazer-liberdade e isso implica em construir sujeitos não previstos e não autorizados pela colonialidade. É sobre sentir, os modos de pensar e os modos de gestualizar que esse mundo colonial não nos autoriza e aprender o porquê disso. **Gosto muito da palavra desaprender e a tenho utilizado muito. Desaprender no gesto. Desaprender o quê? Essas amarras coloniais** (BRASILEIRO; SILVA; COSTA, 2020, p. 31, grifo meu).

Nesta orientação, deseducar encontra valor nuclear: possibilitar construir espaços, tecnologias e memórias ditas “impossíveis” e desautorizados para corpos tão “impossíveis” quanto desautorizados para produzir uma feitura de um novo sistema-mundo. “Por isso eu digo: eu não quero um lugar de fala, quero um local de vida!” (BRASILEIRO, 2019, p. 14).

---

<sup>20</sup> “Quando nós falamos tagarelado e escrevemos mal ortografado, quando nós cantamos desafinando e dançamos descompassado, quando nós pintamos borrando e desenhamos enviesado não é porque estamos errando, é porque não fomos colonizados”, declama Nêgo Bispo (2020, *online*).

Figura 11 - *Formatura em Bixaria.*



Fonte: Matheus Dias (2020).

Criticando a educação formal dada aos negros estadunidenses, Carter Woodson (2021), nos anos 30, formulava questionamentos acerca do negro acadêmico, aqui considerado pelo autor como (des)educado, “quanto mais ‘educação’ o Negro recebe, pior ele fica” (WOODSON, 2021, p. 100). Isso se contrapõe à proposta de que o ensino superior (especialmente voltada às escolas e universidade negras daquela época) oferece por si “desenvolvimento real” à comunidade, Woodson (2021, p. 31) expõe a armadilha de que “A educação dos Negros, então, a coisa mais importante na elevação dos Negros, está quase inteiramente nas mãos daqueles que os escravizaram e agora os segregam”. Com isto, em uma sistema educacional voltando à distorção e deslegitimação negra-africana, a (des)educação volta-se para o controle e amordaçamento de suas possibilidades de ação significativa no mundo e de autodeterminação (individual e coletiva)<sup>21</sup>.

Em consonância com Guerreiro Ramos (2020), este último autor legitima que o processo educativo gira em torno de um treinamento para redução da independência e

<sup>21</sup> “O Negro é tão humano quanto os outros membros da família da humanidade. O Negro, como outros, muitas vezes se levantou; e muitas vezes caiu. Com a domesticação de animais, a descoberta do ferro, o desenvolvimento de instrumentos de cordas, um avanço nas artes plásticas e a inauguração de julgamento por júri a seu favor, o Negro se destaca tanto quanto os outros na contribuição para o progresso do mundo. O opressor, porém, levanta a voz em contrário. Ele ensina ao Negro que ele não teve um passado digno, que sua raça não fez nada de significativo desde o início dos tempos e que não há evidências de que ele alcançará algo grandioso. A educação do Negro, então, deve ser cuidadosamente dirigida a fim de que a raça não perca tempo tentando fazer o **impossível**. Leve o Negro a acreditar nisso e, assim, controle seu pensamento. Se, desse modo, você puder determinar o que ele vai pensar, não precisará se preocupar com o que ele vai fazer. Você não precisará mandá-lo sair pela porta dos fundos. Ele sairá sem que lhe peçam; e, se não houver porta dos fundos, ele vai instalar uma para seu benefício especial”, escreve Woodson (2021, p. 165, grifo meu), originalmente em 1933.

espontaneidade em busca de encaixe social. “Quase todo seu comportamento [ser humano] é uma reprodução de *moldes* ou *respostas* conservadas, *moldes* ou *respostas* que ele não elaborou livremente, que lhe foram legados pelos *mortos*” (RAMOS, 2020, p. 47, grifos do autor). E quando esses “moldes” se dão em torno de um sistema-mundo privilegiador da branquitude e negro-desarticulador, como se dão as negritudes?

Nisto, segundo Woodson (2020), uma das evidências mais marcantes do fracasso do ensino superior de negros é o desconhecimento destas pessoas das demandas reais da comunidade negra e o desinteresse em intervir para promoção do desenvolvimento comum, como uma cisão - apartação - a qual o negro (des)educado se volta para a elevação si mesmo em prol de manutenção da ordem social hierarquicamente contra a legitimação das causas da negritude. O que, então, fazer diante disso? Desobedecer: “os Negros devem começar a fazer exatamente aquilo que lhes foi ensinado que não podem fazer” (WOODSON, 2021, p. 99).

Ou seja, uma das possibilidades diante disso consiste na insistência da integração da comunidade negra para fins de se viver e de atuar nas questões pertinentes atuais de modo autônomo, indo contra as expectativas e necessidades de uma dinâmica social voltada à manutenção da branquitude. “Negros que imitam brancos, portanto, estão envolvidos em uma performance muito pouco lucrativa. Por que não interpretar a si mesmo para o mundo de uma nova maneira?” (WOODSON, 2021, p. 125). Em resumo, com estas referências-filiações (BRASILEIRO, 2019; BRASILEIRO; SILVA; COSTA, 2020; WOODSON, 2021), a proposta da “deseducação” declarada neste escrito se dá na possibilidade do estranhamento de uma educação universitária não-centrada nas demandas e legitimações das negritudes e, contra isso, promover desobediências que facilitem o encarrilhamento da validação da trajetória e identidade negras, assim como a compreensão (para intervenção) dos efeitos do racismo na vida individual e coletiva.

### **3 DIREÇÕES METODOLÓGICAS: UMA ENCRUZILHADA, EU E MEUS PÉS<sup>22</sup>**

Partindo da explanação do “desenho do estudo”, trata-se aqui de pesquisa de natureza qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006) com a facilitação de estudo de caso (GIL, 2002; SOUZA, 2021) em abordagem exploratória (GIL, 2002), aproximando-se das ferramentas de entrevistas *online* de tipo aberta (BONI; QUARESMA, 2005; SCHMIDT; PALAZZI; PICCININI, 2020) e conversa (FERRAÇO; ALVES, 2018; SAMPAIO; RIBEIRO;

---

<sup>22</sup> “Sou uma encruzilhada, eu acho. Uma ponte, uma equilibrista, alguém que está sempre no limiar e nunca está. No fim, sou somente a minha história. Sou eu e os meus pés. Sim, os meus pés...” (SCEGO, 2018, p. 28-29).



SOUZA, 2018; RIBEIRO; SOUZA; SAMPAIO, 2018; SKLIAR, 2018), assim como, complementarmente, do uso de diários de campo concernentes ao percurso temático e cotidiano de pesquisa sob a “perspectiva alargada” (SCHUCMAN, 2012).

Enquanto dentro da perspectiva qualitativa, encontra-se diálogo com Denzin e Lincoln (2006). Estes autores historicizam a pesquisa qualitativa em suas crises, circulando da colonialidade da Sociologia e Antropologia e apontando as reviravoltas pós-estruturais/pós-experimentais, contudo estes entendem que as crises insistem em serem presentificadas, negando, com isso, a perspectiva de superação cronológica. Denzin e Lincoln (2006) complexificam as definições possíveis deste campo: a pesquisa qualitativa, enquanto ação-exercício, situa e localiza o observador no mundo a partir de um conjunto “de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (p. 17), atentando às multiplicidades de ferramentas alcançáveis e possíveis do pesquisador/a, a qual assume a posição de *bricoleur* (“confeccionador de colchas”). Em suma, “A competência da pesquisa qualitativa é, portanto, o mundo da experiência vivida, pois é nele que a crença individual e a ação e a cultura entrecruzam-se” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 22).

Situando que este trabalho volta-se para profissionais de Psicologias negras/os trabalhadoras/es do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no estado da Bahia, parte-se de dois pontos essenciais sobre isso. A escolha envolve deste serviço de saúde se dá pela sua proposta de atuação. O CAPS surge em consonância com a Reforma Psiquiátrica e seus desfechos no território brasileiro (FARIA; SCHNEIDER, 2020) a partir da substituição de um modelo centrado na doença mental, em cenário de hospital psiquiátrico, para outro modelo focado na existência/sofrimento das pessoas atendidas centrado nesta em seu território social (SEVERO; CAMPOS, 2014).

Inicialmente, o desejo se deu para que a pesquisa se volta-se para CAPS, especificamente os do tipo III (Geral), por este estar responsável por atividades como a supervisão de hospitais psiquiátricos no território e a capacitação das equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental (BRASIL, 2002). Nisso, atuando diante o sofrimento emocional, portanto, político (VEIGA, 2019), o CAPS tanto se volta para o cuidado psicossocial em combate quanto ele próprio é afetado pelo racismo estrutural (PASSOS, 2019) que vulnerabiliza a população negra, influenciando, por exemplo, nas relações institucionais e se (re)produzindo nos serviços que substituem os hospitais psiquiátricos nas políticas públicas e na formação profissional.

Contudo, adentrando no segundo ponto destacado, entendeu-se que qualquer modalidade de CAPS seria interessante, pois o “campo” está não no equipamento e, sim, na

“memória”, aqui entendida como a narrativa vivida, ficcionada e contada, especificamente aqui, pelas profissionais negras/os de Psicologia sobre suas experiências raciais de trabalho e fora-trabalho/vida. Isso vai ao encontro de Passos (2018, p. 14), quando esta crítica a relação entre as questões raciais e a história da loucura no Brasil, “Racializar os corpos e a própria história faz parte dos novos rumos da Luta Antimanicomial”, assim o movimento desta pesquisa se coloca como uma “contação de histórias” feita por sujeitas/os mal-contadas/os, como descrito no Capítulo 2.

Seguindo Kilomba (2019), em seu trabalho envolvendo os racismos no dia a dia de mulheres afro-alemãs, esta autora aproxima-se da perspectiva desta pesquisa por considerar a necessidade do reconhecimento político-metodológico de grupos marginalizados nas pesquisas, possibilitando a fala e o gaguejo de relatos desautorizados, centrando a pesquisa em sujeitos, na qual, juntamente, entra em desacordo com a perspectiva tradicional que inventa “que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa” (KILOMBA, 2019, p. 83). Com a perspectiva feminista referenciada pela autora anterior, a pesquisa entre iguais facilita condições não tão hierárquicas entre pesquisador/a e participantes a partir de experiências compartilhadas e envolvimento pela problemática em comum. “Isso não significa que eu aceito sem críticas todas as declarações das/os entrevistadas/os, mas sim que respeito totalmente seus relatos acerca do racismo e mostro interesse genuíno em eventos ordinários da vida cotidiana” (KILOMBA, 2019, p. 83).

Nisto, há uma outra aproximação metodológica. A natureza desta pesquisa está sob “perspectiva alargada”, privilegiando a percepção da experiência laboral do dia-a-dia, as micro-cenas e conversas diárias, como parecem embasar o trabalho de Schucman (2012), quando cita que “o campo começa quando o pesquisador se vincula à temática a ser pesquisada, e o que vem depois é a trajetória que se segue a esta opção inicial” (p. 46), partindo da proposta de campo-tema, de Peter Spink. Como reflexão, essa concepção se aparenta com a desta pesquisa por possibilitar o seguinte entendimento: o trabalho de produção científica não se dá estritamente no cronograma de semestres de pesquisa e nem se dá (somente) pelas bases de textos. O processo extrapola, invade e intervém em quem se propõe a pesquisar, colocando em questão o lugar da própria/o pesquisador/a e ricocheteando de volta no percurso. Assume-se, deste modo, o reconhecimento racial como ponto de di-convergência deste/a autor/a com participantes, a pesquisa mesma e não-pesquisa/vida.

### 3.1 PERCURSO DE PESQUISA

Antes de detalhar as “técnicas de coleta” - as “entrevistas ou conversas” junto aos diários de campo (Apêndice A) - expõe-se o percurso de pesquisa. Em meio *online*, foi publicado Formulário de Pesquisa (Apêndice B), contendo questões acerca de informações básicas e profissionais, tais como nome completo, número de registro profissional e autodeclaração raça/cor. Detalha-se que o recrutamento das/os participantes ocorreu através da publicação deste Formulário em redes sociais, como em grupos de *Facebook* concernentes a essa categoria profissional.

Os “critérios de inclusão e exclusão” são que essas/es trabalhadoras/es precisavam ter registro ativo no CRP-03, estar em atividade profissional em CAPS no momento de realização desta pesquisa e se reconhecer (auto identificação) como pessoas negras. Pessoas fora do perfil mencionado nos critérios para participação não foram consideradas adequadas para esta pesquisa, tais como profissionais que não atuem em CAPS ou que se identifiquem como pessoas não-negras. Adequando-se aos critérios desta pesquisa, a/o profissional foi contatado individualmente por e-mail, recebendo o documento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C), em formato de formulário (*Google Forms*). Reafirma-se que, nas situações que foi percebido que o perfil não se encaixou ao que se propôs a pesquisa, também aconteceu devolutiva através do *e-mail*.

Ratifica-se que o convite para a participação na pesquisa informou a possibilidade de que, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo às/aos participantes, a retirada do consentimento de utilização dos dados de participação da pesquisa. Do mesmo modo, nestes *links*, encontraram-se informações referentes ao contato direto (*e-mail* e número de telefone) dos pesquisadores para que a/o participante tivesse a oportunidade de expor as dúvidas pertinentes. Considerando isso, pontua-se que a/o participante teve tempo adequado para a tomada de uma decisão autônoma e, no TCLE, antes de responder as perguntas na entrevista, foi informado sobre o conteúdo e os tópicos abordados, contando com Roteiro, o qual foi melhor detalhado no Apêndice D. Estando esta pesquisa imersa nas problemáticas raciais à brasileira, de qualidade sinuosa e violenta, pontua-se ainda que ocorreu treinamento deste roteiro para fins de adequação da condução na entrevista.

Sob a necessidade de resguardar as identidades dessas profissionais de Psicologia, as quais ainda estão em serviço no momento de escrita deste trabalho, aquelas informações que possam expô-las diretamente não serão mencionadas. Como um todo, foram realizadas quatro entrevistas, de encontro único, durando, no mínimo, 28 minutos e, no máximo, 51

minutos. Transcritas, as entrevistas foram documentadas em um total exato de 50 páginas. Todas ocorreram através da plataforma *Google Meet*. Não ocorreu de ser entrevistada mais de uma profissional por equipamento/CAPS. Em relação ao perfil das profissionais, três das quatro participantes trabalhavam na capital soteropolitana, em diversos tipos de CAPS, com tempo de experiência de trabalho que variava entre meses até mais de 10 anos. No quesito de autodeclaração racial, segundo o IBGE, como constava no Formulário de Pesquisa (Apêndice B), duas responderam “Preta (o)”; duas, “Parda (o)”.

As participantes tiveram abertura para edição integral do material transcrito e autonomação fictícia, caso quisessem. Esses movimentos foram usados como uma estratégia para validação do material, facilitação para certa mutualidade em pesquisa e proteção de informações que pudessem identificar diretamente essas profissionais. Quando não ocorreu essa autonomação, eu as nomeie. Os nomes fictícios foram, em ordem cronológica das entrevistas: Kianda, Kátia, Ofatolumin e Tereza.

### 3.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ORDINÁRIAS

De modo complementar à fonte de dados advindas das entrevistas ou conversas, foram utilizados diários de campo. Indo de acordo com uma concepção metodológica “alargada”, enquanto campo-tema, assim como se dispõe Schucman (2012), o vínculo com a temática será registrada em cadernos sobre as experiências cotidianas, nos quais serão abarcadas o processo da escrita da dissertação, momentos diários em conversas e atos presenciados, por exemplo. Não são citados nomes ou identificações de sujeitos, sendo construída a partir de e sobre o lugar de se estar produzindo pesquisa, servindo, enfim, como material complementar para o todo.

Em relação à coleta de dados, a entrevista presencial, uma das estratégias mais tradicionais de coleta de dados qualitativos, coloca-se em necessidade de adaptação (SCHMIDT; PALAZZI; PICCININI, 2020). Enquanto potencialidades, a entrevista *online* facilita maior abrangência geográfica, menor custo financeiro para a pesquisa (não envolvendo deslocamento significativo, por exemplo), mais comodidade de acesso e, caso aconteça, desistência do processo pelo/a participante. Com isso, das diversas possibilidades de entrevista *online* (*e-mail*, troca de mensagens instantânea entre outras), a videoconferência se coloca como similar à entrevista presencial na questão da conexão entre quem pesquisa e quem participa (SCHMIDT; PALAZZI; PICCININI, 2020), sendo esta a escolha desta pesquisa.

Ainda de acordo os autores anteriormente citados (2020), as desvantagens da entrevista *online* circulam pela garantia de confidencialidade e segurança dos equipamentos físicos, da *Internet* e da plataforma especialmente, assim como a necessidade de ambiente silencioso e sem interrupções significativas para pesquisador/a e participantes. Considera-se também nisso a fadiga de entrevistas *online* prolongadas, devendo a atenção de quem pesquisa para com as participantes.

Um outro ponto de debate sobre as técnicas de coletas se dá em uma expressão utilizada nesta pesquisa: “entrevista ou conversa”. Como citado anteriormente, o tipo de entrevista referenciado aqui é a de tipo aberta, a qual se dá em uma natureza exploratória para detalhamento de um tema específico seja em casos individuais, na comparação das especificidades entre diferentes grupos ou na comparabilidade de diferentes casos/situações (BONI; QUARESMA, 2005). Estas autoras sugerem que neste tipo de entrevista o tema seja introduzido pelo/a entrevistador/a e, numa conversação informal, a/o participante discorra sobre sua perspectiva acerca do assunto. Há um alerta: “interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 74).

Neste último ponto reside o “ou” em “entrevista ou conversa”. Propondo a conversa como metodologia de pesquisa, as/os autoras/es a seguir posicionam uma perspectiva que se avizinha desta pesquisa. Nas experiências de pesquisa, Sampaio, Ribeiro e Souza (2018) percebiam que a entrevista tão bem planejada tomava outros caminhos: “como lidar com uma entrevista que se desestrutura, se desorganiza e, nesse movimento, ameaça surgir por caminhos outros, por bifurcações?” (p. 28). Questiona-se, com isso, as normativas da pesquisa científica<sup>23</sup> e, como proposta, a conversa.

É necessário dizer, ainda: *conversar* abre possibilidades para interrogar modos autoritários e, muitas vezes, arrogantes de pesquisar. **Entrevistas de pesquisa**, lembra-nos Clandinin e Connelly (2015), **têm normalmente uma desigualdade em torno delas**. A direção da entrevista, juntamente com as questões específicas, é regida pelo pesquisador. Já o conversar pressupõe a circulação da palavra, uma perspectiva de desestabilizar relações de poder verticalizadas e, portanto, colonialistas. **Conversar sem o apagamento dos conflitos e tensões sempre presentes entre diferentes modos de pensar(se), de dizer(se), de escutar(se), de conhecer(se)** (SAMPAIO; RIBEIRO; SOUZA, 2018, p. 34-35, grifos meus).

---

<sup>23</sup> “Prender-se a procedimentos metodológicos rigorosamente planejados e roteirizados não seria um risco de reproduzir, na pesquisa, o mito grego de Procrustes? [...] Procrustes ou Procrusto era um ladrão que recebia, em sua casa, diversos viajantes. Sempre os oferecia sua cama para estadia. Contudo, aos visitantes que eram maiores que a cama oferecida, cortava-lhes os membros; aos que eram menores, esticava-lhes as extremidades até caberem milimetricamente na cama” (RIBEIRO; SOUZA; SAMPAIO, 2018, p. 168).

Esta ideia de colocar sob suspeita verdades-poder, a perspectiva da conversa como método aciona o lugar comum, o que se assegura na paridade racial nesta pesquisa, a presença e o ordinário. O cotidiano torna-se centro junto às digressões e perambulações. “É como se estivéssemos, durante nossas conversas, vivendo, sempre, questões que nos insurgem em meio às linhas de multiplicidades que nos compõem [...] Conversar tem o sentido de insurgir e crescer pelo meio, como um rizoma” (FERRAÇO; ALVES, 2018, p. 59).

Dando espaço para a imprevisibilidade de quem/do que é falado, o fora *script* e a irregularidade, a conversa como metodologia se posiciona como um linha de fuga do óbvio e do *a priori*, baseando-se em autores como Deleuze, Derrida e Guattari. Desse modo, arrisca-se na aproximação de compreensão da complexidade do cotidiano por meio da não-ausência, não-neutralidade e não-indiferença na produção de conhecimento pela conversa (SAMPAIO; RIBEIRO; SOUZA, 2018), o que se liga também àquelas utilizadas por Kilomba (2019). “A conversa é a arte de se fazer presente [...] de se colocar disponível a ouvir, escutar, a pensar e partilhar com o outro o que nos habita, fazendo dessa ação não só um possibilidade de investigação, mas, antes, de transformar-se no próprio ato de investigar” (SAMPAIO; RIBEIRO; SOUZA, 2018, p. 36).

Partindo para o delineamento de pesquisa, utiliza-se como base o estudo de caso. Segundo Gil (2002), mesmo com a abrangência, é possível distinguir fases: 1) delimitação da unidade-caso, referindo-se à fronteirização do que vai ser estudado, contudo “é difícil traçar os limites de um objeto. A totalidade de um objeto, quer físico, biológico ou social, é uma construção intelectual” (p. 121), ratificando que este exercício cabe na medida do que se é útil para a pesquisa; 2) coleta de dados, que foi apontada anteriormente; 3) interpretação dos dados, na qual coloca-se em evidência o plano de análise e categorias analíticas, que melhor qualificam os dados obtidos: “**Sabendo que sua amostra é boa, ele tem uma base racional para fazer generalizações a partir dos dados.** Quando não tem certeza dessa qualidade, será razoável apresentar suas conclusões em termos de probabilidade” (GIL, 2002, p. 123, grifo meu); e, por fim, 4) redação do relatório, que pela dificuldade de precisar quais elementos devem ter ou não neste texto, o autor recomenda que haja explicitação de como os dados foram coletados, a fundamentação teórica acerca da categorização e interpretação da informações, assim como expor sobre a fidedignidade dos dados.

Na pesquisa de Neusa Santos Souza (2021), em que se utiliza do estudo de caso, esta posiciona esse método qualitativo como uma possibilidade de análise em que “qualquer

unidade social é tomada como representativa da totalidade" (p. 108). A autora questiona logo em seguida o problema da representatividade, ratificando Gil (2002), em afirmar que não é possível construir limite de um objeto ou fenômeno social em seu todo, incluindo afirmar em até qual ponto concluir a coleta sobre tal, sendo esta delimitação feita a partir da compreensão de quem pesquisa acerca do que se está estudando.

poderíamos ter estudado uma só ou  $n$  histórias de vida. Estudamos dez. Dez não é um número cabalístico aqui, pelo menos. Ele indica que, ao fim da construção e análise de dez histórias, atingi o nível desejado de compreensão sobre meu objeto de pesquisa. **Nível de compreensão este que, obviamente, não me permite generalizações**, mas me possibilita a elaboração de hipóteses que poderão vir a ser testadas por outros pesquisadores ou por mim mesma, num outro momento (SOUZA, 2021, p. 109, grifo meu).

No trecho grifado, Souza (2021) e Gil (2002) se distanciam no ponto sobre a generalização dos dados, merecendo certa atenção nesta pesquisa considerando o objetivo geral desta, que é a construção de um ciclo formativo a partir das narrativas das/os participantes, a qual, em si mesma, estará na fronteira ser continuamente exploratória (portanto, atualizável) e ao mesmo tempo interventiva, reflexiva, disparadora. Sem a pretensão de totalizar o fenômeno do impacto dos racismos na qualidade do cuidado ofertado por profissionais de Saúde negras/os, aqui busca-se por firmar bases de abertura ou curiosidade (“e se...”), que caso replicado em outro estado, grupo profissional ou tempo histórico, por exemplo, merece adaptação e atualização em seus preceitos para a proposição de tal objetivo. Assim, como metáfora, esta pesquisa é uma "fotografia analógica", enquadra (portanto, produz e ficciona<sup>24</sup>) algo-*selfie* que logo depois começa a borrar e ganhar outras definições (novamente parcialmente capturáveis por outra câmera ou outro momento ou outro filme).

Negociando entre essas estratégias metodológicas, esta pesquisa se posiciona costurando ambigualmente nestes lugares, negociando portanto um encontro efêmero com as/os participantes de modo a procurar dar espaço de escuta-presença aos acontecimentos cotidianos vividos em seus tons de engasgos e incompreensões possíveis no ambiente de trabalho em CAPS, posicionando tal encontro entre “pesquisador/a” e “participantes” no ponto comum de exposição<sup>25</sup>. Assim, considero “entrevistas abertas ou conversas”/estudo de

<sup>24</sup> Relembramos Veiga (2021, p. 40): “Ficção é a própria realidade. Existimos ficcionando”.

<sup>25</sup> “Uma conversa não é apenas uma tomada de posição; é, sobretudo, uma forma de exposição: me exponho à intempérie da incompreensão, da intraduzibilidade, do que não sou capaz de dizer, da impotência. E me exponho,

caso, junto ao diário de campo, como estratégias ordinárias, assim como cotidianas, desta pesquisa.

### 3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE E IMPREVISTOS NECESSÁRIOS

As categorias analíticas dos materiais decorrentes da entrevista se dão em três pilares: a) os “dilemas”: dificuldades significativas enfrentadas no cotidiano de trabalho profissional; b) as “estratégias”: ação diante essas dificuldades, assim como as consequências percebidas disso; c) as “necessidades”: o que é preciso para aperfeiçoar a compreensão e manejo frente às demandas raciais. Essas categorias podem ser exemplificadas nas perguntas-chaves de Rocha, Torrenté e Coelho (2021, p. 74), tais como:

Você já teve dificuldades para abordar episódios de opressão em decorrência do racismo em suas intervenções profissionais? Você já promoveu cuidado a algum usuário do serviço, devido à vivência de algum episódio de opressão em decorrência do racismo? O serviço em que você atua já promoveu alguma atividade, seja com os usuários, os familiares ou a comunidade em geral, que tratasse de questões envolvendo o racismo?

Essas questões-gatilho confluem com a perspectiva de diagnóstico e enfrentamento ao racismo institucional presentes na PNSIPN (BRASIL, 2017), a qual também sinaliza estratégias significativas para esta pesquisa. Além da necessidade do reconhecimento das demandas da comunidade negra através da nutrição dos sistemas de informação do SUS a partir de dados desagregados por cor, esta política, citando a portaria nº 992 de 13 de maio de 2009, a qual a institui, aponta para a necessidade da educação permanente às/aos trabalhadoras/es de Saúde com a inclusão dos temas de racismo e saúde da população negra; assim como o desenvolvimento de conhecimento tecno-científico, informacional e educacional de combate aos estigmas e preconceitos em prol do fortalecimento positivo da identidade negra redutor de iniquidades.

Já o *Referências Técnicas* (CFP, 2017) expõe contribuições ao trabalho da psicóloga em políticas públicas com a implicação devida às relações raciais. No referido documento, as possibilidades e estratégias voltam-se à discriminação institucional (DI)<sup>26</sup>,

---

também, ao que virá e não se pode saber de antemão, me exponho à outra exposição. E assim, penso” (SKLIAR, 2018, p. 13).

<sup>26</sup> “A Discriminação Institucional pode ser entendida como ações no âmbito organizacional ou da comunidade, que muitas vezes independem da intenção de discriminar, mas tem impacto diferencial e negativo em membros de um grupo determinado. [...] **na questão da discriminação institucional, importa menos a intenção do agente. O que interessa são os efeitos de sua ação**” (CFP, 2017, p. 111, grifo meu).



trazendo questionamentos iniciais interessantes que envolvem o trabalho de profissionais de Psicologia: “Quais pactos éticos assumidos pelas(os) psicólogas(os) envolvidos nessa prática com compromisso social? Quais os recursos teóricos e técnicos para atender efetivamente a essas demandas [raciais]? Você sabe os efeitos psicossociais do racismo na constituição da subjetividade?” (CFP, 2017).

Neste (CFP, 2017), pontua-se, ainda, algumas possibilidades diante à DI, a saber:

a) o diagnóstico da DI, um dos pontos de partida de entendimento da história institucional com as relações raciais e a população negra sob o objetivo de visualizar os elementos que obstaculizam a igualdade para, com isso, formular planos de ação - questionando se a instituição “Preocupa-se em contemplar a perspectiva na concepção, implementação e monitoramento dos projetos/políticas?” (CFP, 2017, p. 113);

b) o enfrentamento da DI a partir de ações afirmativas, as quais são concebidas no terreno de comportamentos atuantes da instituições que favoreçam condições de benefício de igualdade, por exemplo, as cotas raciais de contratação de funcionários ou de concursos;

c) quesito raça/cor: com essa estratégia, busca-se que este quesito faça parte dos formulários e fichas cadastrais no serviço para fins de traçar o perfil, as demandas e necessidades da população atendida, devendo atenção ao modo de preenchimento a apresentação desse quesito (via Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, autodeclaração racial). Com essas informações, procede-se a análise da qualidade da assistência oferecida entre diferentes populações, o que deve ser atravessado com outros quesitos, tais como gênero, idade e escolaridade;

d) sensibilização de gestores e profissionais, o qual se faz essencial neste trabalho<sup>27</sup>.

Por fim, mais uma questão importante é levantada por Kilomba (2019, p. 226): “O que o racismo fez com você?”. Com esse ponto-gatilho, a autora defende que o racismo cotidiano se dá como intensamente negado socialmente, em que as pessoas que experienciam são insistentemente lembradas de esquecer-lo, não nomeá-lo, produzir segredo. “O mito de que as pessoas *negras* se vitimizam quando falam sobre as feridas causadas pelo racismo é uma

---

<sup>27</sup> “É importante que as(os) profissionais façam a reflexão sobre si próprios, como sujeitos constituídos em uma sociedade cujo imaginário social demarca a(o) negra(o) em um lugar inferior, oprimido e menos valorizado, ocupando subempregos ou restritos a arte e esporte. Por outro lado, cabe também a reflexão de que essa mesma sociedade valoriza socialmente a população branca, tomando como ‘natural’ a melhor posição social ocupada por esse grupo” (CFP, 2017, p. 115).

estratégia muito eficaz para silenciar aquelas que estão prontas para falar” (KILOMBA, 2019, p. 227). A pergunta citada acima possibilita que a pessoa negra ocupe a possibilidade de dizer de sua própria realidade e se centralize. Nisto, contextualizando para este estudo e situando perfil das/os participantes (cuidadoras/es negras/os), uma aposta é que as entrevistas-conversas possam servir como exercício - portanto, custoso, estranho e/ou libertador - de dizer o indizível, que é a presença cotidiana do racismo.

### 3.4 VALIDAÇÃO E ANÁLISE DA TRANSCRIÇÃO

Após a realização da entrevista, foi-se realizada transcrição integral do material, sendo esta enviada para a sua respectiva participante, através de *e-mail*, com o objetivo de que essa lesse o material relatado, podendo, por exemplo, adicionar e remover quaisquer trechos, assim como foi solicitado para as participantes escolhessem o nome fictício que gostariam de ser chamadas quando citadas. Apoia-se aqui na avaliação e validação da transcrição das entrevistas pelas participantes em um processo duplo de compromisso ético e metodológico, reconhecendo a disponibilidade de participação da pesquisa por parte de quem participa, assim como “estabelecendo o caráter de reciprocidade na troca de conhecimentos” (ROCHA; SILVA; DELLAZZANA-ZANON, 2021, p. 30) e aperfeiçoando o contato-compreensão com os temas de estudo.

Depois do período de sete dias para a devolutiva, contando-se do envio da transcrição, foi realizada a análise, a qual consistiu em nova leitura do documento e resumo sequencial das ideias nucleares, por exemplo, uma situação em que o racismo foi reconhecido na relação com a equipe técnica, marcado como “cena-dilema”, sendo grifado em certa categoria. Em suma, o conjunto de informações de todas as entrevistas foi organizado e costurado de acordo com os objetivos desta pesquisa, tornando-se categorias (dilemas, estratégias e necessidades), assim como junto àquilo que os extrapolou e que se mostrou relevante tanto de modo particular quanto de comum destas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo os objetivos-categorias desta pesquisa, o material transcrito das entrevistas seguiu a organização de 4.2 Dilemas; 4.3 Estratégias e 4.4 Necessidades, havendo diálogo com referências bibliográficas, assim como, para além dos objetivos, outros grandes

temas significativos serão expostos e discutidos em 4.1 Perguntas iniciais e 4.5 Fala aberta. A numeração dessas últimas categorias (secundárias) citadas aconteceu pelo quase caminho comum dos encontros: comecei curioso sobre o cotidiano de trabalho delas e se/como percebiam o racismo nisso, partindo para os tais objetivos-categorias e, por fim, perguntava algo como “considerando esse encontro, como gostaria de finalizar a entrevista?”.

Como apontado anteriormente, as participantes tiveram abertura para edição integral do material transcrito e autonegação fictícia, caso quisessem. Esses movimentos foram usados como uma estratégia para validação do material, facilitação para certa mutualidade em pesquisa e proteção de informações que pudessem identificar diretamente essas profissionais. Quando não ocorreu essa autonegação, eu as nomeie. Os nomes fictícios foram, em ordem cronológica das entrevistas: Kianda, Kátia, Ofatolumin e Tereza.

#### 4.1 FALAS INICIAIS

Logo no começo, geralmente, as perguntas iam sobre o dia-a-dia de trabalho, o que rendia uma narrativa sobre o CAPS, sua história, os acontecimentos marcantes recentes ou históricos, assim como sobre o entendimento da entrevistada sobre a existência dos racismos, pois, mesmo eu estando teoricamente guiado, o perceber e definir o que seria “racismo” é múltiplo e antagônico, inclusive, de outras perspectivas, sejam ancestrais<sup>28</sup>, biográficas ou teóricas. A própria qualidade ambígua dos racismos ressalta isso tanto por ser sonso (às vezes, difícil de reconhecer uma nova cara - “mas será?”) e ser escancarado (também, às vezes, sem pudor algum de continuar aparecendo - “você também consegue ver isso, né?!”). Aqui, algumas maneiras como eu trouxe essas questões para as participantes:

- “Você pode me contar, por exemplo, como seria um dia comum, cotidiano do seu trabalho? Um dia qualquer...”
- “Nisso, já aprofundando um pouco sobre os temas que vou te trazer, desses três grandes objetivos que eu tenho, pra mim, interessa saber sobre o teu olhar sobre essa questão específica: você acredita que os racismos atravessam o teu cotidiano de trabalho?”

---

<sup>28</sup> Nesse recorte de frase, o “entendimento ancestral” sobre racismos é a maneira como pelo recorte de sua família se está encarando ou não. As histórias vão seguindo e entortando nas gerações familiares sobre cabelo, mãe, pele, justiça, trabalho, casa, ascensão social, marido, suicídio etc - Neusa Santos Souza (2021) e Grada Kilomba (2019) trazem alguns desses temas em suas pesquisas.

- “...eu gostaria muito que você me apresentasse, por exemplo, sua percepção do espaço, como é que é teu trajeto até chegar ao CAPS, assim como teu trajeto de volta. Muito sobre teu olhar, de como é aquele espaço, de como você percebe um pouco as pessoas que tão ali, o que que te ocorre. Tu poderia me contar um pouco esse itinerário de ida e volta do trabalho?”

#### 4.1.1 Um convite ambulatorial

As falas das participantes aqui logo se encontraram pelo contexto de alta demanda em Saúde Mental, especialmente, a partir das repercussões não tão conhecidas do nosso momento histórico de crise sanitário-política via pandemia (2020 e continua). Kianda traz que

é importante salientar que onde eu trabalho, [nome do lugar], atende não só a cidade, mas as cidades próximas, então a gente tá falando de uma demanda absurda com a equipe mínima. Então, assim... a gente atende casos bem graves e não tem condições de atender semanalmente por conta da equipe mínima, né?! [...] **A equipe CAPS é a mínima da mínima!** Antes, até o início desse ano, só tinha eu de psicóloga, então como é que você pensa um quadro ali de cento e poucos pacientes com apenas uma psicóloga, né, uma enfermeira, uma assistente social?

Em Salvador, Ofatolumim descreve que “O dia-a-dia de trabalho a gente tem uma agenda, né, uma agenda que... os serviços acabam tendo uma agenda um pouco rígida, tendo em vista as demandas, as necessidades, as ofertas de cuidado, de saúde, então a gente acaba tendo uma agenda um pouco rígida”. Ainda na mesma cidade, em outro CAPS, logo depois de Kátia descrever sobre a territorialização dos equipamentos em Salvador, questiona “Como é que você [risos] trabalha com um território dessa imensidão?! É muito difícil isso! Então a gente acaba fazendo um trabalho... é... que fica com uma característica um tanto quanto mais ambulatorial”. Coincidentemente, Tereza, psicóloga com experiência em diversos tipos de equipamentos de Saúde Mental da capital soteropolitana, diz sobre “um convite” com o qual o CAPS insistentemente recebe:

assim eu trabalho mais com o CAPS, é... Esse é um dos desafios, ele tendeu a se transformar num ambulatório. E **ele tem um convite importante pra se transformar num ambulatório**, então a gente fica meio que lutando contra o... mas existe sim de fato toda uma compreensão hoje, né, em especial hoje no município de Salvador do CAPS ser um ambulatório. Então, é... eu vivo diuturnamente nessa luta de me livrar do ambulatório, mas também ter uma ação ambulatorial.

Nisto, Tereza situa as demandas das/os usuárias/os atendidas (crianças e adolescentes) em situação de crise suicida e/ou com transtorno mental grave, o que vai ao

encontro daquelas de Kianda, onde confirma os quadros severos atendidos por seu equipamento: “vamo lá, qual o paciente que vai para o CAPS? É o paciente que tem o transtorno grave e severo, que é uma esquizofrenia acentuada, um Transtorno Bipolar com sintomas psicóticos”. Kianda ratifica novamente que “A equipe é a mínima da mínima!”.

Junto a isso, a partir da necessidade de isolamento social como forma de mitigar a transmissão do coronavírus, o CAPS sofreu impactos nas formas de promover cuidado, reavendo suas estratégias basilares, como a promoção de terapia de grupo e as alianças de cuidado com a família das/os usuárias/os que acabou se distanciando desse tipo de equipamento. Mesmo nessas reformulações, “o CAPS nunca fechou!”, como traz Kianda.

A alta da demanda, a severidade destas e a situação pandêmica pareceram formular um tipo especial de crise de Saúde Mental não tão socialmente expressa<sup>29</sup>, mas cotidianamente percebida por estas profissionais - e não só por elas. Como psicólogo clínico *online*, percebi mais pessoas chegando para atendimento nos períodos de *lockdown*, inícios de 2020 e 2021. Nas situações de necessidade de encaminhamento, foi uma constante para as pessoas que eu acompanhava a notícia de CAPS “Lotado. Ocupado. Inchado. Sobrecarregado. Abarrotado. Sem espaço. Nem ar. Inflamado. Ferido e ferida”, como está escrito no diário de campo (Apêndice A) *Não Há Como Não Ser*, 26 de maio de 2021.

#### 4.1.2 Ser do e (não mais) estar no Interior

O interior baiano foi um ponto de referência presente nas falas das participantes. Ofatolumim referencia seu trajeto de saída do Recôncavo para a capital como uma forma de perceber seu lugar no dia-a-dia de trabalho. Quando perguntei sobre como era seu equipamento, o espaço dele e o trajeto até lá, Ofatolumim trouxe a especificidade da localização do seu CAPS, que se localiza próximo a um ponto de distribuição de drogas, influenciando densamente a relação equipamento-usuárias/os-demandas-profissionais.

Eu acho que, enquanto profissional de Saúde, eu particularmente, assim... sou pobre, venho da periferia, venho da região do Recôncavo baiano, então, de algum

---

<sup>29</sup> No momento que escrevo esse texto, foi anunciada uma sugestão de reorganização administrativa dentro do Ministério da Saúde, em 2023. “A equipe de transição do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tem a proposta de **criar um departamento de saúde mental no Ministério da Saúde**, a partir do ano que vem. A proposta tem como objetivo o fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Pretende-se discutir também as políticas de combate ao consumo de drogas e álcool” (MELO, 2022, *online*, grifo meu). A criação desse departamento seria algo inaugural para a história da Saúde no Brasil. Ironicamente, isto compete com o já reconhecido retrocesso das Comunidades Terapêuticas (CFP, 2018), que foram reafirmadas também por este governo a partir da criação do Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas (VARGAS, 2023).

modo, eu sempre me dei um pouco com essa realidade, mas eu particularmente não gosto muito desse assédio das drogas, eu acho que as drogas são disponíveis, tão acessíveis...

Em outro momento, a diáspora do Recôncavo aparece como marca fundamental da negritude que se extrapola e transborda no contato com a Salvador branca universitária. Aqui, anteriormente, a pergunta foi sobre como Ofatolumim criou estratégias para lidar com os dilemas raciais, sendo que ele mesmo percebeu como necessário narrar sua história:

Então... eu fiz uma graduação em uma universidade pública, né. Quando eu entrei na Psicologia na UFBA era o segundo curso mais concorrido, então é um curso de alto prestígio social, né. Eu era um dos poucos negros em uma turma de cinquenta e poucos alunos, sabe? Desde aí, já existia uma, uma, uma... um marcador, né. Que lugar eu estava ocupando no celeiro de privilégios social? E aí, o que é que acontece? De lá pra cá, eu aprendi a desenvolver várias estratégias, né, e elas não foram fáceis! Primeiro que lidar com o racismo é sempre muito doloroso! **Eu vim do interior de uma cidade que quando eu saí de lá, a cidade era de 98% da população negra. E aí estar em outro contexto onde hegemonicamente as pessoas eram brancas, né, já causa certo desconforto quando você começa a perceber, né, algumas posições, algumas atitudes, alguns negacionismos,** enfim... Você começa a identificar “Por que que comigo acontece isso? Por que não acontece com o meu coleguinha branco? Por que não acontece com a minha coleguinha branca?”, então você começa a lidar com aspectos dolorosos do racismo que muitas vezes são invisibilizados, né.

De modo similar, quando perguntada sobre se acredita que os racismos estão presentes no cotidiano de trabalho, Kátia diz de seu percurso de saída do interior como um marco essencial sobre sua identidade racial e o reconhecimento dos efeitos dos racismos no seu CAPS.

... vamos dizer sim, só nos últimos quinze anos, vamos colocar assim, da minha vida que eu pude mais olhar pra essa questão da negritude. Eu nasci no interior da Bahia, no sertão, numa família de classe média, onde a minha classe social, ela tinha uma sobreposição sobre a minha raça, então **eu passava por um certo embranquecimento por estar numa cidade muito pequena, numa classe social e numa família onde tinha uma tradição nessa cidade,** então isso me dava um lugar social e um embranquecimento diante dessa posição que a minha família me dava nessa cidade.

Ser de uma cidade pequena, de uma família tradicionalmente reconhecida e de uma certa classe social se unem em uma amálgama de embranquecimento que se desfaz contextualmente. Estando na Faculdade de Psicologia, a negritude aparece pela produção/exposição de diferença.

Quando eu vim pra Salvador pra estudar e fui vivendo aqui em Salvador e entendendo outras dinâmicas onde eu não tinha o lugar, não tinha essa questão

social, não atravessava a minha família, aqui eu não era nada nem ninguém [risos], eu fui começando a me enxergar como negra. Eu fui começando a... apesar da minha família paterna ser majoritariamente negra, mas foi uma família que eu convivi pouco, então eu tive pouco esse espelho, eu tive muito espelho da minha família materna, que é uma família branca. **E aí vindo pra cá que eu comecei a me enxergar como mulher negra por uma série de coisas que aconteceram comigo que foram me dizem que “Olha, o seu lugar, o seu lugar social que te dão é esse!” desde a faculdade de Psicologia, na época, ano de 2001**, era majoritariamente branca, porque não tínhamos cotas nem nada disso, então era uma sala majoritariamente branca, até depois nos espaços de circulação mesmo na cidade, eu fui percebendo essas diferenças e como eu era tratada diferente do que eu era tratada na minha cidade, que eu tinha um atravessamento de classe.

Ser negra/o em um contexto universitário majoritariamente branco foi uma replicação comum em Ofatolumim. Já situando o trabalho, todas as participantes trouxeram dificuldades em estarem em equipes de trabalhos com a maioria de pessoas brancas (o que vai ser descrito posteriormente). Por fim, Kátia arremata:

E aí, no trabalho, num primeiro momento, essa não foi uma questão que... vamos dizer assim, que se ressaltou para mim, foi uma questão que eu fui me dando conta e percebendo, por exemplo, a invisibilidade dessa questão no meu serviço com o passar do tempo e com a minha própria apropriação mesmo das questões raciais: de entender, de me identificar, de perceber coisas que aconteciam comigo e perceber também como isso impactava na vida dos usuários que lá chegavam, dos usuários e das usuárias que lá chegavam. **E essa percepção, ela tem se aguçado ano após ano, mas eu percebo que no meu serviço que essa percepção, que ela não existe [risos]. Isso é... isso é raramente discutido!**

Neste trecho da entrevista, vários e complexos pontos são expostos, como a relação tensa entre raça e classe, as famílias inter-raciais, a identidade racial, racismo na vida universitária discente, primeiros anos da Lei de Cotas e implicações da ausência de formação em Relações Raciais e Saúde na prática clínica das profissionais. Contudo, o marco sobre o reconhecimento racial como influenciador na atuação clínica se coloca significativo neste escrito.

#### **4.1.3 A entrevista como digestão**

Finalizando esta seção, algo se apresentou pontualmente: o próprio ato da entrevista. Como exemplo disso, Kátia trouxe que “No momento em que estou aqui com você, refletindo junto com você nessa entrevista sobre isso, isso reforça o meu desejo de levar isso pro serviço”. Tereza, após ser questionada sobre seu “malabarismo” em sua atuação, diz que “quando eu tô falando com você, eu vou entendendo a dinâmica do movimento do

trabalho no CAPS! Mas nós temos grandes problemas!”, parecendo, com isso, relatar a inauguração sobre uma certa “digestão” de seu cotidiano como trabalhadora negra.

Kianda se emocionou “Às vezes, quando você me interpela desse lugar, eu tento colocar em palavras as sensações, mas eu não consigo. Eu tô aqui lembrando, mas eu não consigo colocar em palavras! Eu só lembro das sensações que eu tinha; e eu negava”, ainda acrescentando que “É difícil falar disso, sabia? Não é fácil falar disso, de verdade!”, revelando algo do impacto hoje reconhecido dos racismos em sua história profissional-pessoal. Ratificando o aspecto ético do fazer pesquisa (ponderação entre riscos e benefícios) e indo para além do que se espera do uso positivo da entrevista como método de coleta de dados, entrevistar pessoas negras sobre o racismo implica reconhecer que a ambiguidade do racismo, como silencioso e escancarado, se trança em seus de falar sobre: confunde; quando percebido, pode exigir confirmação de outro/a/; quando compartilhado, pode parecer tosco demais para que ninguém mais tenha percebido também.

Segue um trecho do diário (Apêndice A) *Na Próxima Vez*, de 04 de outubro de 2022, de uma situação na época da busca por entrevistadas, em uma ida a um CAPS:

Existe um exercício mesmo de que se mantenha não dito.

Há umas semanas, eu visitei um CAPS. Nesse dia, fui neste e logo depois caminhei até chegar em outro (era pouco mais de um quilômetro de distância). Já com a autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, eu queria falar diretamente com os coordenadores dos CAPS pra pedir contribuição no compartilhamento da pesquisa. Eu não havia entrevistado ninguém, os meses estavam passando, ainda sem ajuda. Não custava nada ir logo em alguns CAPS.

Era rodízio da equipe técnica (de Ensino Superior) enquanto a coordenadora estava em período de uma série de reuniões inter institucionais, por isso um enfermeiro me atendeu. Expliquei que a pesquisa seria voltada para psicólogas, para saber sobre seu cotidiano de trabalho. Somente. Estava pedindo que compartilhasse essas informações, que avisasse.

Ele logo confirmou que assim faria, “mas é sobre o que mesmo?”

“Minha pesquisa se volta para psicólogas negras - digo ‘psicólogas’ para psicólogas, psicólogos e psicólogues porque a maioria é composta por mulheres -, o cotidiano. Basicamente sobre o cotidiano, como estão lidando”.

Eu lembro de uma série de frases, muitas se repetiram. Eu não consegui replicar nada, mas entendi o que isso poderia ser.

“Não temos psicólogas negras aqui. Nem se forçar, entende? [risos]”.

“Isso não existe aqui [racismo ou profissional negra?]. Nesse CAPS pelo menos não, mas talvez encontre em outro”.

“Nem se pensar no cabelo, no cabelo assim [fazendo gesto de cabelo volumoso - crespo?], não temos psicólogos negros. Os três que trabalham aqui, uma está de licença maternidade, os outros dois são mais puxados pra minha cor, entende? Mais brancos”.

“Acho que de negras... temos aqui hoje a assistente social, a [nome da pessoa]. É só psicóloga que você procura, né?”

“Adorei sua pesquisa, acho ela importante! Espero que a gente possa se encontrar, em outro momento, quando você pesquisar só por psicólogos mesmo. Porque não tem aqui mesmo, irmão”.

Não tão velado assim, ainda é difícil de reagir.



## 4.2 DILEMAS

Normalmente, após pedir que apresentassem o contexto e o cotidiano de trabalho, a entrevista seguia a apresentação dos dilemas percebidos por essas trabalhadoras: as cenas, as personagens envolvidas, as frases significativas ou repetidas, os engodos. Alguns exemplos das perguntas realizadas foram:

- “Então eu queria te trazer já, nessas três perguntas: a primeira são os dilemas, os dilemas de trabalho. É... por acaso você poderia me dar um exemplo de como você percebe dos dilemas raciais que você encontra no teu dia-a-dia de trabalho?”
- “...entendi que quando eu te pergunto dos dilemas que você enfrenta, que você percebe o atravessamento do racismo, cê me lembra muito em relação a você diante a equipe. Você, enquanto profissional negro, diante a uma equipe majoritariamente branca. E também não só da construção do que é ser o profissional negro diante a uma equipe branca, mas historicamente como isso vem sendo construído e como isso acontece especificamente no teu CAPS. Basicamente, é com a equipe que você vê os grandes dilemas. É isso?”
- “Tem uma tríade que eu tô muito curioso de saber, que é o dilema, as estratégias e as necessidades. O primeiro deles são os dilemas, que são aqueles momentos ou aquelas cenas que as questões raciais se colocam. Por acaso, você consegue lembrar ou dizer algum dilema que você tenha passado, visto, presenciado, testemunhado nessa relação entre seu trabalho e as questões raciais?”

### 4.2.1 Barreira: profissionais não reconhecidas

“Barreira” como um ato de interromper “Vai onde? Quem é você mesmo? O que tá fazendo aqui? Psicóloga?”, produzindo deslegitimação, gaguejos e tensionamentos. Muitas das falas das participantes orbitaram nesse ato, como exemplifica Tereza, que, apesar dos seus muitos anos de experiência profissional, ainda é associada a outras profissões, mas não como psicóloga:

eu ainda preciso me esforçar pra ser ouvida! Aí eu faço a mim pessoal, como psicóloga! É comum as pessoas não acharem que eu sou psicóloga! Eu sei claramente que se eu fosse uma mulher branca, seria facilmente entendida como psicóloga. Mas ainda hoje, às vezes, inclusive as pessoas que vão ao CAPS, as famílias, tomam um susto “Tu és psicóloga?” - “Sou!”, aí pergunto “Mas você

achava que eu era o que?”. Elas não conseguem me dizer, ficam um pouco envergonhado pra dizer o que que eles acreditavam o que era a minha formação, mas eu já ouvi coisas de “Mas você é psicóloga? Estudou mesmo?”; “Sim! Inclusive fiz concurso, passei, trabalho aqui. Sou concursada e tal. Por que a dúvida?”; “Não... é porque eu pensava que você era uma dessas que limpavam o CAPS” [...] mas porque ela acredita que eu poderia ser a pessoa que limpa o CAPS e não uma psicóloga ou uma médica ou outra categoria profissional? Talvez, sempre, com frequência, eu sou vista como Técnica de Enfermagem. Hoje eu sou uma pessoa bastante antiga pra ainda ser confundida com outra categoria profissional que não psicóloga. É... isso em relação a mim, então a minha fala precisa ser muito reafirmada, a minha posição precisa ser lutada ainda! Não é uma posição fácil de ser engolida pelas pessoas! **Por muito tempo, eu tinha uma crença que eu não conseguia falar direito, portanto as pessoas não entendiam o que eu falava! Aos poucos, eu fui entendendo que não é o que eu falo, é a cor da minha pele que camufla o que eu falo, e as pessoas têm dificuldade de ouvir!** Então eu posso falar alguma coisa, e uma pessoa branca falar a mesma coisa, e a pessoa branca será escutada. Isso eu faço testes, inclusive! A mim, né...

De modo parecido, Kianda traz o que foi vivido por ela uma instituição hospitalar, no Sul da Bahia, quando chefa de departamento:

Na época em que eu fui chefe de setor, eu era chefe de setor do RH de um hospital, foi absurdo, assim! De eu ir pro banheiro chorar! Chorava e chorava, limpava o meu rosto e voltava! Que eu falei assim “Não é possível que isso tá acontecendo...”, e muito desse lugar: “Por quê?!”, sabe? E a gente costuma dizer que só quem é negro sabe, só quem passa, sente isso vai saber! As pessoas vão ter respeito com a sua dor “Ah, eu imagino...” - “Não! Você não imagina, porque só quem passa sabe!” de eu chegar na instituição, e as meninas que trabalhavam comigo [...] delas dizerem pra mim **“Será que a neguinha vai trabalhar hoje?”**, aí eu cheguei bem na hora e disse “Bom dia, a neguinha já chegou! Vamo trabalhar?!”. [...] Quando eu iniciei o trabalho, principalmente nessa instituição, a sensação que eu tinha - eu acho que era uma sensação meio que geral, tristemente - é de que eu tinha de fazer mais. Se eu não fizesse mais, eu iria ser pisoteada, a minha palavra não iria ser escutada, o meu conhecimento não ia ser ouvido... o que eu estava lutando ali não ia ser posto em regra. “Ah, por que que você pensa dessa forma?” Não sou eu que penso! As coisas iam acontecendo, e eu era vista desse lugar. E quando eu comecei a prestar mais atenção, os outros profissionais não eram vistos dessa forma. Então eu tinha que estar com a legislação pra provar que o que eu estava falando era de fato real e tinha legitimidade. Então, assim, as outras pessoas não precisavam provar nada. As outras pessoas falavam e “Ah, tudo bem!”; eu tinha que provar o tempo todo. E tinha muito esse lugar de “Ah, mas você é tão gente boa!”. Eu não quero ser “gente boa”, eu quero ser profissional, eu tô aqui para ser profissional! Então, **eu não era vista desse lugar de profissional, tinha muita dificuldade de ser vista desse lugar de profissional.**

Ambas se encontram no lugar de não serem escutadas por serem mulheres negras, em contrapartida, elaboram o “e se”: se fossem brancas ou se fossem outros profissionais brancas nesse lugar, não passariam pelo processo de deslegitimação como profissionais. Com Tereza e Kianda, o desgaste de reafirmação, seja diante à equipe ou usuárias/os, se coloca como central enquanto dilema. As repercussões dessa dificuldade de ser vista como psicóloga chegaram ao ponto de usuárias negarem ser atendidas por Kianda:

**“A senhora que é psicóloga? A senhora que vai... atender?”** - “Sou eu quem vou atender!”. E aí olhava-me, né... e, certa feita, escutei de uma paciente falando que não gostaria de ser atendida por mim. Aí eu interpelei “Não, mas... o que foi que aconteceu alguma coisa? Falei algo que a senhora não gostou?” - “Não, minha filha, é pelo tom de sua pele, assim... não me sinto à vontade”. E era muito desse lugar, de não se sentir à vontade, de ser escutada, de ser acolhida por uma mulher negra, né?! Era muito mais natural, muito mais cômodo ser escutada por uma mulher branca ou por um homem branco.

Em relação à própria equipe, sendo profissional negro, Ofatolumim narra um momento de tensosamento, quando este foi convidado por uma colega enfermeira para a realização de uma visita domiciliar:

**Muitas das vezes, ser negro, pertencer a uma equipe de Saúde faz com que alguns colegas ou alguns serviços achem que você tá ali numa condição de subalternidade**, que você pode se submeter a algumas tarefas que normalmente não vão solicitar de outros colegas, você não vai solicitar de outros profissionais da equipe, então já teve situações em que, por exemplo, uma colega minha, enfermeira, ela me convida “Ah, vamos fazer uma visita domiciliar?!”, aí eu falei “Que massa! Quem é o usuário?”, procurei saber informações, quais eram as demandas de saúde dele. Aí ela me apresentou e depois me disse assim “Mas eu gostaria que você fosse pra você carregar a caixa de vacina...”, aí eu falei “Caralho, você realmente está me chamando pra fazer uma visita domiciliar pra carregar uma caixa?”, aí ela “É!”, eu falei “Pô, querida, desculpa, eu sou um homem negro e sei que historicamente os homens negros foram colocados nesse lugar de quem tá ali pra suportar peso, carregar objetos. E eu não vou pra visita por isso, procure uma outra pessoa!”. E aí ela veio tentar desconstruir “Ah, eu não pensei isso e tal!”. Volto a dizer: o racismo tá tão estruturado que tá tão... normalizado algumas atitudes! A pessoa não problematiza convidar um colega com formação superior no mesmo nível de, de... qualificação que ela pra carregar caixa, pra carregar peso. Isso é muito comum!

A imagem dele (homem negro), aqui já em outras experiências de trabalho, por exemplo no estágio na Graduação e em Residência Multiprofissional, pareceu facilitar a colagem com associações ao tráfico de drogas ou a um agressor em potencial:

O racismo também se estrutura dessa forma: negando direitos! E essa realidade, eu acabei sendo associado, cara, ao tráfico de drogas, sendo que eu em nenhum momento trafiquei na minha vida, então isso me deu um processo jurídico que tá rolando aí até hoje porque as pessoas descaradamente resolveram me associar ao tráfico de drogas como um recurso pra me destituir enquanto estagiário daquele contexto. [...] Já na Residência, eu também fiz residência, eu tive alguns problemas com alguns colegas... um colega específico, branco, dentista... Ele só se dirigia a mim pra pedir prontuário. Quando a gente tava em dupla pra desenvolver algum trabalho, ele sempre se isentava, né. Ele sabotava meu trabalho. Eu falava com ele, e ele me tratava de forma extremamente ríspida mesmo casos que eu era técnico de referência, colocado pela preceptor, pela equipe mesmo. Ele me tirava desse lugar **e... ainda fui punido também!** Recebi uma advertência quando esse colega foi capaz de dizer que eu o ameacei, quando, na verdade, eu o chamei pra conversar pra tentar entender o que acontecia ali na nossa relação, sabe?

Além da associação racista, Kianda ainda parece apontar um outro efeito desse processo de deslegitimação profissional, no qual a dúvida da própria capacidade enquanto profissional se coloca em questão.

O racismo me atravessou muito no processo de eu duvidar da minha capacidade, e eu entendendo, um tempo depois, que eu era capaz, que sim, eu sou uma profissional, sou ética! Mas o racismo me fez muitas vezes duvidar disso, porque as pessoas que estavam ao meu redor se comportavam desse modo, então, se todo mundo que tava ali, ou grande parte dela, se comportava desse modo, por que era eu quem estava certa? Eu tinha que duvidar da minha capacidade, então **o racismo me atravessou desse modo: de eu duvidar da minha capacidade, do meu profissionalismo, dos meus estudos, da minha ética enquanto profissional.**

Esses trechos das entrevistas possibilitam visualizar que a “vistoria” (“Tu és psicóloga?”, “Será que a neguinha vem hoje?” etc), a qual submete a profissional negra em um regime de contestação do seu atual lugar como psicóloga e de reaproximação a locais racistas, como ao tráfico de drogas, ao sujeito violentador ou a outras categorias profissionais que não sejam a Psicologia (a pessoa que limpa o CAPS, aponta Tereza, ou a pessoa que carrega a caixa, diz Ofatolumim). Nisto, usuárias/os e a própria equipe se colocam como “vistoriadores/as”, refletindo na própria negação de ser atendido por tais psicólogas, nas sabotagens no cotidiano e nas microviolências de trabalho, por exemplo, levando para a situações de tensionamento emocional (chorar no trabalho ou mesmo questionar se realmente é alguém capaz de falar, ser entendido por outros/as). Nesta complexidade, os racismos parecem se trançar especialmente nos âmbitos dos vínculos interpessoais (tais os exemplos de Ofatolumim) e na percepção da realidade do dia-a-dia (“Não é possível que isso tá acontecendo...”, como traz Kianda).

#### **4.2.2 \*\*\*\*\*: tema invisibilizado**

Centralmente presente na entrevista junto à Kátia, os racismos surgem como um tema não expresso, silenciado e sem força de mobilização de debate-atuação em sua equipe CAPS. “Apesar de a gente ter majoritariamente pessoas negras atendidas nesse serviço, a gente nunca tratou sobre esse tema! Nunca tratou sobre as repercussões no racismo na vida dessas pessoas!”, narra Kátia, apontando com isso que a falta de espaço de discussão tornou-se algo naturalizado, não visto. Quando uma colega negra assistente social pautou essa questão (racismo presente no serviço), isso tornou-se mais perceptível:

Isso, não se lida! Não se lida, não se lida! Não se discute, não se discute, assim... uma ou... como eu te disse, sempre eu ou essa colega que trazemos essa questão de maneira muito pontual. A gente nunca conseguiu fazer isso de forma mais contundente. É... me lembro, assim, de às vezes essa colega, quando ela tá, ela é uma pessoa bem extrovertida e que coloca muitas questões. **Lembro de uma vez de uma situação que ela se sentiu ameaçada na equipe.** “Ameaçada” no sentido de que alguém questionou o saber dela, aí eu lembro de ela fazer uma fala do tipo assim “Não é porque eu sou uma mulher! Preta! Assistente social! que vocês não podem dizer que eu não sei, que eu tô fazendo errado ou que eu não vou colocar aqui o meu saber, a minha questão!”. Mas normalmente essa questão é muito invisibilizada, por exemplo, no dia em que ela fez essa fala, as pessoas simplesmente ficaram em silêncio. No dia seguinte, foi como se essa fala nunca tivesse sido feita, colocada.

Assim como pautado por Kianda anteriormente, a colega de Kátia parece que foi interferida sob o mesmo procedimento de contestar não só sua fala, mas seu saber como profissional. Neste exemplo, os racismos aqui parecem expressar, na verdade, uma pressão ambiental de estresse contra/(d)essas profissionais, exigindo como medida de urgência o silêncio e o silenciamento. Ainda na mesma entrevista, pouco tempo depois, Kátia lembrou de uma situação envolvendo dois usuários do serviço:

Eu até me lembrei, nesse momento, de uma usuária que acompanho nos atendimentos de Psicologia. Ela é negra e lésbica, e um outro usuário, que inclusive é homossexual também, mas branco, um dia desses, é... começou a xingar ela lá. Eles tiveram alguma discordância na hora do almoço, e ele começou a xingá-la. E aí, ele não usou... ele não usou termos, assim, ligados ao racismo. Ficou, na verdade, xingando ela muito de termos pejorativos ligados à lesbianidade, aí ela veio conversar. Aí ela que trouxe “Ele falou assim comigo porque eu sou uma sapatão preta! Se eu fosse uma sapatão branca, ele não vinha falar assim comigo!”. [...] no dia em que eu levei pra reunião essa fala dela, não consegui sustentar a pauta, por exemplo. Eu levei, aí as pessoas começaram a discutir sobre o comportamento do usuário, mas falando de tantas outras coisas, como o estado psíquico dele, que ele estava desorganizado, que ele tava bebendo muito, que ele não sei o que e não sei o que, mas o racismo escapou de novo. De novo, ele... Então, é isso, é uma equipe que deve ter um olhar atento para essas falas, para essas questões que atravessam os territórios em relação a esse tema. E começa dentro da própria equipe, da própria equipe entender a importância do tema pra que ela possa, de alguma forma, reproduzir isso no cotidiano do serviço!

Kátia apresentou três dilemas ligados à invisibilização dos racismos: a equipe em si (quando a assistente social foi deslegitimada pelos colegas), entre as/os usuárias/os (no exemplo de agressão verbal sofrida pela usuária lésbica negra) e, por conseguinte, da equipe junto às demandas das/os usuárias/os (no momento quando Kátia tentou pautar a referida agressão em reunião). Como em resumo, Tereza aponta que “eu acho que ainda é necessário falar ostensivamente sobre o racismo, sobre o racismo de todos nós! Eu acho que ainda não estamos falando honestamente sobre isso! No campo da Saúde Mental, **falamos com reservas**, meio que diminuindo um pouco”. Por sua vez, ela aponta que um dos dilemas que

reconhece no seu trabalho se volta para a dificuldade de manejo, em Saúde Mental, do racismo como um determinante em saúde, prejudicando nas práticas de cuidado.

Veja: uma criança chega, um adolescente chega, como este menino, com estas questões, que ele não falou até então, de ele não gostar de quem ele é. Isto é muito! Ele não tá falando de que ele não gosta de quem ele é naquela coisa meio existencial “Ah, eu queria...”, não! É uma coisa assim... “Quem eu sou não é uma coisa boa de ser! E não é porque eu queria ser mais alegre, não! Eu queria ser branco!”. Então, este menino chega, e isso nunca é visto, mas ele tem um diagnóstico em que isto nunca foi falado, porque ele chegou pra mim já com o diagnóstico! No prontuário dele, existe um diagnóstico. Esse diagnóstico passa a ser uma estatística que vai funcionar como dado epidemiológico, mas isso não vai ser lido, ele vai usar medicação - acho que ele usa! [...] agora que eu tô entendendo isso, mas ainda é um dilema! **Como colocar o racismo concretamente, efetivamente, como e contar isso como uma variável determinante no processo de adoecimento das crianças e adolescentes pretas? Isso, pra mim, é um dilema!**

Apesar dessa invisibilização em termos de reconhecimento diagnóstico e produção de cuidado, de modo ambíguo, Tereza percebe que a raça e classe das usuárias atendidas em seu serviço CAPS afetam a maneira como estas são acolhidas institucionalmente, ou seja, apesar de os racismos não serem contados como um determinante em saúde, institucionalmente (mesmo não assumido) ser negro/a e pobre afeta a maneira como essas usuárias são cuidadas.

E, institucionalmente, eu percebo que crianças brancas tem privilégio no atendimento! **Existe um privilégio, existe uma escolha de eficiência quando a criança é muito branca ou aparenta ter uma condição social mais privilegiada!** É uma gradação: crianças brancas de classe média, elas vão passar... elas vão ter um atendimento diferenciado. Isso eu vejo! Crianças pretas de uma condição socioeconômica vão ter... estão em segundo, e aí crianças pretas mais vulneráveis ficam em terceiro, e isso vai descendo, né... Então, institucionalmente, atravessa a forma como as crianças são acolhidas, e os adolescentes! E muito determinada pelo racismo!

Dentro dos serviços de CAPS, os racismos se mostram invisibilizados, enquanto reconhecidos e enfrentados, e escancarados nas suas formas de mantenedores da diferença, do adoecimento e do prejuízo. Nesses pólos, os racismos encontram um sentido comum: da aparição pelo silêncio. Um fantasma reconhecido pelas profissionais negras entrevistadas e, considerando os efeitos das ações institucionais, também reconhecidas pelas outras profissionais, contudo sem o mesmo incômodo. Ofatolumim exemplifica como, mesmo discretamente, os racismos operam para estruturar a diferença entre profissionais negros e não-negros no mesmo serviço:

Voltando um pouquinho pra realidade do CAPS, a gente pode perceber em um dado momento de que ser um profissional da Psicologia branco, ser um profissional da

Psicologia negro também isso acarreta algumas implicações, então até o espaço em que eu vou designar pra o trabalho desse profissional branco e do profissional negro, ele passa por esse viés, né. **Que lugar de privilégio eu vou conceder a um e não vou conceder a outro?!** Geralmente, os brancos também têm privilégios quanto a esses lugares, né. A gente pode pensar, por exemplo, nos serviços de Saúde em que a categoria dos médicos, independente de eles serem brancos ou negros, mas geralmente os branco porque historicamente, os médicos são brancos... eles têm o lugar de privilégio, então as salas são as melhores salas, tem os ar condicionados, tem uma estrutura ali que favorece, que marca o lugar de privilégio. Isso também acontece nas realidades de CAPS e no meu CAPS também. De algum modo, eu não sou consultado se gostaria de estar em tal sala, se gostaria de compartilhar a sala com meu colega médico, né, geralmente essa sala também é designada por um profissional branco, né, que é o trabalho dele.

A partir do palavreado “privilégio”, torna-se possível sustentar a equação “racismo = privilégio”. Para além de assumir o racismo como promotor do desbalanceamento contra a população, a palavra “privilégio” permite assumir que, tal qual isso, a mesma desigualdade permite o conforto em prol da população branca, residindo nisso uma indissociabilidade. Racismo = privilégio branco (NASCIMENTO, 2021). Aproximando-se dessa equação, Ofatolumim cita em sua entrevista:

Quem é que a gente silencia, quem é dá a voz, quem é que a gente legitima, quem é que a gente permite que seja, que seja grosso, que fale de qualquer jeito. Quem é que a gente problematiza caso tenha uma posição mais rígida, né, mais incisiva. Geralmente, a gente garante por esses lugares de privilégio até na fala, né, a gente garante que os brancos se posicionem de uma forma mais autônoma. Muitas das vezes, os colegas brancos dentro do serviço eles têm uma autonomia para falar o que quer, para ser grosso, né! Não que os sujeitos negros não possam, mas a gente problematiza a fala do sujeito negro quando ele tem uma postura desse tipo, enquanto dos brancos a gente naturaliza e, muitas das vezes, a gente vai lá e bajula, a gente... evidencia mais ainda esse privilégio, a gente concede mais ainda privilégio mesmo em situações em que para uns seria prejudicial, para os sujeitos brancos, esse privilégio tá garantido e naturalizado. [...] **Nós, enquanto profissionais negros, a gente muitas das vezes a gente é questionado “Ah, você vai fazer o que lá? Você quer isso?”, então, assim, as pessoas começam a colocar limites que não se colocam diante de um profissional branco.**

Em resumo, nesta seção designada para os dilemas raciais enfrentados pelas profissionais psicólogas negras de CAPS, é possível perceber dois grandes blocos. O primeiro, com nome de “Vistoria: profissionais não reconhecidas”, traz os achados referentes à deslegitimação e os efeitos vividos desta, como a produção de questionamentos sobre a própria capacidade profissional no lido do dia-a-dia de trabalho; já o segundo, “\*\*\*\*\*: tema invisibilizado”, pauta-se sobre como, em geral, a questão dos racismos se coloca na forma de silêncio naturalizado, seja junto à própria equipe ou às demandas das/os usuárias/os, por exemplo. Como próximo ponto, os achados das entrevistas serão organizados pela pergunta-chave “Como, então, essas profissionais estão enfrentando esses dilemas?”.

### 4.3 ESTRATÉGIAS

Neste objetivo-categoria, mesmo após alguma pontuação sobre como essas situações exemplificadas foram enfrentadas pelas participantes anteriormente, o direcionamento aqui se dava para o aprofundamento desses modos de enfrentamento. Seguem alguns exemplos de como isso foi questionado para as entrevistadas:

- “(Esse) É um dilema que a senhora tem enfrentado no seu cotidiano, daí vem a minha segunda camada de pergunta: apesar desse dilema recorrente, a senhora está lidando com isso. Aí eu pergunto, como está lidando com essas questões?”
- “Me diz por aí: como você tem lidado. Quais são os modos que você tem de lidar com a invisibilização dessa questão no teu cotidiano de trabalho?”
- “Então você tá me dizendo basicamente que, com a tua produção de pesquisa, você conseguiria fazer essa ponte exatamente entre os teus atendimentos e o coletivo, em relação a tua equipe, à galera com quem você trabalha. Então essa seria a ponte entre você e a sua equipe: a sua pesquisa?”.
- “Exatamente esse é um ponto que eu gostaria de me comunicar com você, que é sobre, a partir desses problemas que você encontrou envolvendo os racismos, como você lidou com isso, sabe? Quais as estratégias utilizou para lidar?”

#### 4.3.1 Estudada, instrumentalizada, argumentada

Todas as entrevistas parecem convergir para o comum: os estudos, a leitura e as referências bibliográficas como uma estratégia significativa para lidar com os dilemas rotineiros - mas porquê? Para Kianda, “eu tinha que falar de um lugar muito diferente. Eu tinha que falar com argumentos muito intensos, com argumentos totalmente embasados, senão não era escutada!”. Aqui, os argumentos reforçados possibilitam a audibilidade para outras/os.

E aí, nesse contexto, eu fui criando estratégias, né, e foram várias! Desde aquele que se instrumentaliza, que se qualifica, que vai buscar autores, autoras que possam... que já tenham um discurso sobre isso e falar sobre isso a partir dessas pessoas traz um... uma certa legitimidade acadêmica, de posicionamento, é... desde problematizar mesmo, apontar o dedo e dizer “**Não, isso é racismo! Não pode!**”.

No trecho anteriormente citado, Ofatolumim já traz a instrumentalização (acadêmica) como um forma de possibilitar problematizar os ocorridos no seu cotidiano, ou



seja, acessar as leituras que reconheçam as questões raciais como forma de também acessar o reconhecimento desses temas no vivido e assim intervir. Já Tereza transita pela leitura como forma de implicação nos seus atendimentos:

Eu estou lidando com essas questões estudando! Então... levando a questão racial para dentro do CAPS, olhando as crianças e de alguma forma, com recursos terapêuticos, trazendo essa temática pra elas e dizendo... não dizendo com as palavras, trabalhando com elas a questão do ser preto, de ser uma menina ou um menino preto, e quando é um menino preto que tem as questões relacionadas à orientação sexual, é aí que o caldo entorna mesmo, de vez! Mas eu tenho ficada atenta, muito atenta a isto! **Que eu acho que é uma forma de você começar a ver a questão e começar a falar sobre ela, então eu estou atenta... Eu tenho buscado estar atenta a essas questões no CAPS. É um pouco desgastante! Gostaria que elas não tivessem, que eu não precisasse ficar atenta!**

Não sem esforço, estudar e se implicar sobre as questões raciais quando se está em espaço de cuidado em Saúde Mental, como o CAPS, exige uma recorrência da atenção, o desgaste de perceber e atuar diante os racismos ainda sem o reconhecimento institucional desses temas. Tereza ainda diz quando o “caldo entorna”, ou seja, quando a sexualidade une-se às demandas desses meninos pretos, parecendo um recorte envolvendo infância, masculinidade, negritude e sexualidade (entendida aquelas não-hegemônicas). Nessa mesma perspectiva de, apesar da invisibilidade da temática dentro do serviço, conseguir pautar isso nos próprios atendimentos, Kátia afirma que

É... eu não consegui levar ainda essa questão para o coletivo. Fora dessas minhas falas pontuais, eu nunca consegui levar essa questão para o coletivo. O que eu faço muito é levar essas questões para os meus atendimentos individuais, buscar o tempo todo **ficar atenta** para essas questões e estar atenta a essas questões no meu grupo de mulheres, porque majoritariamente é um grupo de mulheres negras, inclusive o meu projeto de pesquisa é justamente entender os processos que elas vivem a partir do ponto de vista do Feminismo Decolonial, levando em considerações essas questões de gênero, raça e classe. Então, assim, no meu trabalho com os usuários, sempre pautando essas questões, inclusive chamando a atenção deles porque isso é muito invisibilizado na vida deles também, né, de que essa questão existe, de que essa questão atravessa os modos de sofrimento que eles trazem, que eles vão trazer com outras linguagens, né, porque a sociedade ainda invisibiliza muito isso. Então, para as pessoas enxergarem que elas estão sendo vítimas de racismo é algo bem complicado, bem complexo, bem difícil mesmo! Elas vão atribuir a tantas outras características, outros marcadores sociais. Elas tem ainda muita dificuldade em atribuir mesmo a uma questão de racismo. Então, assim, nos meus atendimentos e nos meus trabalhos em grupo, eu busco olhar pra essas questões e tá trabalhando essas questões com os usuários, as usuárias, mas no grupo em si eu ainda não consegui chegar lá e pretendo que, assim que a minha pesquisa me dê, vamos dizer, uma mãozinha nesse sentido, porque é diferente você chegar... de novo a coisa do poder, né, de você chegar do **lugar de saber e poder** dizer “Eu pesquisei! Eu estudei! Olha aqui isso que eu encontrei, que eu vi, que os autores falam...”, e você poder falar de um outro lugar. Então **eu acho que eu vou poder suscitar essas discussões também quando eu começar a trazer as devolutivas da minha pesquisa pra dentro da instituição, que é algo que farei futuramente, mas é algo**

**que não consegui fazer até esse momento. Espero conseguir aí a partir da pesquisa!**

O “ficar atenta” comparece novamente. Para Kátia, junto aos atendimentos, a produção de pesquisa tem sua importância por possibilitar, a partir da validade científica, a produção de reconhecimento das demandas do serviço para o próprio serviço, o que parece não ser possível ser feito diretamente e, sim, mediado pelo processo de doutorado. Novamente, a universidade aparece como “lugar de saber e poder” possível para essas profissionais, também pesquisadoras, legitimarem essa questão e a atuação diante dela. Em certo momento da entrevista, Ofatolumim afirma que “Eu gosto muito da pesquisa, então, pra mim, é... é um espaço que posso analisar, observar, né, tentar confabular algumas coisas referente ao meu trabalho, ao meu cotidiano, aos próprios usuários”. Nisto, Ofatolumim traz a produção de conhecimento como território de digerir seu próprio dia-a-dia de trabalho.

#### **4.3.2 Fala, presença, visibilidade**

Mesmo podendo perceber que o estudos e a pesquisa serem formas de produção de fala, neste ponto o próprio posicionamento se dispor a tal visibilização de palavreado sobre os racismos se coloca como uma estratégia à parte, o qual pode ser exemplificado pelo resumo de enfrentamentos ditos por Kianda:

**A gente não pode falar e calar, a gente precisa falar sobre isso o tempo todo em várias instâncias, em vários lugares, entendeu?! Então em qualquer oportunidade que eu tiver de poder falar sobre racismo, eu vou falar! [...] a minha estratégia sempre foi voltar pra família e dialogar com eles sobre isso, e eles me alertavam que “Não, não, minha filha, não é isso. Você não tá entendendo qual é a questão: você está sofrendo preconceito racial aí de alto nível! (se é que existe baixo nível, né?!). Você está sofrendo preconceito racial clássico!”.** Então foi quando eu comecei a compreender, quando eu fui pra análise, fui trabalhar com isso analiticamente. E... a minha outra estratégia foi de que, isso que eu te falo, nos espaços que eu puder estar falando disso, eu estarei! [...] Então as minhas estratégias foram nesse movimento: o movimento do afeto, né. A questão familiar me ajudou muito. Fui fazer terapia! E falar sobre, em todos os aspectos! Hoje eu sou uma pessoa que racializa muitas coisas, não tem como não, infelizmente!

Para ela, o combo se deu em se posicionar constantemente em falar sobre suas experiências publicamente, de compreender melhor o que foi vivido em espaço de terapia/análise e de ter validação e suporte da família. Ofatolumim traz o “falar sobre isso”

como possibilidade mais especificamente junto à própria equipe de CAPS, também sendo importante se resguardar nesse processo de enfrentamento<sup>30</sup>.

Então, em um dado momento falar sobre isso, eu acho que é importante! Acho que uma outra estratégia é **“Como é que eu trato essa temática com minha equipe de saúde? Em que momento eu posso... eu posso construir pra falar sobre isso?”** pra que as pessoas entendam que isso não é um problema só meu, que o racismo que eu vivencio, que o racismo que o meu colega vivencia, a discriminação que ele vivencia, que eu vivencio no meu cotidiano de trabalho não diz só sobre mim, diz também sobre como eu enxergo e como eu me posiciono dentro de uma realidade social! Então, eu acho que, em um dado momento, criar espaços “Vamos falar aqui sobre Saúde Mental e racismo, né? Vamos construir aqui... pegar um caso e a partir daquele caso problematizar o que eu você vê aqui de racismo na compreensão desse caso?”. Acho que a gente vai criando várias estratégias.

Ainda em relação a isso, o ato de “produzir visibilidade” se encontra no ato de reafirmar a própria presença. Tereza diz de uma memória: “uma pessoa falou uma vez que a minha presença já é uma posição! A minha presença bastante definida como uma mulher preta [...] é uma forma de enfrentamento, de falar, de me posicionar, é uma forma de que eu vou tentando, mas é muito desgastante!”. Reiteradamente, Tereza sinaliza que as maneiras de enfrentamento não advém sem custos: elas desgastam.

Excetuando a referência de Kianda sobre sua família e seu processo de terapia/análise, as entrevistadas parecem que seguem o comum de uma experiência de enfrentamento como “ilha”, sendo uma das poucas profissionais negras de Ensino Superior do serviço ou mesmo a única pessoa negra, não havendo referência a outras formas de suporte para além do ambiente de trabalho, que já é desgastante. Considerando isso, a próxima seção deste trabalho se dá em pautar as “necessidades”, os quais referenciam imaginar como seria, então, para entrevistadas, um CAPS que centralmente se colocasse como combatente do racismo.

#### 4.4 NECESSIDADES

Na linhas dos objetivos-tema, os quais giraram em reconhecer as situações difíceis e como foi/ainda se está lidando com isso, as “necessidades” se remetem aqui no ponto sobre imaginar um ambiente de trabalho que pautar, na percepção das entrevistadas, em um

---

<sup>30</sup> Uma das estratégias também é não entender tudo como pessoal, não levar as coisas como pessoal, entender que você não vai mudar aquela realidade sozinho, então eu acho que amenizar a carga de responsabilidade é uma boa estratégia, porque você acaba compreendendo que “Ah, isso pode mudar, mas pode mudar a partir de onde, né? De que modo?”. Eu acho que diante as tantas experiências dolorosas que eu tive nesse contexto de trabalho, não necessariamente no CAPS, mas na minha trajetória como profissional, eu fui criando várias estratégias, né. Eu acho que tenho me saído bem!”.

cotidiano de trabalho voltado ao enfrentamento dos racismos - como seria esse CAPS? Seguem exemplos da maneira como facilitei essas questões:

- “Pra mim, é interesse também entender o ponto de que, pensando em um CAPS, isso em um ato do imaginar... pensando em um CAPS que fosse racialmente implicado, verdadeiramente implicado nas questões raciais, como é que você acha que ele seria?”
- “... como você acredita como seria um CAPS que se centralizasse no combate ao racismo?”
- “O que você acha que seria necessário para que o CAPS, de um modo geral, se colocasse comprometido para a luta antirracista, assim como é esse com o que você trabalha hoje? “
- “Então eu quero trazer como última pergunta, aliás não última, como uma penúltima pergunta! O que a senhora acredita que seria necessário pra ter uma melhor atuação em relação a essas questões no contexto de CAPS?”

O que comparece nesses termos de “necessidades” para uma atuação mais racialmente implicada está envolta, segundo as entrevistadas, de produção de diálogo com todo o serviço, de maneira institucional. Seguindo a associação com a “ilha”, em que essas profissionais parecem atuar em suas práticas clínicas, neste ponto da entrevista, o foco delas se voltou para a produção de pontes neste ilhamento, uma produção de rede, que se instala pelo gatilho da informação. Kianda exemplifica isso:

**Tem algo muito bacana que as meninas que trabalham comigo na Recepção - elas são mulheres negras! - aí eu conversava muito sobre isso com elas. “Gente, a gente precisa ter muito cuidado com o que as pessoas falam sobre isso aqui... A gente precisa lutar, a gente precisa falar!” [...]** E aí, certa feita, aconteceu uma situação: uma senhora chegou lá, e as meninas fizeram a solicitação pra mim, e aí ela falou “Não quero ser atendida por ela... é ela?”. Olhou assim [olhando de lado], não me conhecia, me olhou assim de canto. Daí as meninas falaram “Olha, isso que a senhora estava fazendo é crime!”, e as meninas foram bem potentes desse lugar, sabe?! “Bem dentro da legislação”, como elas gostam de falar, bem organizadas. Eu achei aquilo fantástico! Evidente que eu não atendi, porque aí eu sou psicóloga, precisa ter uma transferência, precisa ter um lugar de “opa!”. Não tinha como fazer esse atendimento!

Para além de imaginar um CAPS racialmente, Kianda reconhece que hoje trabalha em um equipamento que isso na verdade acontece. Mais um vez, uma usuária se mostra resistente em ser atendida por ela, contudo, de modo diferente daquela primeira situação,

dessa vez houve a compactuação com as outras trabalhadoras (mulheres negras!). Completa, Kianda:

a informação é extremamente essencial! Então quando a gente levou a informação para cada um deles ali, ficou mais fácil, ficou mais evidente. **Cada um pode defender um ao outro com argumentos mais palpáveis e não se calar! Entende?** Então, assim, a informação, ela é extremamente basilar! O não achar que existe era bem perigoso [...] Então hoje, o CAPS o qual eu trabalho, eu tenho muito orgulho de trabalho pela Saúde Mental e principalmente porque a gente discute essas questões raciais, que não está separado! Não existe separar Saúde Mental e racismo, não! Tá tudo muito junto!

Em consonância, Kátia dialoga com isso, acrescentando o encadeamento possível entre o debate das questões raciais dentro da equipe e a abertura que isso possibilita para as demandas não-ouvidas e outras formas de escuta/cuidado.

**Numa cidade como a nossa, as equipes todas [risos] deveriam estudar sobre o tema, estudar sobre o tema!** E é isso, eu acho que é uma equipe que faz esse trabalho de descortinar o racismo para as pessoas, de trazer à tona isso que fica invisibilizado, embaixo do tapete. Uma equipe que, nas suas ações, tivesse um ouvido atento, né, a esses episódios de discriminação pra poder discutir isso com os usuários! [...] Porque eu acho que se não começa na equipe, não tem como a gente reproduzir no serviço! Não tem como o usuário se sentir bem, à vontade pra levar isso, né, no atendimento. Eu não acho que não é à toa que essa mulher traz isso no meu atendimento, ela faz parte também do grupo de mulheres, onde é um espaço em que eu discuto esses temas. Então talvez por isso ela tenha se sentido à vontade pra dizer “Olha, eu acho que ele falou isso comigo porque eu sou preta, não só porque eu sou lésbica”. Então, é isso, quando a equipe discute, o serviço se abre pra que os usuários possam também falar sobre isso!

Tereza constrói o palavreado sobre um “diálogo honesto” como uma necessidade para um CAPS que enfrenta os racismos. Nisso, ela aponta a importância de se fincar no desconforto necessário desse diálogo:

Eu acho que a gente precisava... Eu vou falar especificamente do meu CAPS... do meu CAPS?! Do CAPS que eu trabalho, que eu acho que de modo geral é isso, mas eu acho que ainda é necessário falar ostensivamente sobre o racismo, sobre o racismo de todos nós! **Eu acho que ainda não estamos falando honestamente sobre isso! No campo da Saúde Mental, falamos com reservas, meio que diminuindo um pouco,** meio que... [...] mas mesmo assim ainda existe um falar disso com pudor, entende? Então, um pouco, a gente dá uma maquiagem “Não, não é bem assim...”.

Ofatolumim traz um combo de necessidades percebidas por ele: a representatividade de pessoas negras ocupando cargos de gestão nos CAPS e, nisso, a possibilidade de que a temática tenha espaço para ser melhor trabalhada dentro da equipe, repercutindo no fluxo do equipamento e nas personagens nele.

acho que não tem um marcador... mais significativo do que o corpo, né?! Eu acho que encontrar esses corpos... e a gente tá falando de corpos negros aqui... encontrar esses corpos na corporificação dessa equipe desde as posições menos privilegiadas até a coordenação geral seria interesse, né? Eu acho que ter as coordenações, as gestões de vários contextos são sempre brancas, né? A gente vai ver um projeto social que lida ali com a população negra, vulnerabilizada... geralmente ainda são coordenadas, né, por pessoas que não tem essa vivência ou não tem essa vivência a partir do seu corpo, da sua experiência, então, de algum modo, eu acho que a estruturação desse corpo profissional, ela também perpassa por isso **Se você de fato quer de fato promover um espaço onde essa consciência racial seja presente, eu acho que você tentar representar isso, né, tentar representar isso na constituição da equipe.** [...] Mesmo tendo também profissionais negros também compondo as equipes, muitas das vezes a gente naturaliza o racismo porque ele é historicamente estrutural. Então, se a gente não tem um espaço pra gente discutir sobre isso, isso é muito ruim! Então eu acho que uma forma talvez ideal de se pensar isso é “Vamos colocar o racismo em jogo! Vamos ver aqui o que que a gente, enquanto equipe, funciona de um modo a legitimar ou a desconstruir esse racismo?!”. Eu acho que a gente de fato não tem esse espaço! [...] **Eu acho que isso é importante, que isso traz aí, né, algo que possibilita a gente discutir e falar mais sobre isso não só na coordenação, mas todo o corpo técnico, e ter espaços regularmente construídos pra gente poder problematizar isso sem que isso seja uma ofensa... e que seja também! Eu acho que branco precisa reconhecer o seu lugar de privilégio, né?!**

Neste trecho, ratifica-se os processos de “colocar o racismo em jogo” com o adicional de Ofatolumim perceber que, mesmo com a presença de profissionais negros/as, ainda se coloca como necessária seu debate. Ser negra/o e estar implicada/o com o fim dos racismos não é uma relação direta, um tal e qual. A (re)produção dos racismos vividos por pessoas negras devem ser consideradas em um complexo reconhecimento de negritudes, pluralizando-as em suas negociações de identidade, de estratégias possíveis de lidar com a realidade social, de relação com a branquitude, de sucesso, de beleza, de bondade entre outras referências basais de experiência humana. Contudo, quando isto se posiciona dentro de um serviço como CAPS, essa tal complexidade tem de estar em algum equilíbrio pelo objetivo mínimo de reconhecer e enfrentar os racismos - talvez nisto se encontra a presença constante no relato das participantes sobre a abertura (desconfortável e honesta) sobre esse tema junto à equipe.

Por fim, se coloca como interessante finalizar esse ponto com o final da entrevista de Kianda, que, mesmo reconhecendo a potencialidade já estabelecida em seu atual equipamento CAPS, ainda se encontra numa encruzilhada: “Eu não sei... Às vezes eu fico me questionando ‘Será que eu não tinha que ser otimista em achar que isso vai acabar?’, mas, pelas minhas vivências reais, cotidianas, eu não consigo ser otimista, infelizmente!”. A impossibilidade de reconhecer o fim do racismo foi levantada a partir de Veiga (2021) anteriormente e, nesta parte do texto, este autor se faz necessário quando aponta que “O fim

do racismo, por exemplo, só é possível com o mundo tal como o conhecemos” (p. 34), parecendo apontar que o primeiro passo se dá em suportar a pressão da densa costura que os racismos se fazem na nossa realidade para, com isso, sustentar o ato de continuar produzindo práticas e mundos que os racismos não tenham sentido.

#### 4.5 FALAS ABERTAS

Nesse último momento, o caminho foi de possibilitar a expressão de qualquer fala, memória ou sentimento que tenha aparecido no decorrer do encontro, mas que não tivesse ainda abertura de acontecer. Nisso, o encontro logo posteriormente se encerrava com dúvidas que sobraram, acordos e agradecimentos, por exemplo. De modo comum, o próprio ato da entrevista foi referenciado junto a um condensado dos temas significativos de cada uma:

[Kianda] Então, **sendo uma mulher preta, eu acho que tenho uma responsabilidade muito grande, de verdade, com os meus pares, com os meus amigos, com as pessoas que estão próximas a mim**, então falando pra você: Não pare, não ache que esse assunto é um assunto esgotado, porque a gente não tá falando de um assunto, a gente tá falando de vidas! A gente tá falando de pessoas, a gente tá falando de sentimentos e afetos. [...] E jogue duro aí, na escrita, que depois eu quero ler, viu?!

[Kátia] Então, eu acho que, pra finalizar, eu gostaria de falar, assim, que é muito importante primeiro o tema da sua pesquisa. Eu fiquei feliz quando vi a possibilidade de estar aqui sendo entrevistada por você pra falar um pouco disso. **É... é importante que esse tema circule, né, cada vez mais na academia pra mexer mesmo com as equipes, com os profissionais. Eu acho que a academia precisa se aproximar dos serviços pra levar esse tema porque, como eu disse, às vezes a equipe só escuta se vier de um lugar de saber que tá fora.**

[Tereza] [...] acho bem bacana você estar pesquisando sobre isso! Porque **eu acho que estamos em um momento muito delicado da Saúde Mental, com o cuidado na Saúde Mental. Eu sinto que a gente está andando para trás!** É... e eu tenho ficada preocupada com esse caminho pra trás. Pensar, estudar e produzir conhecimento sobre a Saúde Mental e sobre a temática étnico-racial. Eu acho que é importante, acho que é bacana! Mas, de um modo geral, eu estou muito preocupado com o cuidado oferecido à população mais vulnerável e, quando eu falo de “população mais vulnerável”, ela é preta! É... e, principalmente, eu estou muito preocupada com a ideologia assistencial que tá marcada... que está marcando o cuidado. Eu penso que a gente precisa um pouco falar sobre a Saúde Mental mais amplamente, mais em vários lugares, mas não da Saúde Mental “Vamos buscar Saúde Mental...”. O que que significa cuidar em um Centro de Atenção Psicossocial quando as crianças de dois anos e meio estão tomando risperidona? O que que significa isso onde você encontra uma criança de dez anos que toma remédio desde dois anos?! Quando você encontra uma criança com sete anos que... tem catorze, mas desde os sete tem o diagnóstico de Transtorno Bipolar e toma medicação?

[Ofatolumim] É... então, desde o princípio, quando eu vi, falei “Cara, que massa a entrevista... opa, que massa essa pesquisa!”. Acho que a gente precisa cada vez mais, né, poder falar disso. Existe essa categoria de profissionais negros que muitas das vezes não são... ouvidos, não tem espaço de fala. O racismo, ele estrutura de maneira muito silenciosa e a gente não problematiza! [...] No ambiente de trabalho, talvez exista o fator aí das relações hierárquicas de poder que, por si só, traz alguns marcadores, então problematizar o racismo nesse contexto é importante! Por que, muitas das vezes, o que a gente vai chamar de “Ah, porque a pessoa é isso ou a pessoa é aquilo...”, é... são esses marcadores, né, do racismo que tão ali embrenhados ou camuflados de outras coisas que a gente precisa desconstruir, problematizar mesmo! Não sei até que ponto eu contribui com sua pesquisa, mas, no mínimo, eu trago algumas provocações pra gente problematizar mesmo. É isso, obrigado!<sup>31</sup>

Por fim, em resumo geral, as entrevistas parecem destacar mais proeminentemente os atravessamentos da auto identificação racial, os efeitos nocivos do vínculo inter-racial (na formação acadêmica e/ou no trabalho) e as estratégias anti racistas por meio da visibilidade sobre o assunto, como o próprio ato desta pesquisa. Situando isto, a próxima seção se concentrará em um projeto voltado ao reconhecimento e combate aos racismos no contexto da Saúde Mental junto às/aos trabalhadoras/es psicólogas/os de CAPS.

## 5 CICLO FORMATIVO: UMA PROPOSIÇÃO

Nesta seção, o objetivo é de apresentar a proposição do já referido ciclo formativo, unindo o embasamento teórico e os achados das entrevistas. A forma de apresentação se dará em 7.1 *Discussão teórica*, situando a abordagem sócio-psicodramática em uma breve exposição dos conceitos significativos que dialoguem com alguns trechos das falas das entrevistadas; e 7.2 *Uma proposta em síntese*, destacando uma descrição esquemática do ciclo formativo com seus objetivos específicos, número de encontros e outras informações breves.

### 5.1 DISCUSSÃO TEÓRICA

Aqui, a aproximação se dará na perspectiva sócio-dramática (FONSECA FILHO, 1980; MALAQUIAS *et al*, 2016; MORENO, 1975; RAMOS, 2020), desde já seguindo da potência de um grupo, o que também é central para aquela ênfase citada.

---

<sup>31</sup> Apesar de não estar aprofundada, essa ideia do racismo camuflado interferindo ou sendo invisibilizado na maneira como se produz diagnósticos (e portanto se produz cuidado) parece se aproximar do trecho já discorrido por Tereza, em 6.2.2 \*\*\*\*\*: *tema invisibilizado*.



Nas falas das participantes, um certo tipo de “ilhamento”/não-entendimento/subalternização é recorrente. Para Kianda, a repetição de “Não é possível que isso tá acontecendo...” em suas experiências de violência racial no trabalho; para Tereza, o questionamento de o porquê as pessoas não entenderem o que ela falava; já para Kátia, os exemplos das resistências da equipe, nas reuniões, como atos de negligências diante as demandas raciais no dia-a-dia do serviço; e, também, para Ofatolumim, em sua recorrente vivência de ser punido ou subalternizado nos serviços de Saúde onde passou, os quais são majoritariamente gerenciados por profissionais brancos.

Existem pontos em comum (e recorrentes) nas diversas experiências individuais que podem ganhar melhor “digestão” se compartilhados, como já foi o próprio ato das entrevistas, sendo especialmente interessante se feita em modo grupal, o que possibilitaria ratificar o que poderia vir a ser um grupo formativo com profissionais negras/os da Saúde, em Salvador: perceber os dilemas, reconhecer as estratégias utilizadas e possibilitar encontrar formas de melhor atuar diante os racismos no cotidiano de trabalho.

Voltando à abordagem sócio-psicodramática, a qual oferece base teórica para o ciclo formativo, essa é uma ênfase voltada para a ação e aos grupos, tendo a história desta junto a de seu organizador, Jacob Levy Moreno, ligada a coletivos marginalizados, como as prostitutas de Viena, na primeira década do século XX (FONSECA FILHO, 1980), partindo-se de uma perspectiva embasada no dramatizar e no exercício de explorar-reorganizar dilemas (grupais, vinculares, emocionais e entre outros).

Desde aqui, tem-se a importância do conceito de conserva cultural. Segundo Moreno (1975), esta se dá no lugar dos comuns, na permanência, na “coisa feita”, na herança cultural e, como indicado na própria nomeação, a conserva do que já foi espontâneo, servindo na consolidação das bases da sociabilidade humana, como a Justiça e a Educação, sendo também encontrada nas pequenices, por exemplo o livro feito e nos hábitos cristalizados nos vínculos. Mesmo tendo uma função massificadora e tranquilizadora do produzido, a insistência na conserva sinaliza o declínio da função humana de criação, reinvenção e de espontaneidade diante o lido de problemas e dilemas de nossos tempos. Enfim, apesar do benefício no sentido de aprendizagem dos padrões culturais, a conserva cultural se coloca como empecilho quando se cristaliza, determinando padrões comportamentais, valores e formas de agir socialmente que podem automatizar a experiência humana.

Junto a isso, Gurreiro Ramos (2020), em sua experiência sociodramática no Teatro Experimental do Negro (TEN), aponta a grupoterapia nesta abordagem como uma possibilidade de análise das relações humanas, as quais são atravessadas por essas conservas,

e, costurado a isso, de intervenção nas tramas raciais e estereótipos racistas que impedem a autenticidade humana. “O racismo é talvez a conserva mais antiga e até mais cruel que existe em se tratando de conservas relacionais, que empobrecem os vínculos humanos, segregam as pessoas umas das outras e, o que é pior, delas mesmas” (MALAQUIAS *et al*, 2016, p. 95-96). O racismo se coloca, assim, como um fator de risco para a saúde mental da população negra (CFP, 2013), integrando nas tramas intra-inter-vincular, como parece exemplificar Kianda:

O racismo me atravessou muito no processo de eu duvidar da minha capacidade, e eu entendendo, um tempo depois, que eu era capaz, que sim, eu sou uma profissional, sou ética! Mas o racismo me fez muitas vezes duvidar disso, porque as pessoas que estavam ao meu redor se comportavam desse modo, então, se todo mundo que tava ali, ou grande parte dela, se comportava desse modo, por que era eu quem estava certa? Eu tinha que duvidar da minha capacidade, então **o racismo me atravessou desse modo: de eu duvidar da minha capacidade, do meu profissionalismo, dos meus estudos, da minha ética enquanto profissional.**

Em relação à possibilidade de se repensar as modelagens das conversas culturais atuais, o conceito psicodramático de espontaneidade-criatividade se faz valoroso. Espontaneidade pode ser concebida pela capacidade de agir a partir de escolhas autênticas, orientadas pela vivência inédita que o sujeito experimenta a cada momento; já a criatividade refere-se à capacidade de reconfigurar os elementos já estabelecidos (as tais conservas culturais), abrindo espaço às expressões e ações espontâneas (MAIA NETO; KRAMER, 2019). A espontaneidade-criatividade incidirá dentro das relações interpessoais propiciando um intercâmbio autêntico e recíproco que contemple as buscas e os projetos de vida das participantes envolvidas. Ou seja, com aquela díade, torna-se possível responder inusitadamente ou renovadamente em contextos já estabelecidos e, nisso, desenvolver estratégias para existir para além de “simples engrenagens sociais” (ROJAS-BERMÚDEZ, 2016, p. 51).

Assim, considerando os efeitos nocivos do racismo que atravessam os corpos e tensionam as práticas de cuidado, as categorias “identidade”, “pertencimento” e “vínculos” fundamentaram a estrutura teórica do modelo grupal pautado nos ciclos, baseando-se diretamente na teoria da Matriz de Identidade, formulada por Moreno (FONSECA FILHO, 1980), a qual considera que, no processo de desenvolvimento da identidade, é essencial a valorização e o reconhecimento tanto de si próprio, como de seus vínculos significativos, bem como a formação da reciprocidade entre os inter atuantes, em compromisso com o diálogo e o encontro. Nesse sentido, são processos encarrilhados a formação da identidade, a condição dos vínculos estabelecidos e a saúde mental do sujeito.

Adaptando-se, as ações do ciclo formativo podem ser estruturados em dois pólos baseados na Matriz de Identidade: 1) “Eu-Negro” e 2) “Nós-Negros”. Essa divisão “didática” instrumentaliza o reconhecimento do unitário e comunitário das negritudes, servindo para a estruturação de cada encontro do ciclo, como iniciar os primeiros encontros do grupo<sup>32</sup> voltados para um “Eu-negro”, colaborando para o tal “reconhecimento do unitário” e também possibilitando, de modo germinal, que cada participante compartilhe o seu e escute outra/o. Já o “Nós-negro”, endossa-se os nós comuns, o tal “reconhecimento do comunitário”, formulando tanto as dificuldades quanto as ferramentas potencializadoras de enfrentamento, também somando-se a isso um último encontro de fechamento.

Em resumo, em proposição-ação, como instrumento de protagonismo e “revolução”, Malaquias *et al.* (2016) pontuam que a abordagem sócio-psicodramática inspira um enfrentamento e “[a]o rompimento das algemas da repetição socioemocional, convocando todos ao processo de criação de uma nova era. Incita a nós, homens e mulheres de nosso tempo, ao protagonismo de nossa história, profetizada em sua Revolução Criadora” (p. 94).

## 5.2 UMA PROPOSTA EM SÍNTESE

Neste momento do trabalho, já partimos da afirmação que os racismos atravessam não somente a população vulnerabilizada que busca (ou não) cuidados em Saúde Pública e, sim, também, as/os trabalhadoras/es que operam tais cuidados. O objetivo geral deste ciclo breve e focal se dá em combater o racismo institucionalizado na Saúde por meio da facilitação de estratégias de reconhecimento e intervenção dos dilemas raciais vividos por essas/es trabalhadoras/es.

Recomenda-se que o grupo formativo tenha cinco encontros (dois para o “Eu-Negro” e três em “Nós-Negros”), sendo facilitados pelas falas espontâneas das/os participantes em conjunto com bibliografias acadêmicas e literárias, além de complementarmente com vídeos e outras materiais. Considerando a importância do vínculo intra-inter-pessoal, existe a indicação de o ciclo formativo ocorrer em formato presencial com a possibilidade de ser adaptado ao *online*. Hipotetiza-se que a duração de cada encontro seja, em média, de 90 minutos, com a participação entre oito a dez pessoas.

---

<sup>32</sup> Para cada encontro, parte-se do conhecimento sobre as três fases de um grupo de base sócio-psicodramática: 1) o aquecimento, que visa à preparação dos participantes para um envolvimento ativo e espontâneo; segue-se 2) a dramatização, em que são promovidas produções verbais, textuais ou cênicas facilitadoras da apresentação de situações e atitudes relacionadas às/aos participantes, bem como na transformação dessas; por fim, 3) o compartilhamento da vivência, o qual é promovido com todo o grupo de modo a finalizar aquele encontro, expondo sobre o mesmo e as repercussões percebidas (MAIA NETO; KRAMER, 2019).

### 7.2.1 “Eu-negro”: primeiros encontros

No “Eu-negro”, volta-se para as experiências e vivências de cada um/a quanto à sua negritude, juntamente à germinação do vínculo grupal, no qual a díade “memória e cotidiano” ganham significância especial. Partir de um “Eu-Negro” possibilita o aprofundar, fluir e/ou escapar na própria negritude como forma de externalizar que o reconhecimento da identidade racial pode facilitar melhor lido com os racismos.

Objetivos dos encontros:

- 1) ratificar a proposta do grupo (sobre o que, para quem, como acontecerá etc);
- 2) produzir narrativa de cada um/a sobre sua identidade racial (percepção de si);
- 3) facilitar o início da vinculação grupal (percepção do outro).

Roteiro do 1º encontro, adaptado do Sociodrama Étnico, de Malaquias (2004):

- I. Momento inicial de acolhimento e espera das participantes;
- II. Breve apresentação das/os facilitadores/as e ratificação do tema daquele encontro, da confidencialidade dos encontros e do período dos encontros (em média, 1º bloco de 50 minutos, intervalo opcional de 10 minutos, 2º bloco de 30 minutos);
- III. Apresentação da atividade-disparadora sobre reconhecimento racial:
  - A. Inicialmente, momento de relaxamento. Com música de fundo, pede-se que as participantes andem pela sala, distribuindo-se aleatoriamente, prestando um pouco mais de atenção a si mesmas e, posteriormente, às pessoas envolta e ao espaço;
  - B. A partir de pequenos objetos espalhados pelas/os facilitadoras/es na sala, como fotografias públicas, imagens de obras de arte, trechos de músicas e livros (tal qual aqueles referenciados nesta pesquisa), pede-se que individualmente se faça escolha por um ou mais objetos que mais chamaram a atenção, seja por se identificarem ou que em nada se identificarem;

- C. Em duplas e/ou trios, as participantes trocam sua experiência sobre o suas percepções até ali com o objetivo de construírem uma Estátua<sup>33</sup> para, posteriormente, apresentarem para o restante das participantes;
- D. Por fim, solicita-se que compartilhem sobre as impressões sobre a atividade.

#### IV. Encerramento do encontro.

Roteiro do 2º encontro:

- I. Momento inicial de acolhimento e espera das participantes;
- II. Compartilhamento sobre as impressões desde o último encontro junto;
- III. Cine-debate envolvendo reconhecimento da identidade racial, como *Doll Test - Os efeitos do racismo em crianças* (IAVARONE; RUSSO, 2016, *online*) e *We Wear The Mask/“Nós Usamos a Máscara”* (ANGELOU, 2022, *online*);
- IV. Intervalo;
- V. Leitura de texto sobre o citado tema, por exemplo, o capítulo *A Roda* (RAMOS, 2017) ou *Mãe* (COSTA, 2019);
- VI. Roda de conversa a partir da possível-questão disparo “O que o racismo fez com você?” (KILOMBA, 2019, p. 226);
- VII. Encerramento do encontro.

## 7.2 “Nós-Negros”: últimos encontros

Já em “Nós-Negros” se dará na promoção do “sentimento de comunidade” a partir de questões sócio-político-experienciais pertinentes ao coletivo negro, a saber, o cotidiano laboral nos CAPS, as negociações inter-institucionais (como Conselho Tutelar - CT e Sistema Judiciário) ao projeto político institucional CAPS e às relações intra-institucionais, por exemplo. Nisto, a atenção volta-se mais centralmente ao entendimento da tríade “dilemas, necessidades e estratégias”, pontuadas no decorrer desta pesquisa.

De modo a finalizar o grupo, propõe-se um último encontro de finalização a partir do processo de historicização a partir dos momentos significativos de cada um/a sobre o que foi levantado coletivamente em todos os encontros, seguido da despedida vincular do grupo

---

<sup>33</sup> Estátua é uma técnica que possibilita concretizar, de modo mais ou menos estático, uma situação mal expressada ou definida, permitindo que quem participa possa ainda trocar de lugar com os vários componentes dela (CUKIER, 1992).

construído. A depender da dinâmica grupal, pode ocorrer aqui a elaboração de ações pós-grupo, como a criação de coletivos, grupos de trabalho entre outras potencialidades as quais, segundo as entrevistadas, gerem visibilidade sobre o assunto, um diálogo honesto<sup>34</sup>.

Objetivos dos encontros:

- 1) Compreender os impasses na prática profissional;
- 2) Mapear e compartilhar as estratégias individuais utilizadas;
- 3) Facilitar a produção conjunta de ações pós-grupo.

Roteiro do 3º encontro:

- I. Momento inicial de acolhimento e espera das participantes;
- II. Compartilhamento sobre as impressões desde o último encontro junto;
- III. Cine-debate envolvendo saúde da população negra, como o curta sobre Stella do Patrocínio (ANDRADE, 2008, *online*) ou o docudrama *Frantz Fanon: Pele Negra, Máscaras Brancas* (JULIEN, 1995);
- IV. Intervalo;
- V. Leitura de texto sobre o citado tema, por exemplo, o artigo sobre Fanon e a Reforma Psiquiátrica no Brasil (PASSOS, 2019);
- VI. Roda de conversa a partir da possível-questão disparo “Hoje, como você acredita que os racismos atravessam o teu cotidiano de trabalho? Quais maneiras tem lidado com isso?” ;
- VII. Encerramento do encontro.

Roteiro possível do penúltimo encontro:

- I. Momento inicial de acolhimento e espera das participantes;
- II. Compartilhamento sobre as impressões desde o último encontro junto;
- III. Cine-debate envolvendo os saberes *psi* e a população negra, como o filme *Praça Paris* (MURAT, 2018) e a entrevista de Neusa Santos Souza (2008) para o programa *Espelho*;
- IV. Intervalo;

---

<sup>34</sup> Faz referência a um trecho da entrevista com Tereza, especificamente quando traz que “Eu acho que a gente precisava... Eu vou falar especificamente do meu CAPS... do meu CAPS?! Do CAPS que eu trabalho, que eu acho que de modo geral é isso, mas eu acho que ainda é necessário falar ostensivamente sobre o racismo, sobre o racismo de todos nós! Eu acho que ainda não estamos falando honestamente sobre isso! No campo da Saúde Mental, falamos com reservas, meio que diminuindo um pouco”.

- V. Leitura de texto sobre o citado tema, por exemplo, o artigo sobre a descolonização da Psicologia (VEIGA, 2019) e as figuras negras invisibilizadas dentro da Psicologia (PRESTES, 2020);
- VI. Roda de conversa a partir da possível-questão disparo “O que você acha que seria necessário para que as Psicologias e/ou CAPS se colocassem comprometidas para o enfrentamento dos racismos?”;
- VII. Encerramento do encontro.

Roteiro do último encontro, Historiodrama adaptado de um jogo dramático de Cukier (1992):

- I. Momento inicial de acolhimento e espera das participantes;
- II. Apresentação da atividade-disparadora:
  - A. Inicialmente, momento de relaxamento. Com música de fundo, pede-se que as participantes andem pela sala, distribuindo-se aleatoriamente, prestando um pouco mais de atenção a si mesmas e, posteriormente, às pessoas envolta e ao espaço;
  - B. Em conjunto, solicita-se que as participantes produzam uma “linha do tempo” com as situações mais significativas para elas em relação aos encontros vividos até aquele momento a partir da escrita de palavras-chaves, diálogos pertinentes e elaborações no momento/pós-encontro, por exemplo. Um agrupamento de folhas representa cada encontro e seus temas. Cada participante pode começar em qualquer parte, sendo estimuladas a irem por todas as “ilhas” de folhas;
  - C. Após a produção, as folhas serão expostas na sala na ordem cronológica dos encontros para que as participantes possam visualizar o Historiodrama como um todo. Por fim, pede-se que o grupo compartilhe como foi a construção dessa “linha do tempo”.
- III. Ratifica-se a proposta do grupo e abre-se para uma roda de conversa via pergunta-disparadora “Considerando o que trabalhamos até agora, como imaginar um CAPS racialmente implicado? Como possibilitar chegar nesse lugar?”;
- IV. Agradecimentos e despedida do grupo.

## 6 CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR

De modo geral, retomando os pontos centrais da *Fundamentação Teórica*, este escrito foi construído no caminho de expor as problemáticas dos racismos em sua função de produtora de outridades (CARNEIRO, 2005), o que, tangendo as pessoas negras, as recobrem de diversas camadas não-humanizadoras; assim como o papel da ciência para a construção de uma nação Brasil, no começo do século XX, o que se encontra mais especificamente com o endossamento dos saberes *psi* como saber científico e projeto ético-político; e, por fim, foi apresentada uma perspectiva sobre os efeitos nocivos do racismos e algumas contrapropostas: uma “deseducação” (WOODSON, 2021) e um estar de frente à “impossibilidade” de um fim imediato deles (VEIGA, 2021). Esse conjunto de saberes (reflexões e posicionamentos) deu base para a produção das questões essenciais deste trabalho e de sua própria finalidade.

Considerando o objetivo geral, o de construir um ciclo formativo voltada para psicólogas/os negras/os trabalhadoras/es de CAPS para fins de reconhecer e atuar frente aos racismos, este ciclo ainda se coloca ainda em andamento: tanto pela proposta já estar criada, partindo de um embasamento teórico e de entrevistas, quanto esta se fará a partir de seu próprio exercício-atualização-exercício. Encontra-se aqui um dos “furos de pesquisa”, enquanto possibilidades, o que poderá ser disponibilizado em diversas instituições potencializadoras, como para a Secretaria de Estado de Saúde da Bahia (SESAB) e as secretarias municipais, assim como ao Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), necessitando, com isso, a apresentação/negociação para a realização.

Ainda é possível imaginar a atualização desta proposta de pesquisa em contexto de doutoramento, portanto maior tempo de construção científica, ampliando o público-alvo, como qualquer profissional negra/o de CAPS de Salvador, ou mesmo focalizando o contexto de estudo-ação, por exemplo, psicólogas/os negras/os de um determinado distrito de saúde da região. É possível imaginar os diversos caminhos dessa pesquisa voltados também para profissionais brancas/os e os conflitos raciais nisto, o que foi comumente levantado pelas entrevistadas. Isso alteraria consideravelmente os objetivos e o ciclo formativo, assim como parte do embasamento teórico, contudo, em afirmação, este conflito racial brasileiro, no contexto da Saúde, teria respaldo significativo dentro ênfase sócio-psicodramática, como é possível encontrar no livro de Malaquias (2020). Além disso, o embasamento a partir de outros referenciais *psi* disponibilizaria também mais outros caminhos da construção-intervenção neste ciclo.



Por outro lado, fora os “e se”, as entrevistas já parecem apontar novas curiosidades de pesquisa, por exemplo, as falas de Ofatolumim trazem uma demarcação de punição e violência mais diretas-institucionalizadas, além da deslegitimação evidente em todas as falas das participantes, contudo, por ser o único homem entrevistado, não foi possível promover a comunalidade com as outras entrevistas. No processo de transcrição, isso ficou evidente e despertou interesse acerca do lugar de homens negros como profissionais da Saúde Coletiva/Mental. Outra curiosidade importante foi citada por Tereza quando esta trouxe sobre como os efeitos dos racismos contra pessoas negras são mascarados em diagnósticos e, deste modo, legíveis para tratamentos medicamentosos, o que se sobressai considerando o público-alvo de seu CAPS: crianças e adolescentes. Qual remédio serve contra o racismo (do mundo, do próprio CAPS, da família)? Antes, que número de CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) dá pra receber para não ser dito “sofre de racismo”?

Enfim, nas diversas “possibilidades” e “curiosidades” percebidas através da pesquisa, encontra-se nisso suas importâncias: endossar o conhecimento acerca do tema de trabalhadoras/es da Saúde Mental e os racismos, reconhecer e legitimar os impasses vividos por tais profissionais negras/os (referência comum nas entrevistas) e construir um “produto”, aqui ciclo formativo, que facilite formas de coletivas de fortalecimento, validação e troca. Parafraseando Lucas Veiga (2019), o encontro entre pessoas negras pode ser de cura. Nessa possibilidade, mesmo agridoce, com certeza, só acontece por estarmos juntos: “Sem a comunidade, qualquer coisa que façamos é apenas uma trégua temporária entre um indivíduo e sua situação particular” (LORDE, 2020, p. 66).

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**, 2012. 1 vídeo (18m49s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc&t=17s> . Acesso em: 08 set. 2021.
- ANDRADE, Márcio de. **Stela do patrocínio, a mulher que falava coisas**. Produção: Programa Petrobras Cultural, 2008 (16m 16s). Disponível em: <https://youtu.be/gAWuMgmFR0o>. Acesso em: 05 março 2023.
- ANGELOU, Maya. **We Wear The Mask**. Produção: YouTube, 2022 (05m 13s). Disponível em: <https://youtu.be/Mqi1rp7NZCI> . Acesso em: 05 março. 2023
- ANTUNES, Mitsuko. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, num. esp., p. 44-65, 2012.
- APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE CURSO NOVO (APCN). Documento enviado à CAPES para fins de proposição do Mestrado Profissional de Saúde da População Negra e Indígena. Plataforma Sucupira, *online*, 19 set. 2019. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/mprofsaudenein/images/DOCUMENTOS/APCN\\_-\\_PPC.pdf](https://www.ufrb.edu.br/mprofsaudenein/images/DOCUMENTOS/APCN_-_PPC.pdf). Acesso em: 14 ago. 2021.
- ARRAES, Jarid. Psicologia e Racismo: o desafio de romper com a omissão. **Geledés**, 8 out. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/psicologia-e-racismo-o-desafio-de-romper-omissao/> .
- BARAÚNA, Lia. À flor da pele. In: CARONE, Iray; BENTO; Maria (orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 131-146.
- BARRETO, Lima. **Diário do Hospício; O cemitério dos vivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BATISTA, Amanda; ANTUNES, Bianca; FAVERET, Guilherme; PERES, Igor; MARCHESI, Janaina; CUNHA, João; DANTAS, Leila; BASTOS, Leonardo; CARRILHO, Luana; AGUILAR, Soraida; BAIÃO, Fernanda; HAMACHER, Silvio; BOZZA, Fernando. **Nota Técnica 11 – 27/05/2020**: Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), *online*, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkk1vkydO/view> . Acesso em: 14 set. 2021.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO; Maria (orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 25-57.
- BETIM, Felipe. Operação policial mata 25 pessoas no Jacarezinho, em segunda maior chacina da história do Rio. **El País**, São Paulo, 06 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-06/operacao-policial-mata-25-pessoas-no-jacarezinho-em-segunda-maior-chacina-da-historia-do-rio.html> . Acesso em: 14 set. 2021.

BISPO, Nêgo. **Nêgo Bispo, SABERES QUILOMBOLAS - PARTE 1**. YouTube, 06 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aAjYeo5DYc> . Acesso em: 13 jul. 2021.

BISPO, Nêgo. **Nêgo Bispo, SABERES QUILOMBOLAS - PARTE 2**. YouTube, *online*, 05 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ByWld8Gonr8&t=675s> . Acesso em: 23 ago. 2021.

BOCK, Ana; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese**, v. 2, n. 1, jan./fev. 2005, p. 68-80. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255603/mod\\_resource/content/0/Aprendendo\\_a\\_entrevistar.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255603/mod_resource/content/0/Aprendendo_a_entrevistar.pdf) . Acesso em: 21 mar. 2022.

BRAND, Dionne. **Um mapa para a porta do não retorno: notas sobre pertencimento**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Casa Civil, Brasília, 06 abr. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm) . Acesso em: 24 de ago. 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília, 2017. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf) Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Quando encontro vocês: macumbas de travesti, feitiços de bixa**. Vitória: editora da autora, 2019.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino; SILVA, Douglas; COSTA, Rodrigo. Álbum de família, morte e vida na cultura bantu. In: COSTA, Rodrigo. **Para nunca esquecer**. Fortaleza: LAC, 2020, p. 23-32.

CASO Miguel: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio de Recife. **G1**, 05 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml> . Acesso em: 12 ago. 2021.

CASO George Floyd: quem era o americano negro morto sob custódia (e o que se sabe sobre o policial branco que o matou). **BBC News**, 29 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52849871> . Acesso em: 13 ago. 2021.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, *online*, v. 8, n. 1, p. 603-630, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rllcs/v8n1/v8n1a28.pdf> . Acesso em: 30 jul. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339p. Tese de doutorado (Pós-graduação em Educação) - Faculdade de Educação,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO; Maria (orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p.13-23.

CASTRO, Bruno de. Negra e trans, Erica Malunguinho reivindica retirada de estátuas escravocratas nas ruas de SP. **Ceará Criolo**, Fortaleza, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/negra-e-trans-erica-malunguinho-reivindica-retirada-de-estatuas-escravocratas-das-ruas-de-sp/> . Acesso em: 31 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relações raciais**: manual de referências técnicas para a atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 018/02**: estabelece as normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, 2002.

COSTA, Rodrigo Lopes. **Para nunca esquecer**. 2019. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Comunicação Social - Publicidade Propaganda) - Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, 2019.

CRUZ, Felipe; LEMOS, Guilherme; JESUS, Leandro. Contracolonização e soberanias intelectuais de povos indígenas, negros e quilombolas. In: JESUS, Leandro; BARROS, Miguel de; FILICE, Renísia (orgs.). **Tecendo redes antirracistas II**: contracolonização e soberania intelectual. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2020, p. 234-257.

CUKIER, Rosa. **Psicodrama Bipessoal**: sua técnica, seu terapeuta e seu paciente. São Paulo: Ágora, 1992.

D'ÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura**: política social e racial no Brasil: 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo**: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2018.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvona. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-41.

DIAS. Matheus. **Formatura em Bixaria**. Arte digital postada *online*, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CI1qbTfCnP/> . Acesso em: 04 abril 2022.

DIMENSTEIN, Magda; SIMONI, Ana. Encruzilhadas da Democracia e da Saúde Mental em Tempos de Pandemia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242817> . Acesso em: 12 jul. 2021.

DOMÊNICO, Deivid. **História para ninar gente branca**. Intérprete: Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: Diamante Produart, 2019. Single (4 min 32 s).

DURIC, Zoran; VELIJOVIC, Jasna. **Psicodrama em HQ**: iniciação à teoria e à técnica. São Paulo: Daimon, 2015.

ENFERMEIRA de SP é primeira vacinada contra COVID-19 no Brasil. **R7**, São Paulo, 17 jan. 2021. Disponível: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/enfermeira-de-sp-e-primeira-pessoa-vacinada-contra-covid-19-no-brasil-17012021> . Acesso em: 14 set. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARIA, Jeovane; SCHNEIDER, Daniela. Supervisão clínico-institucional: uma retrospectiva programática. **Saúde & Transformação Social**, v. 11, n. 2, p. 58-66, 2020. Disponível em: <<http://stat.ijkem.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/5498>> . Acesso em: 03 ago. 2021.

FAUSTINO, Deivison. A emoção é negra, a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do “Ser” negro. **Revista Tecnologia & Sociedade**, v. 8, n. 18, 2013. Disponível em: [https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650340012](https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650340012.pdf) .pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon**: um revolucionário particularmente negro. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FERRAÇO, Carlos; ALVES, Nilda. Conversas em redes e pesquisas com os cotidianos: a força das multiplicidades, acasos, encontros, experiências e amizades. **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p. 41-64.

FONSECA FILHO, José. **Psicodrama da loucura**: correlações entre Buber e Moreno. São Paulo: Editora Ágora, 1980.

FREYRE, Gilberto. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Casa grande & senzala**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 282-409.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Janaína. **Os Segredos de Virgínia**: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOMES, Lauro. Ser pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reinvidicação da identidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 66-78 jan./mar. 2019. Disponível em: <<http://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>> . Acesso em: 01 abril 2022.

IAVARONE, Luca; DURSO, Raffaello. **Doll Test**: os efeitos do racismo em crianças. Produção: Fanpage.It. 2016. (02m44s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CdoqqmNB9JE>>. Acesso em: 05 março. 2023.

JESUS, Jaqueline. Lições para uma Psicologia das Oprimidas. In: LIMA, Aluísio Ferreira;

ANTUNES, Deborah; CALEGARE, Marcelo (Orgs.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015, v. 1, p. 208-217.

JULIEN, Isaac. **Frantz Fanon: Pele Negra, Máscara Branca**. 1 vídeo (1h 10min). 26 set. 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. Prefácio: Fanon, existência e ausência. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 11-16.

KRENAK, Ailton. **As guerras da conquista**. Direção de Luiz Bolognesi. Brasil: Netflix, 19 abr. 2019. 26 min. Disponível em: <https://www.netflix.com/watch/81091388?trackId=14277281&tctx=-97%2C-97%2C%2C%2C%2C>. Acesso em: 04 ago. 2021.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã**. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

MAIA NETO, Manoel. **“Eu não estou aqui”**: texto-testemunho para Psicologias Antirracistas. 2019. 111f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MAIA NETO, Manoel. Uma saudade colonial chamada “cidade”. **Ceará Criolo**, Fortaleza, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/uma-saudade-colonial-chamada-cidade/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MAIA NETO, Manoel; OLIVEIRA, Suzana. Negritude como foco para intervenções artísticas e terapêuticas. **Revista de Psicologia da UFC**, v. 10, n. 2, p. 17-24, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/31534>. Acesso em: 25 out. 2021.

MALAGUIAS, Maria Célia. Psicodrama e negritude no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Psicodrama e relações étnico-raciais**: diálogos e reflexões. São Paulo: Ágora, 2020, p. 57-82.

MALAGUIAS, Maria Célia; NONOYA, Denise; CESARINO, Antônio; NERY, Maria Penha. Psicodrama e relações raciais. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 24, n. 2, p. 91-100, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15329/2318-0498.20160023>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MALAGUIAS, Maria Célia. **Revisitando a africanidade brasileira**: Do teatro experimental do negro de Abdias do Nascimento ao protocolo problema negro-branco, Moreno. 2004. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Titulação de Psicodramatista Didata Supervisora) - Sociedade de Psicodrama de São Paulo (SOPSP), São Paulo, 2004.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, seção Artes & Ensaio, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MELO, Eduarda. Equipe de transição de lula quer criar NOVO departamento no Ministério da Saúde. **Jornal do Commercio**, *online*, 12 dez 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2022/12/15139444-equipe-de-transicao-de-lula-quer-criar-novo-departamento-no-ministerio-da-saude-veja-qual.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MESMO, Mateus. Organismo. In: AZIGON, Tales. **Ruma**: poemas de saraus. Fortaleza: SECULT, 2019, p. 59.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Painel de casos de doença pelo coronavírus (COVID-19) no Brasil**. Secretaria de Vigilância da Saúde (SVS), Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, *online*, 14 set. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> . Acesso em 14 set. 2021.

MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. **Buala**, 2017. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala> . Acesso em: 22 ago. 2021.

MOMBAÇA, Jota. Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! **Issuu**, 2016. Disponível em: [https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo\\_a\\_uma\\_redistribuicao\\_a\\_o\\_da\\_vi](https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi) . Acesso em: 02 jul. 2021.

MORENO, Jacob Levy. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1975.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: CARONE, Iray; BENTO; Maria (orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 9-11.

MURAT, Lúcia. **Praça Paris**. Imovision. 26 abr. 2018. 1 vídeo (1h 10m).

NASCIMENTO, Abdias. Introdução à mistura ou massacre? In: \_\_\_\_\_. **Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Editora Vozes, 1980, p. 13-34.

NASCIMENTO, tatiana. “**é possível ter relações saudáveis com pessoas brancas?**”. Imagem de postagem *online*, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMdi717HjnF/>. Aceso em: 01 abril 2022.

NASCIMENTO, tatiana. **Leve sua culpa branca para a terapia**. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

OSCAR, Clébson. **Livrai-nos de todo quebrante de branco**. Objeto bordado com linha branca de algodão sobre tecido de brim preto. 77cm x 85cm. 2019a. Disponível em: <https://clebson.com/obras/livrainosdetodoquebrante/> . Acesso em: 18 ago. 2021.

OSCAR, Clébson. **Toda violência favorece a economia**. Objeto bordado com linha branca de algodão sobre tecido de brim preto. 75cm x 85cm. 2019b. Disponível em: <https://clebson.com/obras/todaviolenciafavoreceaeconomia/> . Acesso em: 21 ago. 2021.

PASSÔ, Grace. **Mata teu pai**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2017.

PASSOS, Rachel. Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil: o que escapou nesse processo? **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 3, p. 74-88, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/download/6812/pdf> . Acesso em: 07 ago. 2020.

PASSOS, Rachel. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, v. 10, n. 3, p. 10–23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>. Acesso em: 09 ago. 2021.

PAULINO, Rosana. **Assentamento**. Impressão digital sobre tecido, bordado e costura. 180cm, 2013. Disponível em: <https://www.rosanapaulino.com.br/blog/galeia> . Acesso em: 26 jul. 2021.

PENNA, William. **Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza**: apagamentos e lembranças negras nas práticas psis. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PEQUENO, Mayrá. **Pesquisa condições de trabalho de psicólogas no Ceará**: relatório sintético. Fortaleza: CRP11, 2019. Disponível em: <http://crp11.org.br/upload/Relat%C3%B3rio%20Resumido%20Pesquisa%20Condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20Trabalho%20-%20Final%28capa%29.pdf> . Acesso em: 28 maio 2021.

PETRONE, Talíria. Tomar para si a própria história: os escritos políticos de Frantz Fanon. **Blog da Boi Tempo**, 08 jun. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/06/08/tomar-para-si-a-propria-historia-os-escritos-politicos-de-fanon/> . Acesso em: 24 ago. 2021.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO; Maria (orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 59-90.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray; BENTO; Maria (orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 91-120.

PORFÍRIO, Eduarda. Bahia também tem projeto para remoção de estátuas de escravocratas. **Ceará Criolo**, Fortaleza, 02 jun. 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/bahia-tambem-tem-projeto-para-remocao-de-estatuas-escravocratas/> . Acesso em: 31 ago. 2021.

PRESTES, Clélia. Não sou eu do campo psi? vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)**, 12 (Ed. Especi), p. 52-77, 2020. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1112> . Acesso em: 23 jul. 2021.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do “branco” brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957, p. 171-192.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Escritos diversos em torno do psicodrama. In: MALAQUIAS, Maria Célia (org.). **Psicodrama e relações étnico-raciais**: diálogos e reflexões. São Paulo: Ágora, 2020, p. 35-56.

RAMOS, Lázaro. **Na Minha Pele**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2017.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael; SAMPAIO, Carmen. É possível a conversa como metodologia de pesquisa? **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p. 163-180.



ROCHA, Matheus; SILVA, Carlos; DELLAZZANA-ZANON, Leticia. Devolutiva de resultados: compromisso ético-político em pesquisa com seres humanos. **Pretextos** - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 6, n. 11, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/26081/19568>. Acesso em: 04 out 2022.

ROCHA, Renan; TORRENTÉ, Mônica; COELHO, Maria. **Saúde mental e racismo à brasileira**: narrativas de trabalhadoras e trabalhadores da Atenção Psicossocial. Salvador: Editora Devires, 2021.

ROCK; Mateus Fazeno. As vozes da cabeça. Vozes: Mateus Fazeno Rock; Caio e Nego Célio. **Rolê nas ruínas**. Fortaleza: Varanda Criativa e Grupo de Teatro Formosura, 2020, *online*. 1 faixa de música (3 min 45 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sHdRCji0ZXs> . Acesso em: 16 set. 2021.

ROJAS-BERMÚDEZ, J. **Introdução ao Psicodrama**. São Paulo: Ágora, 2016

SAFATLE, Vladimir. Para além da necropolítica. **Nº1 Edições**, *online*, out. 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/191> . Acesso em: 20 ago. 2021.

SAMPAIO, Carmen; RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de. Conversa como metodologia de pesquisa: uma metodologia menor? **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p. 21-40.

SANTOS, Ynaê. **Juliano Moreira**: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira. Niterói: EdUFF, 2020. Coleção Personagens da Pós-abolição: trajetórias e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 3.

SCEGO, Igiaba. **Minha casa é onde estou**. São Paulo: Editora Nós, 2018.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, 2020, v. 8, n. 4, Out./Dez. 2020, p. 960-966. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=497966365017> . Acesso em: 21 mar. 2022.

SCHUCMAN, Lia; MARTINS, Hildeberto. **A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro**: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2017, v. 37 (núm. esp.), 172-185. <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017> . Acesso em: 21 jul. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 2012. 160p. Tese de Doutorado (Pós-graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

SEVERO, Ana; L'ABBATE, Solange; CAMPOS, Rosana. A supervisão clínica como dispositivo de mudanças na gestão do trabalho em saúde mental. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, v. 18, p. 545-556, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2014.v18n50/545-556/pt/> . Acesso em: 02 nov. 2021.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo, 2019. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf> . Acesso em: 02 ago. 2021.

SILVA, Juliano. 70 anos do 1º Congresso do Negro Brasileiro. **Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiro (IPEAFRO)**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2020a. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/?s=GUERREIRO+RAMOS> . Acesso em: 06 ago. 2021.

SILVA, Juliano. 13 de setembro: 105 anos do nascimento do sociólogo Guerreiro Ramos. **Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiro (IPEAFRO)**, Rio de Janeiro, 11 set. 2020b. Disponível em: [https://ipeafro.org.br/13-de-setembro-105-do-nascimento-do-sociologo-guerreiro-ramos/br\\_ip\\_eafro\\_ten\\_ac\\_gr\\_f2-bx/#main](https://ipeafro.org.br/13-de-setembro-105-do-nascimento-do-sociologo-guerreiro-ramos/br_ip_eafro_ten_ac_gr_f2-bx/#main) . Acesso em: 06 ago. 2021.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Encantamento**: sobre a política de vida. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Encantamento.pdf> . Acesso em: 13 set. 2021.

SKLIAR, Carlos. Elogio à conversa (em forma de convite à leitura). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p. 11-13.

SOUZA, Ionara; HUGHES, Gail; WYK, Brian; MATHEWS, Verona; ARAÚJO, Edna. Comparative Analysis of the Constitution and Implementation of Race/Skin Color Field in Health Information Systems: Brazil and South Africa. **Racial and Ethnic Health Disparities**, v 8, p. 350-362, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs40615-020-00789-5> . Acesso em 02 jul. 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Trilogia da Mente**. Programa Espelho. Entrevista concedida a Lázaro Ramos e Sandra Almada. Rio de Janeiro: Canal Brasil, 04 ago. 2008. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eugWGvhG48o&t=3s> . Acesso em: 04 ago. 2021.

TAVARES, Jeane; KURATANI, Sayuri. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 39. p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v39/1982-3703-pcp-39-e184764.pdf> .

VARGAS, Mateus. Governo Lula é criticado por criar área para comunidades terapêuticas. **Política Livre**, *online*, 25 jan 2023. Disponível: <https://politicalivre.com.br/2023/01/governo-lula-e-criticado-por-criar-area-para-comunidades-terapeuticas/#gsc.tab=0>. Acesso em: 14 fev 2023.

VEIGA, Lucas. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 244-248, 4 set. 2019.

VEIGA, Lucas. **Clínica do impossível**: linhas de fuga e de cura. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

VIANNA, José; BRODBECK, Pedro. Juíza cita raça ao condenar réu negro por organização criminosa, **RPC Curitiba e G1 Paraná**, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/08/12/juiza-diz-em-sentenca-que-reu-negro-era-seguramente-integrante-de-grupo-criminoso-em-raza-da-sua-raca.ghtml> . Acesso em: 22 jun. 2021.

VILELA, Ana. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, num. esp., p. 28-43, 2012.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 07 jun. 2021.

WOODSON, Carter. **A deseducação do negro**. São Paulo: EDIPRO, 2021.

## APÊNDICE A - DIÁRIOS DE CAMPO

“NÃO HÁ COMO NÃO SER”, 26 DE MAIO DE 2021

Não faço ideia de como minha pesquisa vai andar, nesse contexto, nesta “inchação”, ainda há ferimento, sabe?

Hoje precisei entrar em contato com um projeto universitário voltado à prevenção suicida.

Esse era o plano B.

Toda a demanda da cliente - para quem eu estava procurando encaminhamento pontual em uma crise emocional, que quase exige atendimento presencial meu (que estou em outra cidade) - é de competência do CAPS.

Há dias ela chegou lá, no equipamento do território dela. “Está tudo abarrotado...”, respondeu a assistente social na triagem.

Lotado. Ocupado. Inchado. Sobrecarregado. Abarrotado. Sem espaço. Nem ar. Inflamado. Ferido e ferida.

Logo que me formei, poucos meses depois, anunciaram o primeiro *lockdown*. Me tornei unicamente psicóloga/o *online*. Profissional de atuação pandêmica. O que planejei fazer no começo de carreira mudou antes de ganhar corpo.

Desde o segundo *lockdown* no Ceará, um ano depois do começo, mais pessoas procuraram atendimento *psi* comigo. As pessoas que estavam em “alta terapêutica” voltaram. Acompanhei quem tem negócio quebrado; quem precisa - precisa! - deixar algum filho na escola para buscar emprego; quem não pode comprar a medicação (ou os medicamentos ou paga outra dívida de cartão).

Muita notícia acontece, e isso chega direto dentro de casa. Do número de 450 mil mortes por COVID-19, mais de um alguém era a única fonte de renda em casa - eae?

Vem 2022.

Realmente não faço ideia porque não quero o que chega, o que imagino.

Algo de luta, antimanicomial, refazimento psiquiátrico, assentamento.

“Toda clínica é social”: não há como não ser.

“NÃO ME INTERESSA SER CIENTÍFICO”, 28 DE MAIO DE 2021

Eu já gostaria de encerrar assim, somente com esse título. Sem muito para discutir, como se já fosse e pronto.

Não vai ser assim aqui.

Uma professora negra repetiu isso - “ser científico” - em aulas. O contexto é acadêmico, de essa proposta de validação ser possível. Uma crença no científico, na educação, na ocupação de espaços que nem deveriam existir.

Entendo esse jeito, estratégia de validação.

Poder ser útil. Pode.

Não é o que eu faço, nem acredito, que é sobre a deseducação, sobre a destruição de espaços e sobre o descanso do meu corpo como estratégias políticas.

Nem preguiça, nem passividade ocidental.

A aposta é no corpo, no sentir-memória, nem sempre caminhar na racionalidade. Não caminhar na racionalidade. Talvez na poesia.

No balanço sobre o que faço e o que me pedem onde estou, no tempo em que estou, o risco é de seu ser desentendido, idealizado ou negociar, que é próxima de desistir.

Deseducar o negro, a negra.

“DESENCONTROS”, 28 DE JULHO DE 2021

Ontem, finalmente, busquei material de Nêgo Bispo. Encontrei 3 aulas. Numa delas, criticava a decolonialidade e sua perspectiva reformista.

Isso se pareceu um pouco com o final de um artigo, que estou escrevendo junto à Beatriz, especificamente quando discordamos sobre as im-possibilidades da Psicologia Preta/Negra/Afrocentrada e a universidade.

Nesse desencontro nosso, eu e ela exploraremos exatamente essa encruzilhada. Também nesse desencontro, percebo que negros acadêmicos são bem resistentes quanto a qualquer coisa que profundamente (nem tanto assim) critique a universidade - e isso não seria o esperado?

Aí, nos não-encontros, Nêgo Bispo apareceu como uma possibilidade já não sou tanto o irritante/irritado que critica só.

Estou mais calmo.

“UMA NEGRA ANTIRRACISTA”, 06 DE AGOSTO DE 2021

O que é preciso fazer para ser uma pesquisadora antirracista? Saber inglês e criticar a “língua do colonizador”? Ler “biopolítica”, de Foucault, mas saber que só ele não basta? Criticar a educação universitária e ter o privilégio de estar e ganhar como professora? Apresentar uma boa referência negra, aquela crítica, e não se situar no caso de racismo no Departamento?

Uma boa negra antirracista...

“2022”, 11 DE AGOSTO DE 2021.

Penso em 2022, e tenho medo.

Ainda pandemia, ainda presidente e possível fim do mestrado.

É curioso, o medo.

Tenho nada contra Belchior e lembro também dele: “Eu tenho medo...”.

Ainda saio usando máscaras, cheio de álcool em gel e, há meses, sonhei que sai sem nada disso, como se nada tivesse acontecido.

Esse mundo me ilude e eu me iludo também.

Democracia, como verdade, fica mentindo. Eu também - sou o mais democrático dessa rua.

Esqueço os sonhos. Não esse, foi um pesadelo, em que estava em 2022, parecia 2021. E antes parecia antes, antes de antes, e antes...

“QUANDO COMEÇA UMA PESQUISA? FAZER UMA COM HOJE COM AS PEDRAS DE ONTEM PARA MATAR O PÁSSARO DE AMANHÃ”, 31 DE AGOSTO DE 2021.

Essa é uma pesquisa que não começou hoje, nem ontem - pra acabar quando?

Ainda escrevo sobre a formação em Psicologia - dessa vez, uma proposta. “Deseducação”. Mal-educar o bom negro, a boa negra. O negro *y’a bon banania*, de Fanon.

“É possível fazer uma monografia com raiva?”, já me perguntei.

São várias memórias com docentes.

A que disse que não via raça - “todos são iguais, pra mim” - falando sobre as cotas raciais no curso de Psicologia. Depois, ironicamente, disse da “empregada” que é quase da família e ficou feliz por ver que tinha mais gente negra na universidade nos últimos anos. Ela

via e ao mesmo tempo não via raça com uma facilidade que eu não tinha. Com uma colega, éramos os únicos dois negros (de quase 20 alunas) no laboratório que essa professora coordenava. Será que eu era como uma “empregada” para ela, por isso estava feliz?

O professor que, numa reunião aberta com seus orientando da pós, estava chateado porque impediram uma mulher branca (provavelmente sua filha, uma orientanda dele) de apresentar seu trabalho em um simpósio composto exatamente por mulheres negras. “Não pode ser tão radical assim. Pra serem ouvidas, têm que ouvir também”. Revirei meus olhos, ninguém mais pareceu discordar. Não pisei mais lá.

A que, na clínica-escola, depois de uma reunião com seus estagiários, puxou assunto sobre racismo nos atendimentos. Para ela, o racismo era quando alguém era chamado de “macaco”, “negrinha” ou algum palavrão sobre a pele ou aparência. Ela estava dizendo o que era. Ela. Logo, na hora, entendi: eu não deveria aprofundar o assunto para além disso. Não falar sobre o racismo na formação e como isso afetava o atendimento dos estagiários na clínica, sobre o problema de poucas pessoas negras acessarem a clínica-escola (Se não estavam lá, onde estavam? Nós não éramos tão confiáveis assim? O que estava errado?)... Fiquei em silêncio, e veio a carteirada: “Minha avó, que foi costureira/bordadeira, era negra. Eu entendo, sabe, só preciso estudar um pouco mais”. Emprestei para a professora “Na Minha Pele”, do Lázaro Ramos. Foram algumas semanas com o livro. O livro voltou como foi, meu marcador de textos no mesmo lugar. A única diferença foi da capa machucada, arranhada, amassada.

É possível fazer uma dissertação ainda sem raiva?

“MEMÓRIA-CAMPO-DE-ESTUDO”, 06 DE ABRIL DE 2022

Quando me questionaram sobre meu campo de estudo, percebi que não era um lugar que eu chegaria, entraria e iria embora. Repetindo isso várias vezes.

O caminho não era esse...

Então falei umas duas vezes, em seguida, como para me ouvir pela primeira vez: “Meu campo é a memória! É a memória. A mentira, o engasgo, a gagueira [gaguejei]...”.

Como eu “chego” na memória? Como terapeuta, tenho algumas dicas - mas para terapia, não para pesquisa. Seria uma aposta adequar uma coisa para a outra.

Mas ainda fico repensando no campo-memória, que é biográfico e coletivo. Uma memória sobre o tempo de agora e também é presentificada (entendo como algo que insiste em ficar, daí vai retornando). O que fica, gruda?

É bom não saber o que se vai achar. Quase contradizendo todas as expectativas pedidas pela Plataforma Brasil, CEP etc. Uma pesquisa que tem uma fase inútil, acredito, é saudável. Daí ela não ter impacto social, desfechos, hipóteses e tudo mais.

Ser inútil e ser dispensável em fazer pesquisa para tentar, como um exercício, estar aberta à.

Não sei bem mais sobre isso.

“QUEM TEM CARA DE PESQUISADOR/E/A?”, 06 DE SETEMBRO DE 2022

Há algumas semanas, eu estava terminando de ler o “Averso da Pele”.

Era noite, o livro era mais expectativa de quem recomendou (eu esperava algo e encontrei pouco), estava com fome, era quase 23h e algo.

Já perto do final e querendo terminar logo, não lembro bem em qual frase do protagonista (no apartamento morto do pai morto, *igba ori*), só daquela sensação. Uma sensação “ah...”.

Daí eu lembrei do exato momento, algumas semanas atrás, de quando eu fui presencialmente para um CAPS pedir informações sobre como poder realizar pesquisa lá. Estava sem informação alguma. Quando cheguei, fui de calça comprida, blusa simples, sem estampas e com RG na mochila, sala branco. Na recepção, a atendente não entendeu bem sobre o que eu queria. “Sou pesquisa e gostaria de realizar a minha pesquisa aqui, com as psicólogas daqui, daí eu queria falar com a responsável - ou o responsável - pra solicitar isso...”. Gaguejei um pouco, lógico. Ela virou o rosto e gritou pra uma sala “Ei, ele diz que é pesquisador, ele. Que quer fazer uma pesquisa aqui. Vai lá, meu filho, fale com ela, que ela te fala”.

*“Ele é pesquisador, ele”*, e eu andava em direção à sala.

Entreí na sala: “Oi, bom dia, td bem?”, comecei.

*“Ele DIZ que é pesquisador, ele...”*, lembrei.

“Eu sou MESTRANDO da Universidade FEDERAL do Recôncavo da Bahia, e eu queria...”, continuei falando...

*Eu sou pesquisador, moça, eu juro. Até de calça comprida, eu vim.*

“DA PRÓXIMA VEZ”, 04 OUTUBRO DE 2022.

Domingo passado saiu o resultado presidencial. Vai ter segundo turno do Lula.



Nada tão bom quanto o imaginado, mas nenhuma novidade: a diferença de votos seria bem maior, quase 9%, mas, “de repente”, a coisa ficou bem mais estreita.

Vendo uma matéria no jornal que era somente pra explicar esse estreitamento, que não foi visto por nenhum instituto de pesquisa, um dos motivos disso seria o “voto envergonhado”. Os eleitores que votaram no atual presidente não assumiram publicamente sua preferência, apesar de se identificar com o que ele representa, fala e diz.

Tudo por debaixo, silencioso, que bota também por baixo e silenciosa.

Existe um exercício mesmo de que se mantenha não dito.

Há umas semanas, eu visitei um CAPS. Nesse dia, fui neste e logo depois caminhei até chegar em outro (era pouco mais de um quilômetro de distância). Já com a autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, eu queria falar diretamente com os coordenadores dos CAPS pra pedir contribuição no compartilhamento da pesquisa. Eu não havia entrevistado ninguém, os meses estavam passando, ainda sem ajuda. Não custava nada ir logo em alguns CAPS.

Era rodízio da equipe técnica (de Ensino Superior) enquanto a coordenadora estava em período de uma série de reuniões inter institucionais, por isso um enfermeiro me atendeu. Expliquei que a pesquisa seria voltada para psicólogas, para saber sobre seu cotidiano de trabalho. Somente. Estava pedindo que compartilhasse essas informações, que avisasse.

Ele logo confirmou que assim faria, “mas é sobre o que mesmo?”

“Minha pesquisa se volta para psicólogas negras - digo ‘psicólogas’ para psicólogas, psicólogos e psicólogues porque a maioria é composta por mulheres -, o cotidiano. Basicamente sobre o cotidiano, como estão lidando”.

Eu lembro de uma série de frases, muitas se repetiram. Eu não consegui replicar nada, mas entendi o que isso poderia ser.

“Não temos psicólogas negras aqui. Nem se forçar, entende? [risos]”.

“Isso não existe aqui [racismo ou profissional negra?]. Nesse CAPS pelo menos não, mas talvez encontre em outro”.

“Nem se pensar no cabelo, no cabelo assim [fazendo gesto de cabelo volumoso - crespo?], não temos psicólogos negros. Os três que trabalham aqui, uma está de licença maternidade, os outros dois são mais puxados pra minha cor, entende? Mais brancos”.

“Acho que de negras... temos aqui hoje a assistente social, a [nome da pessoa]. É só psicóloga que você procura, né?”

“Adorei sua pesquisa, acho ela importante! Espero que a gente possa se encontrar,

em outro momento, quando você pesquisar só por psicólogos mesmo. Porque não tem aqui mesmo, irmão”.

Não tão velado assim, ainda é difícil de reagir.

E toda reação tem ressentimento, li em Fanon.

Mas ou é ressentir ou é continuar me sentindo assim, estranho e calado de novo.

## APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE PESQUISA<sup>35</sup>

### SEÇÃO 1 DE 3

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa “Diante dos racismos em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): dilemas, estratégias e necessidades de psicólogas/os negras/os”, cujo objetivo é compreender as dificuldades enfrentadas, as estratégias utilizadas e as necessidades de psicólogas/os negras/os no cotidiano de trabalho em relação às questões raciais.

As pesquisadoras envolvidas são prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Jeane Saskya Campos Tavares e mestrand(a) Manoel Nogueira Maia Neto, ambas do Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena, do Centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Esta pesquisa se volta para psicólogas (os) negras (os) que estão atualmente trabalhando em CAPS, do estado da Bahia. Pessoas fora deste perfil não são consideradas adequadas para a proposta deste estudo, tais como profissionais que não atuem em CAPS ou que se identifiquem como não-negras.

As informações pedidas neste formulário são dados básicos e profissionais, por exemplo nome completo e número do registro profissional, não sendo compartilhados para terceiros. Pontua-se que existem riscos relacionados às tecnologias (Google Meet e Google Forms, por exemplo), podendo haver limitações destas pesquisadoras em assegurar total confidencialidade. Em contraponto aos potenciais riscos, reafirma-se o embasamento pelas leis de proteção de dados dessas plataformas (<https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR>).

Se responder a este formulário, as pesquisadoras entrarão em contato através do e-mail que você registrou aqui para que sejam repassados os termos de pesquisa e, sendo possível, haverá a marcação de uma entrevista online. Em casos que não seja percebido que o perfil se adequa ao que se propõe a pesquisa, como apontado anteriormente, também haverá devolutiva através do e-mail.

Lembrando que a sua participação é voluntária e, a qualquer momento, você poderá desistir e não mais responder ao formulário. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em relação com o pesquisador ou com a instituição. Do mesmo modo, você não terá custo nem receberá por participar.

Se aceitar essas condições, por favor continue.

---

<sup>35</sup> Link do formulário: <https://forms.gle/zqcJ3catdYtZFUhP9>

## SEÇÃO 2 DE 3

## DADOS BÁSICOS

Qual seu nome completo?

Como você se autodeclara, segundo as categorias de raça/cor do IBGE?

- Branco (a)
- Preta (o)
- Parda (o)
- Amarela (o)
- Indígena

Qual seu número de registro profissional?

Atualmente você trabalha em CAPS?

- Não
- Sim

## SEÇÃO 3 DE 3

## DISPONIBILIDADE

Qual seria seu melhor horário para uma entrevista (aproximadamente 40 minutos)?

- Segunda (Manhã)
- Segunda (Tarde)
- Segunda (Noite)
- Terça (Manhã)
- Terça (Tarde)
- Terça (Noite)
- Quarta (Manhã)
- Quarta (Tarde)
- Quarta (Noite)

Quinta (Manhã)

Quinta (Tarde)

Quinta (Noite)

Sexta (Manhã)

Sexta (Tarde)

Sexta (Noite)

Sábado (Manhã)

Sábado (Tarde)

Sábado (Noite)

## APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)<sup>36</sup>

### SEÇÃO 1 DE 4

Projeto “Diante dos racismos em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): dilemas, estratégias e necessidades de psicólogas/os negras/os”, sob a responsabilidade de Manoel Nogueira Maia Neto e orientação da professora Jeane Saskya Campos Tavares.

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa acima, cujo objetivo é compreender as dificuldades enfrentadas, as estratégias utilizadas e as necessidades de psicólogas/os negras/os no cotidiano de trabalho nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), da Bahia, em relação às questões raciais.

Nas próximas seções deste formulário, as informações sobre a pesquisa serão detalhadas.

OBSERVAÇÃO: Você terá a oportunidade de esclarecer suas dúvidas (contatos de e-mail e Whatsapp na Seção 4), bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma sobre sua participação nesta pesquisa.

E-mail:

### SEÇÃO 2 DE 4

#### JUSTIFICATIVA E PERCURSO

Considerando que os racismo produzem efeitos (emocional, social, institucional, comunitário etc), especialmente nocivos para a população negra, questiona-se: qual o lugar das Psicologias diante disso? Em sua formação e atuação, como as/os profissionais de Psicologias percebem os efeitos dos racismos, que também tem a ver com as pessoas brancas e o privilégio desse lugar? Quais as estratégias possíveis para promover cuidados Psi neste contexto?

Com essas questões, os objetivos desta pesquisa são 1) compreender os dilemas enfrentados por psicólogas/os negras/os no cotidiano de trabalho em relação às questões raciais; 2) identificar as estratégias anti racistas utilizadas por essas/es profissionais nestes dilemas; e, por fim, 3) entender as necessidades das/os psicólogas/os em aperfeiçoar sua compreensão e manejo frente às demandas raciais.

Para isso, o percurso de pesquisa acontecerá por entrevista individual online na plataforma Google Meet, voltada para psicólogas/os negras/os trabalhadoras/es de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da Bahia. Estas terão duração média de 40 minutos. Os tópicos da

---

<sup>36</sup> Link do formulário em: <https://forms.gle/VP3ToJhpiiViBcLTA>

entrevista, de tipo aberta, serão sobre o dia-a-dia de trabalho no CAPS, as dificuldades e dilemas enfrentados e, também, se existem (e quais seriam) as necessidades para melhor identificar e enfrentar os racismos.

A entrevista será gravada na Google Meet. Nisso, é necessário lembrar sobre a autorização do uso de imagem e depoimento na pesquisa, que utilizará essas informações unicamente para fins de pesquisa científica.

Caso haja pergunta obrigatória e você, participante, não queira responder, tem direito de fazê-lo, sem qualquer prejuízo.

#### SEÇÃO 3 DE 4

##### BENEFÍCIOS E RISCOS

O benefício central desta pesquisa se dá na possível construção de um modelo de ação formativa de educação anti racista em Psicologias com potencial interesse às áreas de Saúde Coletiva e Saúde Mental. Nisso, a sua participação ajudará no desenvolvimento de novos conhecimentos, que poderão eventualmente beneficiar você e outros no futuro, tais como a comunidade em geral e científica, as bases do Sistema Único de Saúde (SUS) e as/os profissionais da categoria.

Os riscos envolvem a narração sobre os pontos apontados anteriormente (dilemas, estratégias e necessidades), além dos riscos relacionados às tecnologias (Google Meet e Google Forms, por exemplo), podendo haver limitações destas pesquisadoras em assegurar total confidencialidade.

Em contraponto aos potenciais riscos, reafirma-se o embasamento pelas leis de proteção de dados dessas plataformas (<https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR>), assim como, caso aceite e ocorra a entrevista, uma vez concluída a coleta de dados, as pesquisadoras farão o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

#### SEÇÃO 4 DE 4

##### DADOS DA PESQUISA

Lembrando que a sua participação é voluntária e, a qualquer momento, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em relação com o pesquisador ou com a instituição. Do mesmo modo, você não terá custo nem receberá por participar. Os registros desta entrevista serão sempre tratados confidencialmente, em que os resultados serão usados para fins científicos. Você não será identificada (o) por nome.

Reafirma-se que é seu direito ter acesso aos resultados da pesquisa, bem como ao próprio percurso do que será feito com a sua participação. Nesta pesquisa, o contato para compartilhar impressões sobre esses resultados, como a possibilidade de um modelo de ação formativa de educação anti racista em Psicologias, ocorrerá através do e-mail registrado, sendo enviado individualmente, para cada participante. Caso haja disponibilidade de ambos, este contato também poderá ocorrer por encontro online na plataforma Google Meet.

Você, participante, terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

#### OBSERVAÇÕES

O presente documento está baseado no item IV das Diretrizes e Normas Regulamentadoras para a pesquisa em saúde, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Resoluções 466/12 e 510/16), sendo enviada automaticamente por e-mail uma via para você, entrevistada (o), a qual recomendamos que fique salva em seus arquivos, e outra cópia ficará registrada com as pesquisadoras. Assim como, ainda de acordo com a Resolução 466/12, há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou solicite esclarecimentos, entrar em contato com a pesquisadora responsável professora Jeane Saskya Campos Tavares, (71) 99112-7582, [jeanetavares@ufrb.edu.br](mailto:jeanetavares@ufrb.edu.br) e com a (o) mestrand(a) Manoel Nogueira Maia Neto, [maianeto.mn@aluno.ufrb.edu.br](mailto:maianeto.mn@aluno.ufrb.edu.br), (85) 99208-1768.

O Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFRB responderá exclusivamente as questões referentes aos aspectos éticos da pesquisa. Rua Rui Barbosa, 710, Centro. (Prédio da Reitoria). Cruz das Almas-Bahia CEP: 44380-000. Telefone: (75) 99969-0502 (Whatsapp); [eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br)

Qual seu nome completo?

Clicando em “Eu aceito” nas opções abaixo, você estará concordando com as informações contidas aqui, havendo valor de assinatura pessoal. De modo contrário, clicando em “Não aceito”, será presumida que não há concordância, havendo, também nisso, valor de assinatura.

Eu aceito

Não aceito



## APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Reafirmar as condições de pesquisa (apresentação anterior deste roteiro de entrevista para fins de uma tomada de decisão informada, risco, sigilo, benefícios possíveis etc);
- Entender sobre o trabalho em CAPS (quanto tempo está trabalhando e como é o território, por exemplo): “Como começou sua história no CAPS que você trabalha hoje?”, “Não conheço seu CAPS, poderia me dizer como é esse lugar/território?”;
- Perguntar acerca das cenas de dificuldades e dilemas no cotidiano de trabalho (com usuárias/os, equipe multiprofissional, gestor/a etc) que envolvam as questões raciais: “Me conte um dia comum de trabalho, como é?”, “Alguma vez já percebeu o racismo no seu trabalho?”, “(Se reconhecer que sim), poderia me contar mais sobre essa situação, como quando foi ou quem estava presente?”;
- Entender as estratégias que esta/e profissional utilizou para lidar com essas situações e as repercussões percebidas disso: “O que essa situação fez com você?”, “Como foi lidar com isso?”;
- Compreender se há e quais são as necessidades desta/e profissional para melhor identificar e enfrentar os racismos: “Sente falta de algo que a ajudaria nisso (antes, durante ou depois)?”, “Como você acredita que seria o cenário ideal de um CAPS que combate o racismo?”;
- Agradecer e encerrar a entrevista.